



**Ericka de Sá Galindo**

# **O Jornalismo e o Judiciário**

Um olhar sobre a cobertura do julgamento da  
denúncia do “mensalão” no Supremo Tribunal  
Federal

Recife  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Ericka de Sá Galindo

**O Jornalismo e o Judiciário**  
**Um olhar sobre a cobertura do julgamento da denúncia do**  
**“mensalão” no Supremo Tribunal Federal**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Alfredo Vizeu Pereira Júnior, para obtenção de título de mestre em Comunicação Social

Recife  
2009

**Galindo, Ericka de Sá**

**O Jornalismo e o Judiciário: um olhar sobre a cobertura do julgamento da denúncia do mensalão no Supremo Tribunal Federal / Ericka de Sá Galindo. – Recife: O Autor, 2009. 151 folhas. : il., fig.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação, 2009.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Jornalismo. 2. Poder judiciário. 3. Mensalão. 4. Construtivismo (Filosofia). 5. Representação (Filosofia). I. Título.**

**070**

**CDU (2.ed.)**

**UFPE**

**070.4**

**CDD (22.ed.)**

**CAC2009-91**

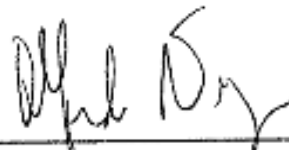
**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autora do Trabalho: Ericka de Sá Galindo

Título: "O Jornalismo e o Judiciário - Um Olhar sobre a Cobertura do Julgamento da Denúncia do Mensalão no Supremo Tribunal Federal".

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Professor Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior

Banca Examinadora:



Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior



Paulo Carneiro da Cunha Filho



Heitor Costa Lima da Rocha

Recife, 30 de outubro de 2009.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais, Floridalva e Inácio; e também a Luiz; aos meus irmãos, Ellen e Inácio: pela companhia, pela vida, educação e paciência.

Aos avôs, avós, tios, tias, primos e primas: pela torcida, mesmo de longe.

A Murilo e família: pelo carinho.

Aos meus amigos: pela companhia.

Ao meu orientador, Prof. Alfredo Vizeu, e aos colegas do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade e aos colegas e professores do PPGCom: pelos ensinamentos e momentos de reflexão.

À secretaria do PPGCom: pela prontidão e paciência.

Agradeço também às sucursais dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, em Brasília; à Biblioteca do Senado Federal e à Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes.

*Nem o poder judiciário  
nem o poder midiático  
têm legitimidade própria.*

*H. Leclerc e J.M.Théolleyre*

## **Resumo**

O esquema do “mensalão” foi denunciado em 2005 pelo então deputado federal Roberto Jefferson e, segundo as denúncias, consistiu em um esquema de pagamento de propina a membros da base governista no Congresso em troca de votos. O esquema foi investigado e, em 2007, o caso chegou à pauta de julgamentos do Supremo Tribunal Federal, com 40 denunciados. O julgamento da denúncia do “mensalão” ganhou grande espaço na mídia nacional e contribuiu para abrir espaço para a discussão sobre a cobertura do Judiciário. A pesquisa está concentrada nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, dois periódicos de grande circulação nacional e protagonistas de dois episódios marcantes na cobertura: O Globo publicou fotos dos computadores pessoais de ministros com mensagens sobre as decisões; e a Folha de S. Paulo publicou trechos de uma conversa entre um ministro e seu irmão, após o julgamento, em que o ministro afirmava que o STF havia julgado sob pressão. A conversa foi ouvida por uma repórter do jornal, em um restaurante em Brasília. Além das notícias, realizamos entrevistas com os jornalistas que participaram da cobertura do caso. As teorias utilizadas para dar suporte à análise foram a Teoria da Produção da Notícia e a Teoria das Representações Sociais, dentro do paradigma das teorias construtivistas. Nosso objetivo foi identificar como a cobertura do julgamento da denúncia do “mensalão” contribuiu para a construção de uma idéia do Judiciário brasileiro e como o julgamento foi representado pelos dois jornais analisados. A análise da cobertura aponta para a existência de algumas dificuldades dos jornalistas em cobrir o Judiciário e, também, do Judiciário interagir com a imprensa. Observamos, também, que a cobertura do julgamento do “mensalão” serviu para que jornalistas e editores pudessem refletir sobre como estão cobrindo temas relacionados à Justiça e as especificidades que esse trabalho requer.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Judiciário; mensalão; Construção da Realidade; Representação Social.



## **Abstract**

Considered by many the worst corruption scandal in Brazil, the “monthly allowance” scheme included illegal campaign contributions and monthly payments made by the government to members of allied parties to gain their support in Congress. Forty people, including leaders of Brazilian president Lula da Silva's leftist Workers' Party and high rank politicians was cited. The scheme was investigated and in 2007 it reached the Brazilian Supreme Court. The judgment of the case lasted two weeks and every major news media covered it. Our research shows the results of the coverage of the two biggest newspapers in Brazil: Folha de S. Paulo and O Globo. During the coverage, we observed how the Brazilian Judiciary System was characterized as well as the role played by these papers in the results. Both newspapers published controversial reports on the case. O Globo printed photographs of some judges' laptops showing a conversation in which two judges discussed their opinions and anticipated some results. Folha de S. Paulo published extracts of a conversation one of the judges had with his brother by phone in which he said the court was acting under pressure and there was a tendency to free one of the politicians because he was close to the president. We analyzed the texts and also made interviews with journalists who covered the case. Main theories used were Journalism Theories, Social Construction of Reality and Theory of Social Representations. We analyse news values and the construction of an image of the Brazilian Justice system. After what we observed from the news and interviews, we could notice that the journalists still have many difficulties when covering the Judiciary; as well as the judges have many difficulties in dealing with the press. We also concluded that the “mensalão” judgement worked as an opportunity for journalists and editors to discuss and reflect on how the media is covering issues related to Justice and the specificities that job requires.

**Key words:** Journalism; Judiciary; Mensalão; Construction of Reality; Social Representations.

## Lista de Ilustrações

FIG 1 – Capa Folha de S. Paulo, 22 de agosto de 2007 – Arquivo Folha .....	67
FIG 2 – Capa O Globo de 23 de agosto de 2007. Acervo Biblioteca do Senado Federal .....	72
FIG 3 - Capa Folha de S. Paulo de 24 de agosto de 2007. Acervo Folha Online .....	75
FIG 4 – Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Fonte: Andrade, 2007, p. 234 .....	85
FIG 5 – Capa Folha de São Paulo, 24 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online .....	93
FIG 6 – Capa O Globo, 24 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal .....	93
FIG 7 – Capa O Globo, 25 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal .....	94
FIG 8 – Capa Folha de S. Paulo, 25 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online .....	94
FIG 9 – Capa O Globo, 27 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal .....	97
FIG 10 – Capa O Globo, 28 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal .....	100
FIG 11 – Capa Folha de S. Paulo, 28 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online .....	100
FIG 12 – Capa O Globo, 29 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal .....	101
FIG 13 – Capa Folha, 29 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online .....	101
FIG 14 – Capa Folha de S. Paulo, 30 de agosto de 2007. Fonte: Arquivo Folha Online .....	104
FIG 15 – Capa Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online .....	107

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo 1: Investigando o Jornalismo</b> .....	14
<b>1.1</b> A produção da notícia .....	16
<b>1.2</b> Construindo a realidade através do jornalismo .....	23
<b>1.3</b> A representação da sociedade .....	27
<b>1.4</b> A prática jornalística como objeto de pesquisa .....	33
<b>Capítulo 2: O Judiciário</b> .....	38
<b>2.1</b> Raízes do judiciário brasileiro .....	39
<b>2.2</b> O Jornalismo invade a Corte: a cobertura do Judiciário .....	47
<b>2.3</b> O “mensalão”: da primeira denúncia ao STF .....	51
<b>2.4</b> A trajetória da cobertura: o caminho da análise .....	55
<b>Capítulo 3: Início do julgamento</b> .....	64
<b>3.1</b> Preparação para o julgamento: expectativas e especulações .....	64
<b>3.2</b> Juízes “flagrados” trocando mensagens: a corrida pelo furo .....	72
<b>3.3</b> Liberdade e privacidade em debate .....	84
<b>Capítulo 4: A aceitação da denúncia</b> .....	91
<b>4.1</b> STF transforma 40 denunciados em réus: decisão “histórica” .....	91
<b>4.2</b> “Supremo votou com a faca no pescoço” .....	103
<b>4.3</b> O “julgamento histórico” do STF: avaliação de especialistas .....	112
(Em) Conclusão .....	124
Referências .....	127
Anexos .....	138
Apêndices .....	142

## Introdução

A preocupação em pesquisar as relações entre o Jornalismo e a Justiça surgiu do interesse em estudar como o Jornalismo noticia assuntos relacionados ao Judiciário, já que cidadão comum, consumidor de informação, e também os jornalistas, estão constantemente tendo dificuldade em assimilar conceitos, termos e até o funcionamento de órgãos da Justiça brasileira, o que faz esse tema parecer árido e distante do cotidiano.

Nos últimos anos, a Justiça tem colocado à disposição dos brasileiros alguns canais de comunicação, seja na internet, na TV ou em publicações, com o intuito de tornar menos estranho um serviço que está na maioria das situações do cotidiano. Como exemplo disso, citamos a TV Justiça e a Rádio Justiça, gerenciados pelo setor de comunicação do Supremo Tribunal Federal. Mas esses serviços muitas vezes não são conhecidos ou não são divulgados ao grande público (que não tem acesso à TV por assinatura, à internet, por exemplo). Assim, a grande mídia acaba por assumir o papel de principal responsável por levar ao público os acontecimentos ligados ao Judiciário brasileiro.

Quando a Justiça e os magistrados passaram a ocupar espaço no jornalismo, algumas pesquisas mostraram que o público estava interessado naqueles assuntos. Um exemplo é a pesquisa realizada pelo Jornal do Brasil, em parceria com a Vox Populi, publicada em 1995. A pesquisa concluiu que os brasileiros não acreditavam na Justiça. Uma maior incidência de assuntos sobre o Judiciário começou no início dos anos 90, com reportagens diárias, a maior parte delas sobre casos em julgamento.

Nos últimos anos, o sistema judiciário brasileiro tem sido alvo de denúncias, desde tráfico de influência e venda de decisões judiciais, até nepotismo e desvio de verbas. Um exemplo foi uma operação deflagrada pela Polícia Federal em 2007, chamada “Operação Furacão”, que investigou a atuação de uma organização criminosa que estaria infiltrada nos poderes Judiciário e Executivo do Rio de Janeiro. Entre os integrantes do Poder Judiciário que foram investigados estavam ministros do Superior Tribunal de Justiça e membros do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro.

Meses depois, chega ao Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup> a denúncia apresentada pelo Procurador Geral da República que pedia a abertura de processo contra 40 pessoas (entre eles membros do governo e ex-ministros de Estado) que, segundo a investigação, estariam envolvidos em um esquema de pagamento de propina a membros da base governista no

---

<sup>1</sup> Eventualmente, usaremos a sigla STF para substituir Supremo Tribunal Federal.

Congresso em troca de votos. O escândalo foi denunciado pelo então deputado pelo PTB do Rio de Janeiro Roberto Jefferson.

Em uma entrevista à Folha de S. Paulo em 06 de junho de 2005, o deputado chamou o esquema de “mensalão”. A denúncia, elaborada pelo então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, apontava indícios da participação de 40 pessoas no esquema. Cabia ao STF julgar se havia indícios suficientes naquela denúncia que justificassem a abertura de um processo.

Durante esse julgamento, que é o objeto do nosso estudo, o Judiciário foi para o primeiro plano nas coberturas diárias, o que permitiu uma observação mais rica da construção de uma idéia de Justiça e dos juízes durante esse período. A cobertura do julgamento do “mensalão” no STF levantou importantes debates na sociedade, através do jornalismo, sobre o grau de acessibilidade do Judiciário, impunidade para pessoas ligadas ao poder, possível influência direta do Poder Executivo e do Poder Legislativo em julgamentos e a linha que divide o público do privado

O objetivo da investigação foi procurarmos pistas de como o julgamento da denúncia do “mensalão” no Supremo Tribunal Federal foi tratado por dois jornais de grande circulação nacional: Folha de S. Paulo e O Globo<sup>2</sup>. A escolha dos jornais deu-se, em primeiro lugar, em função da circulação<sup>3</sup> e, segundo, devido a dois acontecimentos envolvendo esses periódicos.

Nos primeiros dias de cobertura, O Globo publicou mensagens trocadas pelo sistema interno do STF entre dois ministros (Carmen Lúcia e Ricardo Lewandowski). Essas mensagens foram captadas, nas telas dos computadores pessoais dos ministros, pelas lentes do fotógrafo de plantão do Globo e depois reconstituídas na redação. As mensagens indicariam que alguns integrantes da Corte estariam combinando votos antecipadamente e que haveria uma possível troca de favores envolvendo o julgamento e a indicação de um ministro para o Tribunal.

Dias depois, já ao final da votação que aceitou a denúncia e transformou os 40 denunciados em réus, a Folha de S. Paulo publicou trechos de uma conversa telefônica ouvida por uma repórter e colunista do jornal, em um restaurante de Brasília, em que um ministro dizia que o Supremo havia votado “com a faca no pescoço” e que “a tendência era amaciar

---

<sup>2</sup> Ao longo do nosso trabalho, utilizaremos “Folha” como um sinônimo de Folha de S. Paulo e “Globo” para O Globo.

<sup>3</sup> Entre os maiores jornais em circulação paga, a Folha aparece em primeiro lugar com uma média de 311.287 exemplares diários. O Globo aparece em quarto lugar, atrás do Super Notícia (Sempre Editora S/A) e do Extra (Infoglobo Comunicações). O Globo tem circulação média diária de 281.407 exemplares. Os jornais Folha de S. Paulo e O Globo, entretanto, são os dois periódicos, entre os quatro, que têm o maior número de características em comum: enfoque nos cadernos de Brasil, sucursais permanentes em Brasília e repórteres especiais cobrindo o STF. Os dados são do Instituto Verificador de Circulação, 2008.

para o Dirceu”, em referência à aceitação das denúncias contra o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu. Esses dois episódios colocaram a mídia no centro das atenções e provocaram debates acirrados sobre os limites da liberdade de imprensa.

Para a análise, coletamos textos publicados nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo entre os dias 3 de agosto de 2007 e 3 de setembro de 2007. Para complementar a análise, aplicamos entrevistas semi-estruturadas com jornalistas, repórteres especiais, repórteres fotográficos e editores que participaram diretamente da cobertura<sup>4</sup>.

As notícias foram divididas em cinco momentos distintos, que marcaram a cobertura, indo desde as matérias de expectativa até a avaliação do julgamento. Para o estudo dos textos, usamos a técnica de Análise de Conteúdo. Durante a análise, procuramos verificar quais os critérios que prevaleceram na seleção dos assuntos mais importantes que deveriam ser publicados durante aquela cobertura. Buscamos identificar, também, as características da imagem da Justiça Brasileira neste caso, em particular o Supremo Tribunal Federal, e investigar as possíveis causas para isso (se prevaleceu uma visão majoritariamente negativa ou positiva da Justiça, por exemplo).

As teorias utilizadas para dar suporte à análise foram a Teoria da Produção da Notícia e a Teoria das Representações Sociais, dentro do paradigma das teorias construtivistas<sup>5</sup>. O paradigma da Construção Social da Realidade está amparado na Sociologia do Conhecimento, termo criado pelo filósofo Max Scheler na década de 1920, na Alemanha, e que trata das relações entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge. Os antecedentes intelectuais imediatos da sociologia do conhecimento são três criações do pensamento alemão do século XIX: o marxista, o nietzscheano e o historicista (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 14-16). Em uma perspectiva construtivista, segundo Corcuff (2001), “as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos” (2001, p. 26).

A Teoria da Produção da Notícia está no conjunto das teorias construtivistas, que datam da década de 1970. Segundo Traquina (2005a), essa vertente considera o jornalismo como instrumento de construção da realidade através das notícias, rejeitando uma ideia anterior que via o jornalismo como espelho da realidade.

Segundo o autor, as principais razões para rejeição da teoria do espelho são: 1) é impossível separar a realidade e os meios noticiosos que devem “refletir” essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade; 2) a própria linguagem não pode

---

<sup>4</sup> Alguns editores e repórteres expressaram a vontade de não participarem das entrevistas e foram respeitados.

<sup>5</sup> Ao longo do texto, usaremos “construtivismo” e “construcionismo” como sinônimos.

funcionar como transmissora direta do significado dos acontecimentos porque a linguagem neutra é impossível; 3) a mídia revela a sua representação dos acontecimentos devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizacionais do trabalho (rotina), limitações financeiras, e a resposta da mídia a acontecimentos imprevisíveis (TRAQUINA, 2005a, p. 168).

Dentro da perspectiva do jornalismo como construção, utilizamos os critérios de seleção de notícia chamados de valores-notícia, que, durante o trabalho diário, o jornalista utiliza para decidir o que tem mais chances ou não de ser publicado. Assim, esses critérios “são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’.” (TRAQUINA, 2005b, p. 63)

Também utilizamos a Teoria das Representações Sociais, que tem origem na Psicologia Social. Para um dos seus principais autores, Serge Moscovici (1978), a Teoria das Representações Sociais é “uma modalidade de conhecimento particular que tem por junção a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). Segundo o autor, a produção das Representações Sociais está nas instituições, nas ruas e, também, nos meios de comunicação de massa e o aparecimento de novas formas de comunicação de massa gerou a possibilidade de circulação de idéias e, também, permitiu que grupos cada vez mais amplos pudessem participar da produção psicossocial do conhecimento.

No Capítulo 1, desenvolvemos a Teoria da Produção da Notícia e apresentamos e contextualizamos os critérios de noticiabilidade. Em seguida, apresentamos o paradigma da Construção Social da Realidade e seus fundamentos, para só então passarmos para a apresentação da Teoria das Representações Sociais. Concluindo o Capítulo 1, tratamos da pertinência das teorias apresentadas para o estudo do campo do jornalismo, em geral, e do nosso objeto, em particular.

O Capítulo 2 começa com um panorama da formação da Justiça brasileira. Fizemos um breve apanhado histórico da formação do Poder Judiciário desde o período colonial até a organização atual, para fins de contextualização. Em seguida, apresentamos alguns aspectos do Judiciário como objeto de interesse do Jornalismo. Depois, entramos nos detalhes do nosso objeto, com uma breve cronologia do “mensalão”, desde as primeiras revelações feitas ao jornal Folha de S. Paulo pelo então deputado Roberto Jefferson até a apresentação da denúncia ao Supremo Tribunal Federal. Finalmente, organizamos cronologicamente as notícias selecionadas do Globo e da Folha de S. Paulo, de forma descritiva, para facilitar a

visão geral do objeto. Nesse capítulo, também apresentamos a metodologia utilizada na análise dos textos e entrevistas.

O Capítulo 3 apresenta os primeiros dados da análise, iniciando com o que chamamos de preparação para o julgamento, com expectativas e especulações sobre o caso. Também nesse capítulo apresentamos a análise do segundo momento da cobertura, que corresponde ao episódio das mensagens trocadas entre ministros pelo computador e fotografadas pelo Globo. Esse fato suscitou longos debates sobre os limites da liberdade de imprensa. Apesar de este não ser o foco da pesquisa, optamos por fazer, ainda no Capítulo 3, um breve apanhado sobre a relação entre liberdade de imprensa e proteção da privacidade.

O Capítulo 4 traz a análise dos textos que compõem o quarto momento da cobertura, que tem o foco na aceitação da denúncia. Nesse Capítulo entram as notícias sobre os resultados do julgamento. Também nesse capítulo está a análise do quarto momento da cobertura, que corresponde aos textos sobre o que uma jornalista da Folha de S. Paulo escutou de uma conversa entre o ministro Lewandowski e o irmão dele, ouvida em um restaurante em Brasília. O ministro teria dito que o Supremo Tribunal Federal havia votado “com a faca no pescoço”. Por fim, analisamos o quinto período da cobertura, com as avaliações depois do julgamento. Aqui estão incluídas as matérias sobre o julgamento da denúncia do “mensalão” publicadas depois da aceitação da denúncia no STF.

As entrevistas semi-estruturadas aplicadas com os jornalistas que participaram da cobertura contribuíram enormemente para contextualizar aspectos importantes da cobertura. Trechos que julgamos mais significativos dessas entrevistas foram utilizados para complementar a análise dos textos dos dois jornais.



## Capítulo 1: Investigando o jornalismo

Estudar o campo<sup>6</sup> jornalístico é conhecer mais sobre seu protagonismo da vida nas sociedades democráticas. É o campo jornalístico que desempenha, nas sociedades modernas, este papel estratégico de composição e de conseqüente “cimento homogeneizador da vida coletiva” (RODRIGUES, 2002, p. 224). E esse papel exerce grande influência na consolidação de idéias como Justiça, democracia e direito à informação, já que é através do campo jornalístico que os cidadãos têm acesso aos acontecimentos de relevância pública.

Para Rodrigues, a instituição midiática se distingue das outras por sua natureza exotérica. Ele diz que, “enquanto o âmbito da legitimidade dos outros tipos de discurso é limitado a um dos domínios específicos da experiência, o âmbito da legitimidade do discurso midiático é transversal ao conjunto de todos os domínios da experiência moderna” (RODRIGUES, 2002, p. 220).

Dessa forma, os discursos não-midiáticos tendem a ser esotéricos e os midiáticos, exotéricos. O termo esotérico é usado por Rodrigues (2002) “para designar o discurso destinado aos membros de uma instituição, exigindo a sua compreensão o domínio das suas representações simbólicas próprias, o que torna relativamente opaco para os estranhos” (p. 220). Exemplos de discursos esotéricos são os textos técnicos, por exemplo, que compõem os processos judiciais, os pareceres e as sentenças. São textos que, quando divulgados na íntegra, causam reação de estranhamento até mesmo em jornalistas com longa experiência na cobertura do Judiciário. Como abordaremos ao longo deste trabalho, muitos dos jornalistas entrevistados para esta pesquisa revelaram ter dificuldades para assimilar e repassar certos conteúdos para o público de maneira eficaz.

Já o termo exotérico “aplica-se às modalidades discursivas que não são reservadas a um corpo institucional em particular, mas destinadas a todos indiscriminadamente” (RODRIGUES, 2002, p. 220). Desta categoria fazem parte os textos jornalísticos, já que a mídia, à exceção dos veículos especializados, circula por todas as instituições sociais. Muitas vezes, os textos noticiosos são construídos a partir de textos técnicos, elaborados com discurso esotérico. O termo exotérico também é usado por Vizeu (2008) para designar uma das funções do conhecimento do jornalismo. Para o autor, “na postura esotérica de outros campos, por exemplo, todo um instrumental teórico e prático que só diz respeito às práticas

---

<sup>6</sup> A definição de campo que usamos aqui é a de Bourdieu (1997): “Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que também é um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (BOURDIEU, 1997, p. 57).

médicas e do domínio da instituição médica resulta num discurso hermético, restrito a um grupo” (VIZEU, 2008, p. 18). Assim, a função do campo jornalístico é tornar esse discurso mais compreensível para o público.

Uma das principais conseqüências dessa distinção é o fato de “o discurso midiático levar com freqüência os detentores da legitimidade das outras instituições a considerarem que o discurso midiático atraiçoa a autenticidade do seu discurso especializado” (RODRIGUES, 2002, p. 221). E isso acontece freqüentemente com a imprensa, na cobertura do Judiciário. É o famoso “juridiquês”. Durante a cobertura do julgamento da denúncia do “mensalão” no Supremo Tribunal Federal, a linguagem complicada da Justiça foi tema de matéria. Em tom irônico, o jornalista Frederico Vasconcelos, veterano na cobertura do Judiciário, escreveu o seguinte sobre o início do julgamento:

O excelso pretório, ou augusto sodalício, reuniu-se para começar a analisar a exordial oferecida pelo parquet. Ou o STF iniciou julgamento para decidir se recebe denúncia da Procuradoria. Na fase de sustentação pelos advogados, transmitida pela TV, a denúncia foi considerada inepta (incompreensível, sem os requisitos legais ou em conflito com a lei), sem lastro probatório ou substrato fático mínimo (sem condições para iniciar um processo). Alegou-se açodamento (pressa) do procurador-geral. E pediu-se a improcedência da denúncia. O exame dos autos (papéis do processo, não veículos) revelaria que a instrução (produção de provas) não gerou indícios mínimos de materialidade (elementos que caracterizam o crime). Alegou-se haver provas ilícitas, emprestadas (vindas de processo anterior) ou autorizadas por juiz incompetente. Antecipando algumas preliminares (questões que impediriam o julgamento) da lide (litígio), ou seja, o exame do mérito (matéria de fato e de direito), o Supremo deverá decidir, recorrendo ao juridiquês, se os 40 do mensalão estarão jungidos (sujeitos) a uma ação penal que poderá mandá-los ao ergástulo (para a cadeia). (VASCONCELOS, 23 ago. 2007)

Este exemplo mostra a importância do trabalho do jornalista na transformação do discurso esotérico em exotérico, através de inúmeras técnicas e rotinas produtivas, contribuindo, assim, para a formação de sentido. Mas nem sempre essa transformação acontece com naturalidade. Apesar de presentes na maioria das grandes redações, os jornalistas especializados em cobertura do Judiciário ainda são raros.

O trabalho diário do jornalista é de organização de conteúdo, “procurando torná-lo mais compreensível. Por isso, há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de ‘poder mostrar’, de ‘poder dizer’ e de ‘poder analisar’” (VIZEU, 2007, p. 6). A função pedagógica é, segundo Vizeu (2007), “resultado de uma série de enquadramentos culturais, das práticas sociais, da cultura profissional, dos constrangimentos organizacionais e do campo da linguagem que os jornalistas mobilizam para produzirem notícias” (2007, p. 7).

## 1.1 A produção da notícia

Os jornalistas têm um papel relevante na construção da realidade representada e interpretada pelos indivíduos. O mundo da vida cotidiana “não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 36).

Os jornalistas seriam, assim como todas as outras pessoas, construtores da realidade que os cerca. Mas o que diferencia os jornalistas dos demais é a capacidade de dar forma a essa realidade: “difundindo-a, a convertem em uma realidade pública sobre o acontecimento diário” (ALSINA, 2005, p. 13, tradução nossa). Através da mediação do jornalista, a sociedade entra em contato com os acontecimentos do mundo. Mas não entra em contato, evidentemente, com todos os acontecimentos. O jornalista, inserido na sua cultura profissional, é influenciado, em maior ou menor grau, por diversos fatores, como o ambiente da empresa onde trabalha, os valores e crenças que compartilha, sua afinidade partidária (ou a falta dela), restrições operacionais da redação, tempo para a produção de uma notícia e o espaço para publicação/veiculação de uma informação.

O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite. (TRAQUINA, 2005a, p.25)

Todos esses fatores fazem da produção da notícia um processo que tem um grau de complexidade nem sempre percebido pelo público, e até pelos jornalistas e estudiosos do assunto. Apesar de estar constantemente lidando com assuntos que, quando publicados, vão acrescentar algo na vida de milhares de pessoas, o ritmo acelerado presente na maioria das redações com *deadlines*<sup>7</sup> diários não permite que o profissional tenha muitas chances para refletir problemáticas.

---

<sup>7</sup> Deadline: palavra da língua inglesa utilizada também no Brasil para designar a hora de fechamento das edições ou o tempo limite de preparação de uma notícia.

O conjunto dessas práticas e a posição da informação na sociedade atual fazem com que o jornalismo funcione como uma instituição geradora de sentido.

As instituições controlam a recepção de elementos de sentidos pelos estoques sociais de conhecimento e organizam a intermediação, a mediação das reservas históricas dos mesmos para os membros da sociedade contribuindo dessa forma para a redução da complexidade bem como colocando-se como um dos possíveis referenciais do dia-a-dia na contemporaneidade. (SANTANA; VIZEU, 2009, p. 3)

E como local de referência na sociedade, a mídia atua como ponte entre a realidade social global e o público. Mas “não somente transmitem, mas também preparam, elaboram e apresentam uma realidade que não tem saída a não ser modificar, quando não, formar” (GOMÍS, 1991, p. 16, tradução nossa). Gomís destaca o papel do Jornalismo como não apenas o de transmissor, mas de intérprete do mundo, de construtor de sentidos.

Considerar o jornalismo como sendo capaz de construir sentidos e, ao mesmo tempo, admitir a objetividade como algo inerente à profissão do jornalista não são idéias compatíveis. Gaye Tuchman (1999) define a objetividade jornalística como um ritual estratégico, algo que o jornalista usa como proteção. Os jornalistas “invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 1999, p.75). Esse ritual permite que o jornalista esteja protegido de críticas quanto à influência da sua subjetividade no processo de produção da notícia ao utilizar declaração entre aspas e fontes anônimas, por exemplo.

O ato de transformar, em texto escrito, um acontecimento adiciona um fator humano à história que está sendo contada. Assim, “mais do que considerar a ‘exatidão’ dos fatos e a sua correspondência com uma realidade externa, podemos considerá-los como contributos da narrativa, como elementos numa ordenação humana dos mesmos” (BIRD; DARDENNE, 1999, p. 265).

E é na narrativa que os mitos são construídos. Estes não se definem pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a mensagem é proferida. Para Roland Barthes (2003), a mídia está constantemente criando mitos através da narrativa. O mito, por princípio, “transforma a história em natureza” (BARTHES, 2003, p. 151), dando à imprensa, portanto, todos os instrumentos para apresentar um determinado acontecimento envolvido nos mais diversos conceitos. Para o leitor, “tudo se passa como se a imagem provocasse naturalmente o conceito” (2003, p.151), como se o próprio fato, por si só, criasse seu significado.

Mas o que está por trás das colunas cheias de informação nos jornais todos os dias, nas infinitas páginas dos sites de notícias, nos minutos das emissões radiofônicas? O jornalista,

sentado à frente do computador, com o ouvido colado ao telefone, ou o repórter das ruas, que acompanha o acontecimento de perto, ao vivo, seguem uma série de rituais que, ao fim do dia, resultam no produto jornalístico que chega ao consumidor de notícias.

E o que são as notícias? O que as define como tais? Nelson Traquina (2005a), ao introduzir o debate sobre o que são as notícias, define o jornalismo como “um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estória’ das estrelas, ‘estórias’ de triunfo e tragédia” (TRAQUINA, 2005a, p. 21). Para a construção das estórias, ou das notícias, a informação que chega das mais diversas formas à redação, passa por vários processos de seleção e edição.

O primeiro guardião das portas da redação, o primeiro *gatekeeper*<sup>8</sup>, decide se aquele assunto merece ser considerado. O *gatekeeper*, expressão criada por Kurt Lewin, define o responsável por decidir o que vai passar pelos portões (*gates*). White utilizou a metáfora dos portões para estudar porque o editor telegráfico que recebia os textos das agências em um jornal americano decidia selecionar ou rejeitar determinados assuntos. Como resultado, White apontou: “através do estudo das razões apresentadas para a rejeição de notícias das agências noticiosas, podemos verificar como a comunicação das ‘notícias’ é subjetiva, como tem por base o conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (WHITE, 1999, PP. 142-151).

Nas redações, o jornalista/editor exerce a função de *gatekeeper* levando em conta critérios de noticiabilidade, ou seja, identificando que características fazem com que aquele assunto mereça ser aceito. Mauro Wolf define a noticiabilidade como “o conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias” (WOLF, 2008, p. 202). E os valores-notícia (*news values*) fazem parte dessa noticiabilidade.

Esses valores-notícia são valores partilhados pela coletividade dos jornalistas e, geralmente, não são explicitamente colocados à disposição do jornalista. Traquina (2005b) divide a evolução desses critérios em três épocas distintas: primeiras décadas do século XVII, anos 30-40 do século XIX e anos 70 do século XX.

Nas primeiras décadas do século XVII, as notícias circulavam nas chamadas “folhas volantes”, que eram publicações geralmente sobre um único tema e com periodicidade irregular. As “folhas volantes” apareceram para satisfazer a curiosidade sobre os acontecimentos, apresentando os “milagres, abominações, catástrofes e acontecimentos bizarros” (TRAQUINA, 2005b, p. 64). Nessa época, os valores-notícia eram: (a) assuntos

---

<sup>8</sup> Palavra da língua inglesa que quer dizer “porteiro”, em Português.

inacessíveis, acontecimentos de lugares distantes; (b) o insólito: acontecimentos que produzem espanto, surpresa; (c) importância do ator principal; (d) homicídios; (e) milagres; (f) feitiçaria.

Nos anos entre as décadas de 1830 e 1840, a imprensa era dominada pelo pólo político e pela elite. Há o surgimento da “*penny press*”<sup>9</sup>, uma modalidade de jornalismo que privilegiava informação e não propaganda, com preço muito baixo. Assim, a audiência passa a ser mais generalizada e politicamente menos homogênea, no lugar da elite educada. Exemplos desse novo modelo de jornalismo aparecem nos Estados Unidos e na França. Na América do Norte, Benjamin H. Day lança o *New York Sun* em 1831, dando ênfase às notícias locais, às histórias de interesse humano e a reportagens sensacionalistas. Em Paris, Emile de Girardin lança o *La Presse*. Nesse segundo momento, os valores-notícia são: (a) interesse humano; (b) crimes; (c) escândalos; (d) tragédias.

A sistematização dos valores-notícia foram temas de alguns estudos. Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge chegaram a uma lista de 12 itens depois da observação do noticiário estrangeiro em *A estrutura do Noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros*, originalmente publicado no *Journal of International Peace Research*, em 1965, e adaptado para publicação no livro de Traquina (1999).

Os critérios segundo Galtung e Ruge, são (1) frequência (duração); (2) amplitude do evento; (3) clareza ou falta de ambigüidade; (4) significância (relevância); (5) consonância (facilidade de inserir o “novo” numa “velha” idéia que corresponda ao que se espera que aconteça); (6) inesperado; (7) continuidade (continuação como notícia do que já ganhou noticiabilidade); (8) composição (inserção de uma notícia no conjunto do noticiário); (9) referência a nações de elite; (10) referência a pessoas de elite; (11) personalização; (12) negatividade.

Os 12 valores-notícia elencados por Galtung e Ruge não são absolutos nem completamente independentes. Segundo os autores, quanto mais os acontecimentos satisfizerem os critérios, mais possibilidade eles terão de serem considerados notícia (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 71).

Nos anos 70 do século XX, Traquina destaca o estudo de Herbert Gans (*Deciding What's News*, 1980), que acompanhou a produção de notícias nacionais nos telejornais de três principais cadeias norte-americanas (CBS, ABC e NBC), o que resultou em uma maior

---

<sup>9</sup> Expressão em Inglês que, em Português, significa algo como “imprensa de um centavo”.

valorização das “qualidades duradouras das notícias”. O livro é o resultado da observação dos jornalistas desses veículos. Gans conversou com eles sobre como eram tomadas as decisões e também participou de reuniões editoriais e de conversas informais fora das redações.

Para ele, os atores (as pessoas que aparecem nas notícias) podem ser divididos em dois grupos: os *Knowns* (os conhecidos) e os *Unknowns* (os desconhecidos). A maioria, segundo Gans, é de atores conhecidos. E entre os conhecidos, aparecem mais, nessa ordem, os presidentes, candidatos à presidência, oficiais federais, agentes estaduais e locais, suspeitos de terem cometido crimes e os criminosos, astronautas, profissionais, líderes de negócios e de categorias profissionais e líderes de direitos civis. Já os desconhecidos são os participantes de protestos, vítimas, suspeitos de terem cometido crimes e os criminosos, eleitores e participantes de pesquisas, e os que praticam atividades incomuns (GANS, 1980, p. 9).

Essas duas categorias, junto com as atividades sobre as quais o jornalismo mais publica, levaram Gans a elaborar uma lista de valores que os jornalistas levam em conta na seleção e produção da notícia. Os jornalistas, segundo Gans,

tentam ser objetivos, mas nem eles, nem ninguém, podem, ao final, agir sem valores. Além disso, os julgamentos de realidade nunca são completamente independentes de valores. [...] Os valores nas notícias raramente são explícitos e precisam ser encontrados nas entrelinhas – em quais os atores e as atividades que são publicadas ou ignoradas, e em como eles são descritos. [...] Nesse processo, as notícias também assumem um consenso sobre valores que podem nem existir, já que elas lembram a audiência dos valores que estão sendo violados e assumem que a audiência compartilha desses valores (GANS, 1980, p. 39-40, tradução nossa).

Os valores-notícia segundo Gans, que formam o terceiro período definido por Traquina, estão organizados da seguinte forma: (a) notoriedade do ator principal; (b) conflitos dentro do governo; (c) decisões e propostas governamentais; (d) mudanças de pessoas no exercício do poder; (e) crimes; (f) escândalos; (g) investigações; (h) protestos; (i) desastres; (j) o insólito.

Já Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan, num estudo de 1987, chegaram a 7 critérios: (1) simplificação (também ligada à proximidade cultural de um acontecimento); (2) dramatização; (3) personalização; (4) continuidade; (5) consonância; (6) inesperado; (7) infração. Para os autores, “os valores-notícia não são imperativos, mas sim elementos que ajudam o jornalista a reconhecer a importância dos acontecimentos, a proceder a escolhas dentre as alternativas, e a considerar as escolhas a fazer” (TRAQUINA, 2005b).

O valor-notícia infração chama nossa atenção por ser um tema central na cobertura que analisamos. Os autores referem-se aqui aos abusos cometidos por funcionários e autoridades públicas, conferindo ao jornalismo uma função de policiamento da sociedade. O esquema do “mensalão” está, segundo as investigações, completamente inserido no governo. E suspeitas e denúncias de conduta criminosa no âmbito público ganham sempre visibilidade. O valor-notícia da infração, “e o subsequente policiamento da sociedade, implica também a tomada em consideração do ‘homenzinho contra a burocracia’ em que os media noticiosos tomam em mãos a causa do cidadão ofendido” (TRAQUINA, 2005b, p. 75-76).

Seguindo nas sistematizações dos valores-notícia, Traquina, utilizando a classificação de Wolf (2008), distingue os valores-notícia de seleção dos valores-notícia de construção. Segundo Traquina (2005b, p. 77), “foi o acadêmico italiano Mauro Wolf que apontou que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, ou seja, no processo de seleção dos acontecimentos e no processo de elaboração da notícia, isto é, no processo de construção da notícia.”

Wolf (2008) elenca três características básicas dos valores-notícia. A primeira é que, apesar de os valores serem apresentados em listas, eles funcionam de modo complementar. Na seleção das notícias, “os critérios de relevância funcionam conjuntamente, em ‘maços’: são as diversas relações e as combinações que se determinam entre diferentes valores/notícia, para ‘recomendar’ a seleção de um fato” (WOLF, 2008, p.202-203).

O segundo aspecto é a distribuição dos critérios de relevância ao longo do processo de produção. Os valores-notícia, portanto, “estão presentes não apenas na seleção das notícias, mas também permeiam os procedimentos posteriores, porém com uma importância diferente”. A terceira característica refere-se à constância dos critérios. Os jornalistas não poderiam, a cada vez, definir critérios novos. O mínimo exigido é “fazer dessa incumbência uma rotina, a fim de torná-la passível de ser cumprida e administrada” (WOLF, 2008, p. 202-203).

Os valores-notícia, portanto,

devem permitir uma seleção do material, feita apressadamente, de modo quase ‘automático’, caracterizada por um certo grau de flexibilidade e de comparação, que seja defensável e, sobretudo, que não seja suscetível de muitos obstáculos. Por conseguinte, é falacioso representar o processo de seleção como uma escolha rígida. Sem margens, preordenada, vinculada a critérios fixos (WOLF, 2008, p. 204-205).



É importante lembrar, entretanto, que os valores-notícia precisam ser encarados como valores dinâmicos, que vão se ajustando aos avanços e mudanças nas técnicas e rotinas produtivas do jornalismo e às circunstâncias da cobertura.

Traquina propõe uma sistematização dos valores-notícia com base nas idéias de Wolf, que dividiu os valores em dois grupos: os de seleção e os de construção. Os de seleção são subdivididos em: a) critérios substantivos: avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia; b) critérios contextuais: dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Já os de construção “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 78).

Os critérios substantivos dos valores-notícia de seleção estão assim elencados: (1) a morte; (2) notoriedade do ator principal; (3) proximidade; (4) relevância; (5) novidade; (6) tempo: atualidade; news pegs; e permanência; (7) notabilidade; (8) inesperado; (9) conflito ou controvérsia; (10) infração; (11) escândalo.

Também fazem parte dos valores-notícia de seleção os critérios contextuais. São eles: (1) disponibilidade; (2) equilíbrio (quantidade ou frequência de notícias sobre o mesmo acontecimento.); (3) visualidade (no caso de TV e impresso); (4) concorrência; e (5) o dia noticioso. Passando para os valores-notícia de construção, Traquina elenca os seguintes critérios: (1) simplificação; (2) amplificação; (3) relevância; (4) personalização; (5) dramatização; e (6) consonância.

Entre esses, alguns critérios mostraram-se de maior relevância para a nossa pesquisa. Dentro do grupo dos critérios substantivos dos valores-notícia de seleção estão: notoriedade do ator principal, novidade, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração e escândalo. A notoriedade do ator principal pode ser exemplificada em coberturas políticas ou em coberturas que envolvam políticos, com é o caso do “mensalão”, sendo comum ver “como os membros da tribo jornalística andam atrás das estrelas políticas” (TRAQUINA, 2005b, p. 79).

O valor-notícia novidade é um dos mais fortes na prática jornalística, já que a busca pelo “gancho” pesa na publicação. No nosso objeto de estudo, esse valor-notícia ganha mais destaque pela “primeira vez”. No caso do julgamento da denúncia do “mensalão”, era a primeira vez que uma denúncia daquele porte chegava ao Supremo e com chances de ser aceita. O valor-notícia notabilidade também é de grande importância no nosso trabalho, uma vez que esse valor “alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais voltado para a cobertura de acontecimentos e não de problemáticas” (TRAQUINA, 2005b, p. 82).

Evidências de notabilidade são: a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento, algo não comum (ex: notícia é se o homem morde o cão, e não o cão morde o homem; amparo na natureza consensual da sociedade) etc. Durante a cobertura do julgamento da denúncia do “mensalão”, o número de denunciados, 40, foi constantemente lembrado como uma das justificativas para a importância e para o ineditismo do caso.

O valor-notícia escândalo também ganhou destaque na cobertura. Segundo Traquina (2005b), esse tipo de acontecimento “corresponde à situação mítica do jornalista como ‘cão-de-guarda’ das instituições democráticas” (TRAQUINA, 2005b p. 85). No caso do julgamento, a divulgação das mensagens trocadas entre os ministros, numa suposta combinação antecipada de votos e com a suspeita de influência do executivo, pode ser apresentada como exemplo.

Dentre os critérios contextuais estão: equilíbrio e concorrência. E entre os valores-notícia de construção destacamos: simplificação, personalização e dramatização.

Quanto à natureza dos fatos envolvendo o Judiciário que são de interesse da imprensa, os que remetem a crimes, infrações, conflitos e controvérsias ganham destaque. Isso está ligado ao fato de o Judiciário ser a principal instância de resolução de conflitos. Além do estudo da utilização de valores-notícia pelo jornalismo, acreditamos ser indispensável estudar o papel do jornalismo como construtor da realidade.

## **1.2 Construindo a realidade através do Jornalismo**

Tudo o que vemos, lemos ou ouvimos diariamente é o que acaba por influenciar em grande medida a formação do que entendemos por realidade. Acompanhando dia após dia as notícias nos mais diversos meios, os consumidores dessa informação vivem momentos de estranhamento, de surpresa, de novidade e, não menos freqüentemente, de previsibilidade, de repetição. Mas, assim como outras ações humanas, a produção da notícia é um processo essencialmente subjetivo que segue regras formuladas para garantir um nível aceitável de objetividade. Então o que se considera realidade é, na verdade, um conjunto de representações e imagens formadas nas interações sociais, sejam elas midiáticas ou não.

Como defende Roland Barthes (2003), a imprensa está constantemente formando mitos. Por princípio, o mito transforma a história em natureza o que fornece ao jornalismo a possibilidade de apresentar um fato cercado de vários conceitos. Enquanto isso, o leitor percebe tudo como se a imagem provocasse naturalmente o conceito, como se o próprio fato, por si só, criasse seu significado (BARTHES, 2003, p. 151).

Através de declarações de especialistas ou pessoas socialmente autorizadas a falar sobre determinados assuntos, o jornalismo transmite uma observação de segunda ordem da realidade.

[realidade dos meios de comunicação] substitui declarações do saber garantidas em outras formações sociais por meio de posições excepcionais de observação: pelos sábios, pelos sacerdotes, pela nobreza, pela cidade, pela religião ou pelas formas de vida que se distinguem pela ética e pela política. (LUHMANN, 2005, p. 141)

Os estudos de Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) trazem muito das idéias de Alfred Schutz (CORREIA, 2005, p. 123). No capítulo inicial do livro, Berger e Luckmann dizem ter herdado de Schutz “a noção básica da maneira pela qual a tarefa da sociologia do conhecimento deve ser redefinida”, principalmente nos fundamentos do conhecimento da vida diária (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 31). Além de Berger e Luckmann, outros autores também ajudaram o “novo paradigma”, totalmente oposto à perspectiva das notícias como “distorção” da realidade e à teoria do espelho, no estudo do jornalismo: Molotch e Lester, Hall, Tuchmann, etc (TRAQUINA, 2005, p. 168).

Este paradigma surge como alternativa à teoria que define o jornalismo como o reflexo da sociedade. Traquina (2005) elenca três razões que justificam a rejeição da teoria do espelho na perspectiva construtivista: (1) é impossível estabelecer uma distinção entre a realidade e a mídia que deve “refletir” essa realidade, já que as notícias ajudam a construir essa realidade; (2) a linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado dos acontecimentos, já que não existe linguagem neutra; e (3) a mídia transmite a sua interpretação dos acontecimentos devido a fatores como pressões organizacionais, limitações orçamentais e a imprevisibilidade dos acontecimentos.

A nova maneira de ver o jornalismo começa a surgir na década de 1970, período em que, segundo Traquina, as inovações metodológicas que contribuíram para a forma de investigação surgem. “Os acadêmicos, seguindo o exemplo dos antropólogos em terras distantes com uma abordagem etnometodológica, foram aos locais de produção, permaneceram durante longos períodos de tempo, observaram os membros da comunidade jornalística” para entender a atitude do profissional (TRAQUINA, 2005a, p. 172).

A Construção Social da Realidade está amparada na Sociologia do Conhecimento, termo criado pelo filósofo Max Scheler na década de 1920 na Alemanha, e que trata das relações entre o pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge. Os antecedentes intelectuais imediatos da sociologia do conhecimento são três criações do

pensamento alemão do século XIX: o marxista, o nietzscheano e o historicista (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 14-16).

De Marx, a Sociologia do Conhecimento herdou as definições de ideologia (idéias que servem de armas para interesses sociais) e falsa consciência (pensamento alienado do ser social real do pensador). De Nietzsche, herdou a aplicação específica daquilo que ele chamava de arte da desconfiança. E a herança historicista da sociologia do conhecimento é o método (p. 19). Berger e Luckmann descrevem a evolução da Sociologia do Conhecimento e o caminho que a teoria percorreu até ser conhecida no mundo todo, passando pelos escritos de Mannheim, Robert Merton, Talcott Parsons, Werner Stark e, finalmente, Schutz.

Schutz desenvolveu as idéias de tipificação e atitude natural, definições amplamente utilizadas nas teorias construtivistas. Esses dois fenômenos são encontrados em textos que falam da Justiça, já que são mecanismos de simplificação do conhecimento. A primeira refere-se à maneira como o ator social na sua vida cotidiana percebe os objetos do mundo. “É a tipificação que permite compreender as formas de ação social intersubjetivamente realizadas. A percepção do que é tido por noticiável implica o recurso a quadros de experiência.” (CORREIA, 2005, p. 130)

As tipificações manifestam-se em situações desde as mais simples (como as seqüências de atividades que fazemos ao acordar: levantar, abrir a janela, abrir a porta e sair do quarto) até outras mais complexas (como associação de conceitos como morosidade e burocracia ao Poder Judiciário Brasileiro). Já a atitude natural se expressa através de evidências tidas por adquiridas, suspendendo a dúvida acerca do conhecimento do mundo.

Assim, as tipificações são a forma que a atitude natural do mundo da vida tem de lidar com a aparição do novo (CORREIA, 2005, p. 131-135). Seria, então, a possibilidade de aplicação de padrões de comportamento amparados em modelos pré-estabelecidos. Por exemplo, quando surgem casos de processos contra políticos, poder-se-ia dizer que, naturalmente, nenhum deles será condenado. Ou, ainda, que a composição do Supremo Tribunal Federal, que é feita a partir da indicação do Presidente da República, determina, previamente, os resultados de julgamentos.

A institucionalização é um fenômeno da vida social que é apresentado por Berger e Luckmann (1985) e apresenta confluências com as idéias de Schutz. A institucionalização, de acordo com os autores, ocorre quando existe uma tipificação recíproca de ações habituais. Ou seja, “as tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre compartilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a

própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais” (1985, p. 79).

Berger e Luckmann colocam no grupo das instituições tanto setores específicos da sociedade (a escola, a família, a Justiça) como a própria sociedade. As instituições, “pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis” (1985, p. 80). Assim, as instituições sociais (a Justiça brasileira, por exemplo), carregam na sua imagem para a sociedade várias atitudes, características ou padrões considerados naturais, de conduta de seus membros. O que sai desses padrões é encarado com estranhamento.

Em texto publicado no dia 23 de agosto de 2007 na Folha de S. Paulo, por exemplo, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, perguntada sobre o que esperava do julgamento, respondeu que esperava uma “justiça sem paixões”:

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse ontem que o governo espera que o STF (Supremo Tribunal Federal), tome uma decisão sobre a denúncia do mensalão "sem paixões". Indagada sobre o que esperava do resultado do julgamento, respondeu: "O governo espera que se faça justiça, sem paixões". Dilma, que tem bom relacionamento com o ex-ministro José Dirceu, tem adotado publicamente atitude de cautela quanto à decisão do STF, seguindo orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já o ministro Walfrido dos Mares Guia (Relações Institucionais) recusou a tese de que o governo estaria também submetido a um julgamento na análise da denúncia contra os 40 acusados de integrar o mensalão, o mais grave escândalo de corrupção dos quase seis anos de governo Lula. "O governo não está em julgamento no STF, não concordo com essa tese. Pessoas que participaram do governo é que estão sendo julgadas, não o governo", disse Mares Guia. (GOVERNO, 23 ago. 2007).

O Judiciário é, por definição, o Poder que deve julgar sem favorecimentos e livre de pressões externas. Mas, levando-se em conta as crescentes denúncias envolvendo juristas (compra de votos, corrupção, favorecimento, etc.) e a suspeita de envolvimento de um grande número de pessoas ligadas ao governo, começaram a surgir sobre esse julgamento algumas teses de influência do Executivo. Assim, o julgamento sob influências externas passa a integrar a lista de atitudes possíveis para esta instituição. Um fator que contribui para o desenvolvimento dessa tese é a composição da Corte através da indicação do Presidente. No caso da composição que julgou a aceitação da denúncia do “mensalão”, muitas notícias publicadas no período revelavam a tese de que seria natural que os ministros que haviam sido indicados pelo presidente Lula fossem menos rígidos na análise do caso.

Outra idéia que compõe o conjunto de processos promotores da construção social da realidade é a reificação. A reificação “é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 123). A reificação pode ser definida como a apreensão das ações humanas como se fossem diferentes de produtos essencialmente humanos. Essas ações reificadas seriam “fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina” (p. 123).

Esta idéia é particularmente pertinente no estudo do Judiciário retratado no jornalismo, já que este Poder, especialmente o Supremo Tribunal Federal, é apresentado como estando em um nível superior na sociedade. Apesar de não haver menção explícita a essa posição do STF nos textos coletados para esta análise, as entrevistas realizadas com os jornalistas envolvidos na cobertura mostram que este é um consenso entre os profissionais do jornalismo. Um dos jornalistas<sup>10</sup> envolvidos na cobertura e entrevistados por nós, ao falar sobre as fotos que revelaram conversas por computador entre ministros durante o julgamento, avaliou as instituições brasileiras, em especial o STF:

[consequimos] mostrar uma coisa que se você chegar pra qualquer ministro e falar ‘você viu o que aconteceu?’, o ministro vinha falar pra você em off ‘isso acontece todo dia’. Tudo bem. O ministro tá lá dentro ele sabe que isso acontece todo dia e toda hora. Agora, a população, que não tem acesso, não tem condição de vir aqui, pegar um avião, de qualquer outro lado do estado, conseguir paletó e gravata e conseguir entrar ali pra poder ver o que ta acontecendo. (JORNALISTA 1, 7 nov. 2008)

O Jornalista 1 acrescentou que a relação dos jornalistas, especialmente dos fotógrafos com o Judiciário, “é uma relação muito complicada porque eles são considerados os donos do poder e os donos da lei. Então o que é bom pra eles fica tudo certo. O que não é bom pra eles, eles conseguem criar regras para que não se possa mostrar.” (JORNALISTA 1, 07 nov. 2008)

### **1.3 A representação da sociedade**

O conceito de representação social ou coletiva está inserido no âmbito da Psicologia Social, que durante a era moderna se desenvolveu na América do Norte, como uma subdisciplina da psicologia. A Psicologia é uma disciplina que se centraliza, quase que

---

<sup>10</sup> A identidade dos nove jornalistas (tanto da Folha e os do Globo) será mantida em sigilo. Todos serão tratados com o artigo masculino independentemente do sexo. Cada um será identificado com um número, atribuído segundo a ordem de coleta de entrevistas, não havendo relação com o veículo ao qual pertencem nem com o cargo que ocupam.

exclusivamente, no indivíduo, o que foi um entrave quando do surgimento da Teoria das Representações Sociais. Segundo Farr (2003), “quando F. H. Allport escreveu seu texto clássico *Psicologia Social* em 1924, mais livros tinham sido escritos sobre o assunto por sociólogos do que por psicólogos (Jones, 1985; Collier, Minton & Reynolds, 1991). Imediatamente após a publicação do texto de Allport, contudo, o estado da arte foi revertido e mais psicólogos que sociólogos escreveram livros-texto de *Psicologia Social*” (FARR, 2003, p. 32-33).

Entre os sociólogos que escreveram sobre psicologia social, Durkheim foi o que mais abertamente mostrou resistência à psicologia, principalmente a centrada no indivíduo.

A distinção aguda de Durkheim entre sociologia (o estudo das representações coletivas) e psicologia (o estudo das representações individuais) fez com que se tornasse praticamente inevitável que, quando Moscovici propôs que se estudassem as representações sociais, esse novo campo fosse classificado como uma forma sociológica, e não psicológica, de psicologia social (FARR, 2003, p. 36).

O conceito de representação coletiva de Durkheim serviu de base para o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais. A proposição do conteúdo de representações coletivas buscou apoio empírico no estudo da religião bastante simples de povos ditos primitivos. A teoria durkheimiana assegurava-se que as formas elementares identificadas naquelas representações religiosas poderiam ser encontradas, em sua forma básica, também nas religiões consideradas mais avançadas. Assim também seria com as demais formas de conhecimento social, já que todas derivam da religião (SÁ, 1993, p. 21). Sá acrescenta, ainda, que

De fato, a extensão explicativa do conceito de representações coletivas à sociedade ocidental da época em que fora proposto – início do século – poderia parecer suficiente, dada a ainda relativa integridade das religiões e de outros ‘sistemas unificadores’. Nas sociedades contemporâneas, entretanto, novos fenômenos representacionais, de origem e âmbito bastante diversos, impõem-se ao exame sob uma perspectiva psicossociológica (SÁ, 1993, p. 22).

O conceito de representações coletivas apresentava vários aspectos que o impediam de dar conta dos fenômenos detectados (SÁ, 1993, p. 22-23). Em primeiro lugar, o conceito de Durkheim abrangia um leque amplo e heterogêneo de formas de conhecimento, em que ele acreditava estar contida uma grande parte da história intelectual da humanidade. Moscovici, em contrapartida, propôs que as representações sociais deveriam ser reduzidas a “uma modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”, na vida cotidiana (SÁ, 1993, p. 22).

Em segundo lugar, a concepção de Durkheim seria estática, o que correspondia à natureza estável dos fenômenos que pretendia explicar, mas não seria adequada à plasticidade, mobilidade e circulação das representações contemporâneas que estavam surgindo. Em terceiro lugar, as representações coletivas seriam vistas por Durkheim como “entidades explicativas absolutas, irredutíveis por qualquer análise posterior, e não como fenômenos que deveriam ser eles próprios explicados. À psicologia social, pelo contrário, segundo Moscovici, caberia penetrar nas representações para descobrir a sua estrutura e seus mecanismos internos.” (SÁ, 1993, p. 23)

O conceito de Representações Sociais foi tratado de forma sistemática pela primeira vez por Serge Moscovici (1978). Para o autor, Durkheim propôs a expressão representação coletiva para designar a especificidade do pensamento social em relação ao individual. Moscovici propõe, então, uma delimitação mais rigorosa, conceituando a Representação Social como “uma modalidade de conhecimento particular que tem por junção a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). As representações sociais possuem uma função construtiva da realidade, sendo, ao mesmo tempo, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado.

No estudo sobre a representação da psicanálise, Moscovici estava interessado em observar o que acontece quando um novo corpo de conhecimento, como a psicanálise, se espalha dentro de uma população. Ele analisou que conceitos e definições predominaram na imprensa francesa na época do surgimento da psicanálise, assim como as características gerais dos artigos publicados (MOSCOVICI, 2008, p. 202). A pesquisa de Moscovici serve para dar suporte ao nosso estudo já que as proporções do julgamento da denúncia do “mensalão” no STF foram consideradas sem precedentes, comparadas, apenas, ao julgamento do pedido de Impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Dessa forma, muitos aspectos do julgamento foram tratados como algo novo.

Para a pesquisa sobre a representação da Psicanálise, Moscovici colheu amostragens do conhecimento, das opiniões e das atitudes das pessoas, com respeito à psicanálise e aos psicanalistas através de questionários semi-estruturados e pesquisas de opinião.

Além da aplicação das técnicas mais tradicionais de identificação das representações, Moscovici procurou perceber como os conceitos e idéias sobre a psicanálise circulavam na sociedade. Para isso, ele colheu amostragens dos conteúdos de alguns jornais e revistas publicados na França entre janeiro de 1952 e março de 1953, e, também, de março de 1953 até julho de 1956. Os textos selecionados, no total 1.640, diziam respeito, direta ou



indiretamente, à psicanálise. Para a análise dos textos da imprensa, Moscovici utilizou análise de conteúdo, conforme apresentada por Berelson (1952).

A produção das Representações Sociais “se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais” (GUARESCHI, 1995, p. 20). Para Moscovici, o aparecimento de novas formas de comunicação de massa gerou a possibilidade de circulação de idéias e, também, permitiu que grupos cada vez mais amplos pudessem participar da produção psicossocial do conhecimento (MOSCOVICI, 2000, p. 9). Os meios de comunicação de massa, portanto, podem ser - e têm sido - um objeto de investigação para a teoria.

O fato de que assuntos tenham sido divulgados através da mídia “é uma ocasião propícia para que se possa estudá-los empiricamente através de escalas de atitude, pesquisas de opinião, questionários, etc.” (FARR, 2003, p. 46). O estudo da representação social da psicanálise só foi possível porque a idéia da psicanálise estava “relativamente espalhada dentro da cultura em que o estudo é feito. Isso era certamente verdadeiro quanto à psicanálise, na França de 1950” (p. 46).

As Representações Sociais emergem não somente como uma maneira de compreender um objeto em particular, mas também como uma maneira na qual o sujeito (individualmente ou em grupo) alcança uma medida de definição, uma função de identidade que é uma das maneiras em que as representações expressam o valor simbólico (MOSCOVICI, 2000, p. 11).

E isso acontece com a superfície das conversas e interações. O jornalismo contribui para esse processo na medida em que idéias, metáforas, imagens e até mesmo opiniões compõem cada texto ou seqüência de imagens e falas. A mídia observa e substitui declarações de saber “garantidas em outras formações sociais por meio de posições excepcionais de observação: pelos sábios, pelos sacerdotes, pela nobreza, pela cidade, pela religião ou pelas formas de vida que se distinguem pela ética e pela política.” (LUHMANN, 2005, p. 141)

As Representações Sociais têm como funções básicas, segundo Sá (1993), tornar convencionais os objetos, pessoas e eventos; e de serem prescritivas, impondo-se sobre as pessoas com uma força irresistível (SÁ, 1993, p. 22-23). O objetivo de toda representação é tornar o não-familiar em familiar (p.37). Para explicar essa transformação, existe a coexistência, nas sociedades atuais, de duas classes distintas de universos de pensamento: os universos consensuais e os universos reificados.

Nos universos reificados, é que se formam e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral, “com sua objetividade, seu rigor lógico e metodológico e sua teorização

abstrata, sua compartimentalização em especialidades e sua estratificação hierárquica” (SÁ, 1993, p. 28). O grau de participação nesses universos está ligado, diretamente, com grau de qualificação.

Aos universos consensuais correspondem as atividades intelectuais da interação social cotidiana pelas quais são produzidas as representações sociais. As chamadas teorias do senso comum que são aí elaboradas “não conhecem limites especializados, obedecem a uma outra lógica, já chamada de ‘lógica natural’, utilizam mecanismos diferentes de ‘verificação’ e se mostram menos sensíveis aos requisitos de objetividade do que a sentimentos compartilhados de verossimilhança ou plausibilidade” (SÁ, 1993, p. 29). Nos universos consensuais, cada integrante é livre para se comportar como um amador ou um observador curioso que pode manifestar suas opiniões e apresentar suas respostas para as questões que estão sendo discutidas.

Tomando como exemplo o surgimento da psicanálise, “o novo é comumente gerado ou trazido à luz por meio dos universos reificados da ciência, da tecnologia ou das profissões especializadas” (SÁ, 1993, p. 36). Podem ser descobertas ou novas teorias, invenções e técnicas inovadoras, produções de fatos políticos e econômicos, etc. A exposição a esse novo é que introduz a não familiaridade ou a estranheza na sociedade mais ampla. Uma realidade social, de acordo com a Teoria das Representações Sociais, “é criada apenas quando o novo ou o não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais. Aí operam os processos pelos quais ele passa a ser familiar, perde a novidade, torna-se socialmente conhecido e real” (SÁ, 1993, p. 37).

A delimitação entre os universos reificados e consensuais de Moscovici assemelha-se à definição de discursos exotéricos e esotéricos, de Rodrigues<sup>11</sup>. Os universos reificados correspondem ao discurso esotérico. E aos universos consensuais poderíamos associar o discurso exotérico. A apropriação de um pelo outro (do consensual pelo reificado) acontece através de diversos processos de adaptação, entre os quais Moscovici destaca a objetivação e a ancoragem.

A objetivação é, segundo Moscovici, um processo muito mais ativo que a ancoragem. Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou de um ser imprecisos, reproduzindo um conceito em imagem. É através da objetivação que procuramos tornar concreta e visível uma realidade, dar materialidade a um objeto abstrato. Já a ancoragem é um procedimento que atrai um fato externo e intrigante para o sistema particular de categorias, comparando este

---

<sup>11</sup> Conferir abertura do Capítulo 1.

fato ao paradigma de uma categoria que possa ser adequada. Ancorar é, portanto, dar nome e classificar algo, é dar um contexto inteligível a um objeto. “É um movimento que implica, na maioria das vezes, em juízo de valor, pois, ao ancorarmos, classificamos uma pessoa, idéia ou objeto; com isso já o situamos dentro de alguma categoria que historicamente comporta esta dimensão valorativa” (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 109).

Esses dois processos no estudo da representação social da psicanálise podem ser assim exemplificados: “o fato de que um complexo psicanalítico seja tomado como algo quase que psicofísico no indivíduo – por exemplo, diz-se que fulano tem um complexo – ilustra a objetivação. A terapia pela escuta psicanalítica, uma estranha medicina sem remédios, sendo assemelhada à confissão religiosa, ilustra a ancoragem.” (SÁ, 1993, p. 34).

Moscovici (1978) explica esses dois processos usando como sinônimos a naturalização e a classificação.

O primeiro [a objetivação] é um salto no imaginário que transporta os elementos objetivos para o meio cognitivo e prepara para eles uma mudança fundamental de *status* e função. *Naturalizados*, julga-se que o conceito de complexo ou o de inconsistente reproduzem a fisionomia de uma realidade quase física. O caráter intelectual do sistema em que eles participam perde importância; o mesmo ocorre com o aspecto social de sua extensão. O segundo esforço [a ancoragem] é de *classificação*, que coloca e organiza as partes do meio ambiente e, mediante seus cortes, introduz uma ordem que se adapta à ordem preexistente, atenuando assim o choque de toda e qualquer nova concepção. Quer seja adaptada aos seres, aos gestos ou aos fenômenos, a classificação responde a uma necessidade fisiológica. Trata-se de cortar o fluxo incessante de estimulações para se conseguir chegar a uma orientação e uma decisão sobre quais os elementos que nos são sensorial ou intelectualmente acessíveis [grifos do autor]. (MOSCOVICI, 1978, p. 113)

A Teoria das Representações Sociais, portanto, trata as representações cotidianas não como meras cópias ou reflexos das coisas, mas as representações também formam o mundo, mais do que o estimulam. Como exemplo, Moscovici elabora uma situação hipotética em que alguém é perguntado: “de que objetos seu mundo é feito?” Antes de responder, entretanto, deve-se perguntar de volta: “de acordo com que representação?” Isso significaria dizer que representações compartilhadas penetram tão profundamente em todas as pequenas partes do que chamamos de realidade que nós podemos dizer que elas constituem essa realidade (MOSCOVICI, 2000, p. 154, tradução nossa).

O papel da imprensa na construção da realidade pode ser estudado, portanto, a partir das teorias da produção da notícia e da Teoria das Representações Sociais, com o objetivo de perceber como o jornalismo define o que é notícia e de que forma se apropria de conhecimentos produzidos em setores especializados da sociedade.

#### 1.4 A prática jornalística como objeto de pesquisa

Na década de 1980, um estudo de Gaye Tuchman apresentou resultados de uma observação participante. Ela investigou “como os jornalistas decidem o que é notícia, o porquê deles se ocuparem de uns itens e não de outros e como decidem o que as pessoas devem conhecer” (PEREIRA JR., 2001, p. 66).

Durante três anos seguidos (1966, 1977 e 1978), Tuchman observou a produção de notícias nos seguintes veículos: uma estação de TV em Seabord City e o jornal Seabord City Daily. Em 1975, ela acompanhou jornalistas de Nova York que cobriam movimentos femininos e visitou a sala de imprensa da prefeitura de Nova York (TUCHMANN, 1980, p. 9-10).

O uso de tipificações na produção da notícia, de acordo com a pesquisa de Tuchman, é para garantir certo controle no trabalho. “As tipificações se alimentam da maneira como as coisas acontecem, e não do que está acontecendo. As tipificações são apenas relativamente livres de significado, já que alguns tipos de acontecimentos têm a tendência de acontecer de uma maneira, enquanto outras têm um ritmo temporal diferente” (TUCHMANN, 1980, p. 46-47, tradução nossa).

Como exemplos de categorias de notícias, com base nessas tipificações, Tuchman (1980) apresenta as *hard news* (acontecimentos importantes, factuais), *soft news* (assuntos de interesse humano), *spot news* (notícias de momento e raramente previsíveis), *developing news* (notícia em desenvolvimento, ainda não consolidada) e *continuing news* (série de notícias sobre um mesmo evento).

Usando a perspectiva de Schutz de notícias como realidade construída, a autora se apropria do conceito de atitude natural, afirmando que qualquer que sejam os conteúdos culturais, pessoais e estruturais da vida de alguém, cada um passa por processos similares quando lidam com a realidade social (TUCHMANN, 1980, p. 186).

O uso que o jornalista faz de símbolos torna desnecessária a interpretação. “Os símbolos, portanto, protegem os repórteres de terem que apresentar eles mesmos como envolvidos na notícia. E o uso de símbolos fortalece a distinção entre os produtores de notícias legítimos e as pessoas comuns” (TUCHMANN, 1980, p. 122-123, tradução nossa).

Mas para compreender como o jornalismo constrói a realidade é preciso ir além da simples leitura e análise dos textos isoladamente. É essencial considerar a interação constante

e reflexiva entre os diversos planos da experiência social. Com isso, segundo Mauro Wolf (1994), é possível

evitar que a atribuição à mídia de uma capacidade de construir definições de realidade se transforme na anulação desta mesma dinâmica relacional. Em outras palavras, ao falar da mídia como construtora da realidade, não se tem que considerar somente o aspecto relativo à institucionalização das representações sociais dos contextos de significado mais amplos que marcam o plano da experiência no âmbito da vida cotidiana, mas nesse processo, não atuam isoladamente (WOLF, 1994, p. 115, tradução nossa).

O pesquisador há de buscar uma confluência de métodos para enriquecer a análise, já que a complexidade do papel do jornalismo na construção da realidade não está centrada, unicamente, nem no público nem nas notícias (WOLF, 1994, p. 119).

Moscovici (1978) inovou teórica e metodologicamente combinando técnicas clássicas de pesquisa da Psicologia Social com a Análise de Conteúdo das notícias.

Para Farr,

O estudo de Moscovici sobre as representações sociais da psicanálise foi uma contribuição para a sociologia do conhecimento. Ele estava interessado em observar o que acontece quando um novo corpo de conhecimento, das opiniões e das atitudes das pessoas, com respeito à psicanálise e aos psicanalistas. (FARR, 1995, p.45-46)

Para a elaboração da pesquisa, Moscovici misturou métodos convencionais de pesquisa (entrevistas, questionários, pesquisa de opinião) com análise de conteúdo dos textos dos jornais.

É através de sua atividade e relação com os outros que as representações têm origem, permitindo mediação entre o sujeito e o mundo que ele, simultaneamente, descobre e constrói. “De outro lado, as representações permitem a existência de símbolos – pedaços de realidade social mobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 78).

Apesar do pioneirismo de Moscovici, que ainda na década de 1960 analisou notícias para identificar representações sociais, o uso do jornalismo como objeto de estudo da Teoria das Representações Sociais é significativo, apesar de não muito freqüente. “Em sociedades cada vez mais complexas, onde a comunicação cotidiana é em grande parte mediada pelos canais de comunicação de massa, representações e símbolos tornam-se a própria substância sobre as quais ações são definidas e o poder é – ou não – exercido” (DUVEEN et al., 2003, p. 20).

Seguindo a sistematização de Jodelet (1989), Almeida propõe três pontos que ilustram a importância da comunicação social para o fenômeno das representações sociais:

No primeiro, ela [a comunicação social] se constitui no *vetor de transmissão da linguagem, sendo ela mesma portadora de representações*. No segundo, *ela tem uma incidência sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, uma vez que ela induz processos de interação social, de influência, de consenso ou dissenso e de polêmica*. E, por último, *ela concorre para forjar representações*, porque, ao lado do *poder performativo das palavras e dos discursos*, (ela passa a se constituir na) *força com a qual as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas* [grifos do autor] (ALMEIDA, 2005, p. 45).

Segundo Sá, “todas as correntes do campo das representações afirmam a importância de se levar em conta as práticas de uma dada população ou conjunto social quando da pesquisa de suas representações” (SÁ, 1998, p. 43). Da mesma forma, como originalmente explorado por Moscovici na segunda parte do seu livro de 1961 e posteriormente sistematizado por Michel-Louis Rouquette (1996), “reserva-se aos meios de comunicação de massa um papel destacado na compreensão dos processos de formação e circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas” (SÁ, 1998, p. 43).

Rouquette (1996) reconhece o efeito que os meios de comunicação de massa têm em um grande número de pessoas, atuando como um importante meio de difusão e solidificação de conhecimentos (ROUQUETTE, 1996, p. 221). Rouquette atribui a isso a decisão de Moscovici de usar o jornalismo como objeto de estudo e chama a atenção para a distinção dos sistemas de comunicação feita por Moscovici no livro de 1961. Os três sistemas são: propaganda (*propaganda*), divulgação (*propagations*) e difusão (*diffusion*) (p. 221).

O primeiro tem o objetivo de influenciar a opinião, principalmente em assuntos políticos. A propaganda depende de instituições de poder e aparece em contextos polêmicos em que vários grupos entram em confronto. A divulgação é desenvolvida como um instrumento de regulação de crenças e atitudes para um público específico. Já a difusão minimiza diferenças ideológicas e sociais para unir a maioria em uma forma não especializada de pensar. Os jornais de grande circulação são um exemplo típico.

Essas distinções, segundo Rouquette, “mostram que falar de comunicação de massa de uma forma geral resulta de um ponto de vista abstrato que ignora a complexidade da realidade social” (ROUQUETTE, 1996, p. 221-222). Com isso, o autor pretende criar uma clara definição dos efeitos distintos que causam materiais construídos para a publicidade daqueles feitos para serem publicados em um jornal.

Sobre a aplicabilidade da Teoria das Representações Sociais, Rouquette destaca que, depois de observar estudos que aplicavam a teoria no jornalismo, concluiu que dois questionamentos, segundo ele, “ingênuos”, apareciam com frequência: - Como e quanto os meios de comunicação de massa influenciam as representações sociais; e – Como e quanto os meios de comunicação de massa refletem as representações sociais (1996, 223). A ingenuidade dessas questões está na possibilidade de uma análise conjunta das representações em grupos focais, por exemplo, em comparação com as representações encontradas no jornalismo resultarem em um efeito circular, já que os textos jornalísticos e as representações sociais passaram por um processo de construção como produtos. Então é viável analisar as condições e processos comuns da sua produção, ao contrário de procurar, numa maneira meramente descritiva, correspondências entre os dois.

Para Rosana Pavarino (2003), o questionamento do Roquette reflete as preocupações do psicólogo social que ele é. Já para os estudiosos da comunicação “busca-se uma compreensão compartilhada do discurso que é (re)produzido pelos *mass media* reforçando o senso comum” [grifo do autor] (PAVARINO, 2003, p. 101). Segundo a pesquisadora,

se considerarmos que a opinião pública e as representações sociais exercem tanto o papel de produtores quanto o de produtos, e que os *mass media* agem, seja no sentido de falar algo não familiar, seja no sentido de tornar o desconhecido familiar, as questões apresentadas passam a não ser tão ingênuas como sugerido por Roquette (*sic*) [grifo do autor]. (PARAVINO, 2003, p. 102)

A bibliografia disponível sobre o uso das representações sociais no estudo do jornalismo ainda é limitada. Apesar disso, desde 1996, na Europa, funciona um grupo de pesquisa chamado *European Doctorate on Social Representations and Communications*<sup>12</sup>. O grupo é formado por 17 Universidades européias e promove encontros periódicos e disponibiliza, na página da internet, textos sobre o assunto.

Em Wagner *et al.* (1999), alguns autores que fazem parte do grupo apresentam uma descrição dos vários métodos que podem ser usados no estudo das representações sociais: método etnográfico; formação de grupos focais; entrevistas; e análise de mídia. No artigo de 1999, os autores apresentam uma pesquisa, desenvolvida aqui no Brasil, que pretendeu identificar, em diferentes níveis da vida social, a relação entre atores sociais específicos e a esfera pública, e, ainda, como a lógica dessas relações leva à construção de representações sobre a esfera pública (p. 104). Para essa pesquisa, os autores utilizaram, além da análise de

---

<sup>12</sup> Página do Grupo: <http://www.euophd.eu/home.html>

conteúdo da imprensa, entrevistas com personalidades da política e grupos focais formados da população comum.

Outra pesquisa citada por Wagner *et al.* (1999) é o estudo da representação da loucura na televisão. O foco da pesquisa foi o acompanhamento de canais de TV britânicos para descobrir, entre outras coisas, se as políticas públicas de saúde mental são aceitas pela comunidade. A Teoria das Representações Sociais foi escolhida para este estudo, também, por uma razão específica:

A Teoria das Representações Sociais permite que olhemos o lado visual da televisão através do conceito de objetivação. O fato de as representações conterem a dimensão do concreto e do visível mostra-se de grande ajuda na tentativa de entender a estrutura e operação da representação da loucura na televisão em um país ocidental, no final do século XX (WAGNER et al, 1999, p. 14, tradução nossa).

No caso dessa pesquisa, os autores utilizaram a análise de conteúdo conforme proposta por Berelson, em *Content Analysis in Communication Research* (1952), com base nas representações sociais.

Para o nosso objeto de pesquisa, a combinação do estudo da rotina produtiva do jornalismo, através do uso, por exemplo, de valores-notícia, com as estratégias de construção de representações sociais (como a ancoragem e a objetivação), tornou possível a compreensão acerca das estratégias dos jornais para a criação constante de novos conceitos, idéias e definições que formam o conhecimento cotidiano acerca do Judiciário brasileiro.



## Capítulo 2: O Judiciário

Dentre os campos sociais, a política é, por princípio, o campo destinado às atividades públicas e de interesse público. O espaço público existe para confrontar questões de interesse coletivo que não podem ser resolvidas através de caminhos que contêm apenas vontades individuais. A vida pública, diz Jovchelovitch (2000),

envolve e constrói mecanismos que devem dar conta da diversidade que nela se expressa. Daí a importância do ‘nós’, enquanto sujeito da ação coletiva e produtor de poder, entendido aqui como um recurso gerado pela habilidade dos membros de uma comunidade de estabelecerem uma discussão e eventualmente concordarem sobre qual o caminho a seguir (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 49).

O debate público, mediado pelo discurso e pela ação, é indispensável para garantir a legitimidade do poder. A arena política, entretanto, tem sido alvo de desconfiança da população pelos inúmeros eventos de corrupção, impunidade e falta de comprometimento com o interesse público. O papel da mídia nesse quadro está no discurso por ela utilizado quando da publicização dos acontecimentos. Esse discurso pode levar à autonomização dos representantes a partir da neutralização da pressão vinda dos representados. Assim, os políticos teriam autonomia para agirem da maneira como bem entenderem, uma vez que o risco de receberem críticas do público é menor.

Isso se deve a uma tendência à naturalização da posição superior das outras instituições. É a estratégia de naturalização apresentada por Rodrigues (2002) como uma das funções estratégicas de composição do discurso midiático. Segundo o autor,

A apropriação por parte do discurso midiático de parte da dimensão expressiva das outras instituições tende a naturalizar as pretensões legítimas construídas historicamente pelos corpos autorizados dessas instituições, a apresentá-las como naturalmente fundadas e, por conseguinte, indiscutíveis, o que tem como efeito mais importante a modernização dos fundamentos da legitimidade das outras instituições (RODRIGUES, 2002, p. 225).

O autoritarismo, presente há muito tempo na estrutura do governo brasileiro, tem raízes já na colonização. A objetividade nas relações entre súdito e autoridade, segundo Raymundo Faoro (2007) “será obra do futuro; do distante e incerto futuro” (p. 198). No Brasil colônia, prevalece o sistema “manda quem pode e obedece quem tem juízo, aberto o acesso ao apelo

retificador do rei somente aos poderosos” (p. 198), sistema esse presente nas diversas esferas do poder.

A hierarquia brasileira foi sendo construída com base em privilégios, sobretudo os hereditários. “O prestígio pessoal, independente do nome herdado, manteve-se continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibéricas.” (HOLANDA, 1986, p. 6-7). A escolha dos funcionários públicos, na colônia, “faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.” (p. 106).

Dentre as instituições sociais que compõem a vida pública, a Justiça é a que tem a guarda dos direitos da população como seu principal fim. É, portanto, uma instituição fundamental para a vida de cada indivíduo. Esse Poder, entretanto, ao longo da história democrática brasileira, é o que vem sendo definido como o mais inacessível. Isso se deve a fatores como a composição das instituições jurídicas, à complexidade do processo judicial e ao excesso de burocracia no acesso à Justiça.

O Poder Executivo e o Legislativo têm a seu favor a representação através do voto. O Judiciário, ao contrário, é constituído, nas instâncias iniciais, por funcionários públicos e, nas cortes de instâncias superiores, por esses mesmos funcionários que são promovidos segundo critérios predominantemente subjetivos. Muitos desses detalhes do mundo jurídico são, em parte, desconhecidos da população brasileira e a imprensa seria uma saída para essa aproximação necessária, atuando, também, como um órgão fiscalizador.

## **2.1 Raízes do Judiciário Brasileiro**

O Judiciário Brasileiro é muitas vezes definido, seja na imprensa ou na literatura, como um Poder que reflete o autoritarismo brasileiro, presente, também, em outras esferas do poder. Esse autoritarismo tem características marcantes que se sustentam até hoje na vida pública do país. Marilena Chauí (2000) descreve dois desses traços. O primeiro é a origem da distinção peculiar entre o público e o privado na sociedade Brasileira. Essa distinção não é um erro ou um atraso que impediram o progresso do país. Para Chauí, a distinção

é histórica, determinada pela doação, pelo arrendamento ou pela compra das terras da Coroa, que, não dispondo de recursos para enfrentar sozinha a tarefa colonizadora, deixou-a nas mãos dos particulares, que, embora sob o comando legal do monarca e sob o monopólio econômico da metrópole, dirigiam senhorialmente seus domínios e dividiam a autoridade administrativa como estamento burocrático.” (CHAUÍ, 2000, p. 90-91)

Outra característica apresentada pela autora é a defesa da fidalguia e do privilégio usando o “consumo de luxo como instrumento de demarcação da distância social entre as classes” (CHAUÍ, 2000, p. 92). A sociedade brasileira tem o fascínio pelos signos de prestígio e de poder, “como se depreende do uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição”. Como exemplo do cotidiano, Chauí fala do natural uso da palavra “doutor” para se referir a alguém que, em tese, está em níveis sociais mais elevados. (p. 92)

O tratamento cerimonioso conferido aos advogados, juízes, desembargadores e ministros de tribunais é visto como natural pela maioria. Poucas vezes, entretanto, fala-se sobre o efeito desse tratamento. Já foi o caso, inclusive, do então ministro do Superior Tribunal de Justiça, e atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Alberto Direito, ter aberto um procedimento administrativo contra um funcionário do Tribunal por não ter se referido adequadamente a ele<sup>13</sup>.

Durante a elaboração da nossa pesquisa, julgamos pertinente fazer um breve resgate da evolução da Justiça brasileira e perceber como as críticas que eram feitas nos primeiros séculos de existência do Brasil até os dias atuais modificaram-se ou permaneceram nas discussões acerca do tema. Também pretendemos analisar, ainda que em poucas linhas, como a imprensa cobre o judiciário e os principais entraves na relação entre as duas instituições.

Na História do Brasil, a formação do Judiciário está atrelada aos ciclos econômicos e políticos. Desde a organização colonial até os dias atuais, o Judiciário é reflexo da conjuntura correspondente ao período. A estrutura brasileira na época do domínio português herdou a chamada “legislação extravagante” presente em Portugal. Por exemplo,

Órgãos e funções que existem num lugar, faltam noutros, ou neles aparecem sob forma e designação diferentes; os delegados do poder recebem muitas vezes instruções especiais, incluídas em simples correspondência epistolar, que fazem lei e freqüentemente estabelecem normas originais, distribuição

---

<sup>13</sup> O caso foi pouco explorado pela imprensa. Saiu, por exemplo, no jornal O Globo em novembro de 2007 e repercutiu em Blogs, com opiniões contra e a favor da atitude do ministro: < [http://oglobo.globo.com/blogs/juridiques/post.asp?cod\\_post=79507](http://oglobo.globo.com/blogs/juridiques/post.asp?cod_post=79507)> e < <http://www.diariodeumjuiz.com/?p=638>>

de funções e competências diferentes da anteriormente em vigor (PRADO JÚNIOR, 2007, p. 300).

A administração portuguesa, replicada no Brasil, tinha como características a centralização, a restrição de poderes, o estreito controle, e a fiscalização opressiva das atividades funcionais (PRADO JÚNIOR, 2007, p. 309). No que se refere à centralização, o que para Caio Prado Júnior era o mais nefasto dos efeitos da cópia da administração portuguesa aqui, reunia-se toda a administração nas capitais e sedes, deixando o resto do território praticamente desatendido e distante da autoridade mais próxima (2007, p. 302).

Os juízes coloniais tinham as funções que até hoje permanecem: julgar, proferir sentença, resolver litígios; mas também os dos agentes administrativos: executam medidas de administração, providenciam a realização de disposições legais (PRADO JÚNIOR, 2007, p. 314). Os Tribunais da época, chamados de Senado da Câmara, tinham sede nas vilas ou cidades e tinham jurisdição sobre a região.

Caio Prado Júnior aponta alguns fracassos da administração colonial no que se refere ao sistema judiciário da época. Segundo ele, o insucesso estava nas atividades essenciais do Estado:

Justiça cara, morosa e complicada; inacessível mesmo à grande maioria da população. Os juízes escasseavam, grande parte deles não passava de juízes leigos e incompetentes; os processos, iniciados aí, subiam para sucessivos graus de recurso: ouvidor, relação, Suplicação de Lisboa, às vezes até Mesa do Desembargo do Paço, arrastando-se sem solução por dezenas de anos (PRADO JÚNIOR, 2007, p. 333 – 334).

Além da morosidade e da complicada hierarquia da estrutura judicial, a corrupção, o nepotismo e a troca de favores também surgem bem cedo. Em todas as escalas administrativas, com raras exceções, acontecia “a mais grosseira imoralidade e corrupção que domina desbragadamente” (PRADO JÚNIOR, 2007, p. 335 - 336).

Ao analisar a formação das instituições políticas brasileiras, Oliveira Viana (1987) fala de certas formações iniciais da sociedade brasileira e da maneira como elas influenciaram as instituições atuais. A “solidariedade da família senhorial”, de acordo com o exemplo dado por Viana, é uma das instituições básicas do nosso direito público costumeiro.

Dela derivam “numerosas conseqüências sociais e políticas, que podem, por sua vez, ser consideradas como *subinstituições*, dada a sua enorme significação na nossa vida política, partidária e, conseqüentemente, administrativa”. Uma dessas conseqüências seria o nepotismo, que é definido pelo autor como sendo “a fórmula tradicional e geral da nossa

vivência política”. O tipo regional do “oligarca nordestino é-lhe a expressão mais ressaltante; mas, por todo o país, exprime-se no ‘afilhadismo’, no ‘genrismo’ e no ‘sobrinismo’ (OLIVEIRA VIANA, 1987, p. 152-153).

A “origem não democrática” do Judiciário é vista, também, como uma das causas da dificuldade de fiscalização e de correspondência do Poder com a população (ZAFFARONI, 1995, p. 42). Mas essa característica, entretanto, não significa que, pelo fato de os juízes não serem eleitos por voto popular eles “não estejam legitimados democraticamente para exercerem o controle da constitucionalidade das leis e, portanto, com esse argumento se queira consagrar a ditadura da maioria parlamentar conjuntural e degradar a Constituição a uma mera expressão de desejos” (ZAFFARONI, 1995, p. 42). O que se percebe, muitas vezes, é a dificuldade que a população tem de ver o Judiciário como um Poder que deve servir aos seus interesses, e não atuar contra eles.

Com a vinda da Corte para o Brasil, em 1808, a Colônia é promovida a Reino Unido. O Príncipe Regente cria a Casa da Suplicação do Brasil no Rio de Janeiro, que tinha a mesma competência e funções da de Lisboa, ou seja, a de um Tribunal Supremo. Com a independência, a Justiça brasileira começa a sofrer mudanças mais profundas e de cunho prático.

O Príncipe Regente, D. Pedro de Alcântara, continuou o movimento separatista iniciado com a divisão das justiças. Em um decreto de 1821, o Regente determina, entre outras coisas, que ninguém pode ser preso sem ordem judicial, salvo em flagrante delito; que nenhum juiz pode expedir ordem de prisão sem antes ouvir três testemunhas; e o processo, quando aberto, deve ser concluído em 48 horas. As ações de D. Pedro foram motivadas, segundo o decreto, pelas constantes arbitrariedades cometidas pelos juristas da época, como prisões antes do julgamento final (NEQUETE, 2000, p. 26).

A magistratura do Império não tinha prestígio. Pelo contrário, “ou ela não se impunha, toda dependente das graças do Executivo e do Poder Moderador, ou ensejava, realmente, os juízos desfavoráveis” (NEQUETE, 2000, p. 50). O Judiciário brasileiro era refém de políticos e proprietários rurais, já que “tanto no primeiro como no segundo Reinados, estava muito ligado à política partidária, ficando sua independência comprometida em relação ao Poder Executivo e até ao Legislativo” (BEAL, 2006, p. 77).

Na República, de poder subordinado, como era no Império, transformava-se em poder soberano, como ficou registrado na Exposição de motivos, que acompanhou o decreto número 848, de 11 de outubro de 1890: o Poder Judiciário se tornaria “apto na elevada esfera da sua autoridade para interpor a benéfica influência do seu critério decisivo, a fim de manter o

equilíbrio, a regularidade e a própria independência dos outros poderes, assegurando ao mesmo tempo o livre exercício dos direitos do cidadão”(NEQUETE, 2000, p. 18). Este trecho revela a preocupação de dotar o país de uma justiça destinada a representar um papel da mais alta importância, como órgão de poder, no corpo social.

Na República<sup>14</sup>, o sistema judicial era dual, de Justiça Federal e Justiça Estadual, com a introdução do controle de constitucionalidade das leis. A Constituição de 1934 criou a Justiça do Trabalho e o Tribunal Marítimo. A de 1937 suprimiu a Justiça Federal de primeira instância e permitiu a nomeação de juízes temporários nos estados. Após a deposição de Getúlio Vargas, com a Constituição de 1946, acontece a recriação da Justiça Federal somente de segundo grau, da Justiça Eleitoral e do Tribunal Federal de Recursos; e a reorganização da Justiça Militar. Depois do golpe 1964, com a Constituição de 1967 e alterações de 1969, acontece a criação de dois Tribunais Regionais Federais de Recursos (Recife e São Paulo), mas foram depois dissolvidos. Volta a funcionar a Justiça Federal de Primeiro Grau (BEAL, 2006).

A Constituição Federal de 1988 contribui para a organização mais eficaz da Justiça brasileira com a criação, por exemplo, do Superior Tribunal de Justiça. A partir daquele momento, “o Supremo Tribunal Federal passou a ser, efetivamente, o guardião da Constituição da República” (FIUZA, 1995, p. 25), concentrado, principalmente, no controle da constitucionalidade das leis e dos atos jurídicos. E o Superior Tribunal de Justiça ficaria com o julgamento dos recursos oriundos das segundas instâncias federal e estadual.

Outra mudança significativa trazida pela Constituição de 1988 foi a transformação do antigo Tribunal Federal de Recursos nos cinco Tribunais Regionais Federais, que hoje atuam como segunda instância nos estados. A regionalização da Justiça Federal de 2º grau aproximou, dessa forma, o litigante de seu tribunal e “trouxo o desafogo da própria 2ª instância federal, com a extinção do Tribunal Federal de Recursos, sediado em Brasília e já incapaz de dar conta da avalanche recursal que lhe chegava de todo o país” (FIUZA, 1995, p. 28).

No século XX, o tema “reformas” começa a surgir na agenda pública. Mas o Judiciário não era prioridade. Na maior parte do século passado, nos países da América Latina, ao juiz cabia a “figura inanimada de aplicador da letra da lei emprestada do modelo europeu” (SANTOS, 2007, p. 11). Os Estados latino-americanos centraram as preocupações no

---

<sup>14</sup> Outros detalhes da cronologia da criação da Justiça Brasileira podem ser conferidos em BEAL, 2006.

crescimento do Executivo e da sua burocracia, procurando converter o judiciário em uma parte dos aparatos burocráticos do Estado.

Em uma breve cronologia, Santos justifica sua opinião. Nos anos entre 1950 e 1960, “a política de substituição de importações e o Estado desenvolvimentista não viam os tribunais como parte das estratégias de superação do subdesenvolvimento.” Nas décadas de 1970 e 1980, “os regimes autoritários, por sua vez, não estavam interessados em fortalecer a instituição judicial ao ponto de ela poder interferir com as suas práticas repressivas.” Do final dos anos 1980 até 2007,

o sistema judicial adquiriu uma forte proeminência em muitos países não só latino-americanos, como europeus, africanos e asiáticos. Concomitantemente, as agências de ajuda internacional passaram a dar prioridade aos programas de reforma judicial e de construção do Estado de direito em muitos países em desenvolvimento (SANTOS, 2007, p. 12-13).

O tema Reforma do Judiciário ganhou força no Brasil em 2004, com assinatura pelos presidentes dos órgãos máximos do país, do Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano, e a aprovação da Emenda Constitucional Nº 45, ambos em dezembro daquele ano.

O Pacto fala da aprovação da EC 45 e de onze compromissos e metas fundamentais para o aperfeiçoamento do sistema judicial, entre eles: reforma do sistema recursal e investimentos na modernização da administração da justiça. O texto do documento assume que “a morosidade dos processos judiciais e a baixa eficácia de suas decisões retardam o desenvolvimento nacional, desestimulam investimentos, propiciam a inadimplência, geram impunidade e solapam a crença dos cidadãos no regime democrático” (BRASIL, 2004b). Como prova do empenho em levar à frente a Reforma do Judiciário, o Pacto exalta a criação, no Ministério da Justiça, da Secretaria de Reforma do Judiciário<sup>15</sup>.

Já a Emenda Constitucional 45, entre outras coisas, criou o Conselho Nacional de Justiça, que tem como funções básicas zelar pela autonomia do Poder Judiciário, receber reclamações contra membros ou órgãos do Judiciário, julgar processos disciplinares e elaborar e publicar semestralmente relatório estatístico sobre movimentação processual no país<sup>16</sup>.

Morosidade, distanciamento da população, burocracia, falta de transparência são características geralmente associadas ao Poder Judiciário, desde o início do seu funcionamento até hoje. Prova disso foi o resultado da pesquisa feita pela Associação dos

---

<sup>15</sup> O texto integral do Pacto pode ser acessado no site [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br).

<sup>16</sup> Texto completo da Emenda Constitucional Nº45, de 30 de dezembro de 2004, pode ser acessado em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm)>

Magistrados Brasileiros, em 2008, chamada Barômetro de Confiança das Instituições Brasileiras<sup>17</sup>. No ranking de confiança, o Poder Judiciário/Justiça aparecem em sexto lugar, atrás de Forças Armadas, Igreja Católica, Polícia Federal, Ministério Público e Imprensa, nessa ordem.

Sobre o grau de conhecimento que a população pesquisada tem da Justiça brasileira, a Associação concluiu o seguinte:

A população conhece melhor algumas áreas específicas do Poder Judiciário, como a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e os Juizados Especiais, do que o funcionamento da Justiça como um todo. Apenas o Supremo Tribunal Federal tem nível de conhecimento (“conhece bem”) semelhante ao da Justiça, em geral. Ainda assim, mais de um terço dos entrevistados “conhecem só de ouvir falar” ou “não conhecem” as instituições do Poder Judiciário (ASSOCIAÇÃO, 2008, p. 39).

A criação da TV Justiça, em 2002, e a transmissão dos julgamentos em tempo real são alguns instrumentos que têm contribuído para o melhor entendimento do Poder Judiciário por parte do Público e para uma maior visibilidade do Judiciário na mídia. Mas, ainda assim, pesquisas como esta da Associação dos Magistrados Brasileiros revelam a dificuldade de melhora.

Embora não pergunte especificamente sobre a morosidade ou as características específicas do Judiciário, a pesquisa pede que os entrevistados avaliem cada instituição, atribuindo nota de 0 (zero) a 10 (dez). E o resultado deste quesito foi compatível como Ranking das Instituições, que mostra Poder Judiciário/Justiça em sexto lugar. Em outro quesito, também através da atribuição de notas, a população confere nota média de 6,2 para a atuação do Poder Judiciário/Justiça e seus órgãos.

A morosidade do sistema judicial brasileiro pode ser atribuída ao “jeito herdado de Portugal de complicar a administração pública e o sistema judiciário. Temos, pois, como herança atávica, o caráter burocrático da administração da Justiça, com formalismo abundante e soluções complicadas para coisas simples” (BEAL, 2006, p. 127).

Boaventura de Sousa Santos classifica a morosidade em dois tipos: sistemática e ativa. A sistemática “decorre da burocracia, do positivismo e do legalismo”. São causas mais estruturais, difíceis de serem resolvidas em pouco tempo e sem o esforço conjunto de várias instituições do país. Já a morosidade ativa consiste na “interposição, por parte de operadores concretos do sistema judicial (magistrados, funcionários ou partes) de obstáculos para impedir

---

<sup>17</sup> Pesquisa completa no link: <http://www.amb.com.br/index.asp?secao=pesquisas>.



que a seqüência normal dos procedimentos desfeche o caso” (2007, p. 42-43). Seria o caso, por exemplo, de interposição de recursos sem fim para retardar ao máximo a solução de um processo.

Flávio Beal (2006) apresenta os fatores que ele considera cruciais para a morosidade da Justiça. Para ele, há causas estruturais, institucionais, legais e aleatórias. As causas estruturais são o elevado número de habitantes por juiz; deficiências na atividade-meio (falta de treinamento); baixa remuneração dos auxiliares.

As causas institucionais são excesso de férias dos magistrados; transferências constantes dos juízes; acumulação da responsabilidade pela Justiça Eleitoral de Primeiro grau. Já as causas legais seriam: excesso de formalismo; profusão de recursos; litigância de má fé; e baixo valor das custas recursais. Por fim, as causas chamadas aleatórias seriam: burocracia; prolixidade; e lentidão do Ministério Público.

Apesar de simplificada, essa enumeração de causas demonstra que os problemas da formação da Justiça brasileira apresentados por pesquisadores<sup>18</sup> persistem e são constantemente colocados em primeiro plano. Parte da responsabilidade na construção desta imagem do Judiciário nacional é do jornalismo, já que é o meio pelo qual a maioria da parcela da população tem acesso às informações do mundo Jurídico.

A independência da Justiça também é um problema que é discutido, ainda mais nos dias atuais, quando denúncias sobre irregularidades e venda de sentenças, por exemplo, quando chegam à imprensa, ganham proporções gigantescas em questão de segundos. Apesar disso, a dificuldade de acesso às informações acerca de processos e até dados administrativos ainda impera.

A questão da independência começa do próprio juiz. “Um juiz independente, ou melhor, um juiz, simplesmente, não pode ser concebido em uma democracia moderna como um empregado do executivo ou do legislativo, mas nem pode ser um empregado da corte ou do supremo tribunal” (ZAFFARONI, 1995, p. 88). Um Poder Judiciário não deveria ser entendido como mais um ramo da administração, como a organização da hierarquia militar. “Um judiciário verticalmente militarizado é tão aberrante e perigoso quanto um exército horizontalizado” (ZAFFARONI, 1995, p. 88).

Indo além, a independência está ligada à imparcialidade, ou à busca dela, por parte do juiz. A imagem chega a ser caricatural, no momento em que se prega a “imagem empobrecida

---

<sup>18</sup> CHAUI (2000), FIUZA (1995), NEQUETE (2000), OLIVEIRA VIANA (1987), PRADO JÚNIOR (2007), SANTOS (2007) e ZAFFARONI (1995).

do juiz, estereotipada e cinza, concebendo-o sem idéias próprias e desvinculado dos problemas da comunidade e da própria sociedade” (ZAFFARONI, 1995, p. 91).

Não se pode pedir do juiz que ele seja neutro. O importante para a democracia é saber sobre que bases são tomadas suas decisões. “Os juízes são parte do sistema de autoridade dentro do Estado e como tais não podem evitar serem parte do processo de decisão política” (ZAFFARONI, 1995, p. 92).

Essa discussão sobre a imparcialidade e a independência dos juízes foi intensificada durante a cobertura do julgamento do “mensalão” quando da divulgação, pelo jornal O Globo, das mensagens trocadas entre os ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia no primeiro dia do julgamento. Segundo a interpretação do jornal, as mensagens traziam indícios de que haveria uma negociação entre o Executivo e alguns ministros do STF que consistia em uma troca de favores envolvendo o resultado do julgamento.

A independência dos juízes também foi tema de debates no episódio da publicação das declarações do ministro Lewandowski, feitas ao celular e ouvidas por uma repórter da Folha de S. Paulo, em que ele dizia que o STF havia votado sob pressão e que o resultado do julgamento (que aceitou denúncias contra os 40 acusados) sofreu interferências externas.

Todas essas características que são associadas ao Judiciário fazem deste um Poder que desperta o interesse da imprensa, seja pelas decisões consideradas importantes, seja por fatos inesperados, como denúncias de corrupção dentro da Justiça, ou até pelo desconhecimento ainda existente.

## **2.2 Jornalismo invade a Corte: Cobrindo o Judiciário**

Quando a mídia começou a fazer da Justiça e dos seus magistrados assunto constante de seus textos, foram feitas pesquisas de opinião. Os veículos descobriram “um público muito interessado, consumidor voraz de notícias com informação sobre processos e partes, entremeadas de denúncias sobre corrupção, excessivos gastos, nepotismo, todas [as denúncias] de pouco cunho técnico” (MACCALÓZ, 2002, p. 11). No início dos anos 90, reportagens sobre o Judiciário passaram a ser diárias, sendo a maior parte delas sobre casos em julgamento (p. 28).

Em 28 de abril de 1995, o jornal do Brasil publica uma pesquisa, realizada em parceria com a Vox Populi, trazendo o seguinte resultado: “Brasileiros não acreditam na Justiça” (MACCALÓZ, 2002, p. 31). De acordo com Salete Maria Maccalóz, essa pesquisa foi

motivada pelo discurso, feito em cinco de março do mesmo ano, pelo recém empossado senador Antônio Carlos Magalhães. No discurso, ele “deixou claro sua postulação à presidência da República, mostrando que nos próximos quatro anos seria o ‘censor’ desse Poder” (MACCALÓZ, 2002, p. 31).

Maccalóz defende que, a partir dessa data, não se pode mais falar em “poder distante”. O discurso do senador (e a subsequente pesquisa de opinião) “desnudou o Judiciário, quebrando o temor reverencial, qualquer prurido” (MACCALÓZ, 2002, p. 32).

Pesquisas mais recentes, como *A Imagem das Instituições Públicas Brasileiras*, publicada pela Associação dos Magistrados Brasileiros em 2007, e *Barômetro AMB de Confiança nas Instituições Brasileiras*, de junho de 2008, mostram que a Justiça não está entre as instituições mais confiáveis. A pesquisa de 2007 ouviu, no mês de agosto, mais de duas mil pessoas em todo o país. Quando perguntados sobre o grau de confiança, 59,1 % dos entrevistados disseram confiar na Imprensa em primeiro lugar. O que consideraram o Poder Judiciário/Justiça como sendo mais confiável somaram 41,8 %. O Governo Federal apareceu em terceiro lugar com 39,3 %.

Para a pesquisa de 2008, foram entrevistadas 1.500 pessoas de todas as regiões do país. Desta vez, 17 instituições formaram o ranking geral. Os resultados mostraram o Poder Judiciário/Justiça em sexto lugar, com 56% de índice de confiança, atrás das Forças Armadas (79%), Igreja Católica (72%), Polícia Federal (70%), Ministério Público (60%) e Imprensa (58%).

Esta pesquisa também avaliou o nível de conhecimento que os entrevistados afirmaram ter sobre o funcionamento da Justiça. Apenas 8% dos entrevistados afirmaram conhecer bem o funcionamento do Poder Judiciário. Um contingente maior, 45%, “conhece mais ou menos”, e outros 46% “conhecem só de ouvir falar” ou “não conhecem”. O conhecimento cresce na parcela dos entrevistados com nível universitário, chegando a 26% os que “conhecem bem”.

Outro ponto interessante da pesquisa avaliou o nível de conhecimento acerca de áreas específicas da Justiça. A população conhece melhor algumas áreas específicas do Poder Judiciário, como a Justiça do Trabalho (20% conhecem bem), a Justiça Eleitoral (17% conhecem bem) e os Juizados Especiais (16% conhecem bem), do que o funcionamento da Justiça como um todo. Apenas o Supremo Tribunal Federal tem nível de conhecimento semelhante ao da Justiça, em geral, com 7% dos entrevistados tendo afirmado que conhecem bem o STF.

Uma pesquisa que poderá atualizar os dados sobre a percepção que a população tem da Justiça no Brasil poderão surgir com a conclusão da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Pela primeira vez, a Pnad vai abordar vitimização e justiça, com o objetivo de investigar se a população já sofreu algum tipo de violência e se recorreu aos serviços da Justiça para resolver conflitos.

Nos últimos anos, o sistema judiciário brasileiro tem sido alvo de denúncias de tráfico de influência e venda de decisões judiciais. E, naturalmente, o jornalismo tem desempenhado um papel importante no processo de tornar públicos tais acontecimentos. Um recente “escândalo” envolvendo o judiciário foi uma operação deflagrada pela Polícia Federal em 2007.

A “Operação Furacão”, como foi chamada pela PF, teve entre os investigados o ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Medina, além do vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio, desembargador José Eduardo Carreira Alvim.

Meses depois, surgem as conversas entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o julgamento da denúncia de envolvidos no escândalo do “mensalão” e as declarações do ministro Lewandowski sobre a pressão da mídia na decisão dos juristas. O ano de 2007 foi, portanto, um ano de muitas atenções voltadas para os tribunais do país.

Para Muniz Sodré (2007) não há como não pensar que a Justiça foi feita “com vistas à punição dos estratos sociais economicamente desfavorecidos, abrindo para os abastados mil e uma portas de saída.” Segundo ele, “uma verdadeira cultura da impunidade está entranhada por inteiro nas malhas do tecido social” (SODRÉ, 2007). Esse é, certamente, o sentimento que muitos leitores desenvolvem a partir do que chega até eles através dos veículos impressos.

São comuns nos jornais exemplos de casos que refletem a morosidade do processo judicial e os malefícios causados ao cidadão. E isso afeta, também, a cobertura jornalística, como relatou o jornalista Frederico Vasconcelos (2005), que conta sua trajetória como profissional especializado na cobertura do Judiciário.

Para Vasconcelos, um “grande obstáculo a superar na investigação jornalística sobre o Judiciário é conciliar o tempo do processo, mais demorado, com os prazos das publicações, cada vez mais curtos” (VASCONCELOS, 2005, p. 14). Analisar como os jornais acompanham processos judiciais importantes e se há indícios, nas notícias, de possíveis soluções para a morosidade da justiça pode ser uma saída para aprofundar a discussão desse problema.

Sylvia Moretzsohn (2007) aponta outro detalhe importante da cobertura do Judiciário. Ela alerta para o perigo de “deslocamento” da função da mídia, o que se configura quando, na

cobertura do campo criminal, a mídia confirma seu papel de cúmplice do sistema penal, “nos casos de crimes espetaculares, que historicamente atraem a curiosidade do público, num misto de prazer e repulsa” (2007, p. 142).

No caso do julgamento da denúncia do “mensalão” esse “deslocamento” pode ser identificado não diretamente nos textos dos jornais, mas nas declarações de pessoas envolvidas no processo de que a mídia (suposta representante da opinião pública) teria julgado previamente os acusados e, assim, influenciado a decisão dos ministros.

Leclerc e Théolleyre (2007) reconhecem que os jornalistas são mediadores entre a Justiça e o cidadão, mas alerta para a conduta do profissional:

mediadores entre a justiça e o povo são os jornalistas de investigação. Entram por arrombamento, violam os segredos, aliás muito malguardados. Revelam os horrores escondidos, as torpezas insuspeitadas, provocam comoção, indignação e promovem o julgamento por meio da opinião sem outra forma de processo. (LECLERC, THÉOLLEYRE, 2007, p. 13).

Os autores também alertam para o preço da busca incessante pelo furo, que, segundo eles, “não tem preço na feroz competição midiática. Assim, desenvolvem-se nas mídias uma espécie de debate falsamente contraditório, quando o assunto não está em estado de ser julgado e ainda faltam peças no quebra-cabeça.” (LECLERC, THÉOLLEYRE, 2007, p. 53)

Isso é o que também diz Moretzsohn (2007) sobre a prática comum aos jornais de exigir, mesmo que tacitamente, penas rápidas, eficientes e rigorosas para supostos criminosos, muitas vezes antes mesmo da conclusão do processo. A autora comenta esse fato dizendo que a mídia desempenha esse papel “com uma grande vantagem: é ela própria a responsável pelo processo de mediação entre os fatos e o público, acenando, [...] com a sedutora promessa de rapidez, publicidade e transparência, contra o tempo lento e os rituais secretos do campo jurídico, postos automaticamente sob suspeita” (p. 143). E o julgamento da denúncia “mensalão” foi histórico, também, por sua rapidez.

A ação do jornalismo na cobertura do Judiciário tem uma força dominadora e poder de mudar, profundamente, o lugar do sistema judicial dentro da sociedade. Segundo a análise de Boaventura de Souza Santos (2007), o sistema judiciário não corresponde às expectativas levantadas pela sociedade.

Se as expectativas forem elevadas, o não cumprimento leva à frustração. Tudo isso ocorre “num contexto de maior visibilidade social do sistema judicial, o qual, entretanto, se tornou alvo e, por vezes, refém dos meios de comunicação social” (SANTOS, 2007, p. 21).

O “protagonismo dos tribunais” parece ser mais evidente sempre que há corrupção envolvida. Santos diz que

sempre que levou a cabo o combate à corrupção, o judiciário foi posto perante uma situação quase dilemática: esse combate, se, por um lado, contribuiu para a maior legitimidade social dos tribunais, por outro, aumentou exponencialmente a controvérsia política à volta deles. Por quê? Porque os tribunais não foram feitos para julgar para cima, isto é, para julgar os poderosos. Eles foram feitos para julgar os de baixo (SANTOS, 2007, p. 22).

No momento em que os tribunais começam a julgar para cima (como é o caso da denúncia do “mensalão”), a situação muda. Nesse ponto acontece o que Santos chama de “judicialização da política”. E consequência disso é a politização do judiciário, tornando-o mais controverso, mais visível e vulnerável politicamente. “Foi no bojo da expansão desta indústria que os tribunais se transformaram, quase de repente, num conteúdo apetecível. A plácida obscuridade dos processos judiciais deu lugar à trepidante ribalta dos dramas judiciais” (SANTOS, 2007, p. 83). E o julgamento da denúncia do “mensalão” no STF representa um exemplo dessa nova era.

### **2.3 O “mensalão”: da primeira denúncia ao STF**

A primeira denúncia sobre o esquema apareceu na revista *Veja* em 18 de maio de 2005. A revista trazia informações sobre o envolvimento do ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício Marinho. Segundo a revista, ele foi flagrado em uma fita de vídeo pedindo propina para fraudar licitações. Maurício Marinho disse estar agindo em nome do então presidente do PTB, Roberto Jefferson. A reportagem também cita o então diretor de Administração Antônio Osório Batista e seu assessor Fernando Godoy.

Na mesma semana, a oposição pede a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar as denúncias. O pedido é assinado por 44 senadores e 222 deputados, incluindo Roberto Jefferson. No dia 25 de maio de 2005, a revista *Veja* publica outra reportagem que fala do pagamento de uma “mesada” de R\$ 400.000 ao PTB. O valor era pago pelo então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Há dois meses, o então presidente do IRB, o economista Lídio Duarte, funcionário de carreira da estatal, entregou sua carta de demissão ao Ministério da Fazenda. Na época, divulgou-se que ele se demitira por discordar da intenção do governo de privatizar o IRB, uma estatal fundada em 1939 e inteiramente fora de moda no mundo globalizado de hoje. O motivo da demissão, porém, era apenas uma desculpa pública. Na verdade, Lídio Duarte vinha travando uma batalha surda com o PTB, partido ao qual, no loteamento de cargos do governo Lula, coube o comando do IRB. E a batalha surda tinha um motivo bem mais grave do que a discordância a respeito da privatização: Lídio Duarte vinha sendo pressionado a entregar 400.000 reais ao PTB todos os meses. Isso: 400.000 reais mensais. A idéia era que, com uma mesada desse tamanho, ao fim de um ano, as falcatruas no IRB tivessem rendido ao caixa do PTB perto de 5 milhões de reais. Antes de deixar o cargo, em março passado, Lídio Duarte contou a um graduado servidor público os problemas que vinha enfrentando por se negar a produzir a mesada de 400.000 reais via operações administrativas irregulares (JUNIOR; FRANÇA, 2005).

As suspeitas de corrupção começam a tomar conta da agenda de discussões do governo e o presidente Lula pede que uma investigação rigorosa seja feita. A CPI dos Correios é criada ainda em maio de 2005 e a Polícia Federal abre inquérito em Junho para apurar o suposto pagamento de “mesada”.

No dia 6 de junho, em entrevista exclusiva à Folha<sup>19</sup>, o então deputado e presidente do PTB Roberto Jefferson denunciou o “mensalão”, esquema de pagamento de “mesada” à base aliada em troca de apoio.

Roberto Jefferson cumpriu a promessa de que falaria. E falou muito. Em entrevista exclusiva à **Folha**, o presidente do PTB disse que na base das dificuldades que o governo enfrenta no Congresso estão problemas com o chamado “mensalão”, uma mesada de R\$ 30 mil que seria distribuída a congressistas aliados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A prática durou até o começo do ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo Jefferson, tomou conhecimento do caso, pelo próprio petebista. Outros ministros, como José Dirceu (Casa Civil) e Antonio Palocci (Fazenda) haviam sido alertados antes do esquema -que beneficiaria pelo menos o PP e o PL. Jefferson está há três semanas no centro do noticiário pelas denúncias que atingem os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil, estatais que têm indicados do PTB em seus quadros. A crise decorrente das denúncias levou a um pedido de CPI que o governo pretendia enterrar nesta semana -agora, Jefferson diz que defende e quer a investigação (LO PRETE, 2005a).

É nesta entrevista que aparece pela primeira vez o termo “mensalão”. A Folha pergunta ao então deputado o que ele sabia sobre o caso e ele descreveu com detalhes o esquema:

---

<sup>19</sup> A entrevista completa está reproduzida no Anexo A.

Um pouco antes de o Martinez morrer, ele me procurou e disse: "Roberto, o Delúbio [Soares, tesoureiro do PT] está fazendo um esquema de mesada, um "mensalão", para os parlamentares da base. O PP, o PL, e quer que o PTB também receba. R\$ 30 mil para cada deputado. O que você me diz disso?". Eu digo: "Sou contra. Isso é coisa de Câmara de Vereadores de quinta categoria. Vai nos escravizar e vai nos desmoralizar". O Martinez decidiu não aceitar essa mesada que, segundo ele, o doutor Delúbio já passava ao PP e ao PL. Morto o Martinez, o PTB elege como líder na Câmara o deputado José Múcio (PE). Final de dezembro, início de janeiro, o doutor Delúbio o procura: "O Roberto é um homem difícil. Eu quero falar com você. O PP e o PL têm uma participação, uma mesada, eu queria ver se vocês aceitam isso". O Múcio respondeu que não poderia tomar atitude sem falar com o presidente do partido. Aí reúnem-se os deputados Bispo Rodrigues (PL-RJ), Valdemar Costa Neto [SP, presidente do PL] e Pedro Henry (PP-MT) para pressionar o Múcio: "Que que é isso? Vocês não vão receber? Que conversa é essa? Vão dar uma de melhores que a gente?". Aí o Múcio voltou a mim. Eu respondi: "Isso desmoraliza. Tenho 22 anos de mandato e nunca vi isso acontecer no Congresso Nacional" (LO PRETE, 2005b).

Depois da entrevista, a oposição começa a defender a criação de uma nova CPI, o Conselho de Ética começa a colher depoimentos e José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, deixa o cargo e volta à Câmara para se defender das acusações. Também em junho, Roberto Jefferson deixa o comando do PTB. Daí em diante, começam a aparecer novos fatos sobre o esquema e a crise aumenta. Vários integrantes do governo deixam os cargos e, em agosto de 2005, a CPI do "Mensalão" é instalada.

No final de agosto, é divulgado o primeiro relatório da CPI dos Correios. Os relatores pedem abertura de processo contra 18 deputados por quebra de decoro parlamentar, incluindo José Dirceu e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, ambos do PT. Em setembro, o plenário da Câmara aprova a cassação do mandato do deputado Roberto Jefferson. No mesmo mês, o então presidente da câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP/PE), renuncia. Ele sofreu pressão de acusações de que ele teria recebido propina para o funcionamento do restaurante Fiorella, do empresário Augusto Buani, que funcionava na Casa.

A investigação da conduta dos parlamentares no "mensalão" segue no Conselho de Ética e parlamentares começam a ser inocentados, enquanto outros, cassados. Em votação no dia 1 de novembro de 2005, José Dirceu tem seu mandato cassado.

Meses depois de vir à tona, a investigação do "mensalão" chega ao Supremo Tribunal Federal. A denúncia foi oferecida em 30 de março 2006 pelo então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ao STF. O procurador, entretanto, só decidiu publicar a denúncia em abril, ao final da CPI dos Correios.

No documento, que tem 136 páginas, o procurador-geral da República apontou a existência de uma "organização criminoso":



O conjunto probatório produzido no âmbito do presente inquérito demonstra a existência de uma sofisticada organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a prática de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude (BRASIL, 2006, p. 11).

Segundo o texto, a “quadrilha” pagava mesada a deputados da base aliada em troca de apoio político ao governo e indicou que crimes cada um dos 40 denunciados teria cometido, como “desvio de recursos públicos, concessões de benefícios indevidos a particulares em troca de dinheiro e compra de apoio político, condutas que caracterizam os crimes de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, corrupção e evasão de divisas” (BRASIL, 2006, p. 10).

A denúncia indicava que o “núcleo principal da quadrilha era composto pelo ex Ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, o ex Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Sílvio Pereira, e o ex Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno” (BRASIL, 2006, p. 11).

No STF, através de sorteio eletrônico, o ministro Joaquim Barbosa foi apontado como o relator do caso. Ao ser escolhido, o ministro disse que o julgamento só deveria acontecer um ano depois, por causa do número de denunciados e pela complexidade do caso.

Em 2007, como havia previsto o ministro Joaquim Barbosa, a denúncia do “mensalão” entra na pauta de julgamentos do STF. O Supremo reservou três dias para o caso: 22, 23 e 24 de agosto. Um dia antes do início do julgamento, os ministros se reuniram para definir detalhes na condução do julgamento. No encontro, os integrantes da corte definiram o tempo da defesa dos advogados e do procurador-geral da República.

Um aspecto colocado em evidência durante esta pesquisa, principalmente nas entrevistas com os jornalistas que participaram da cobertura, foi o significado da decisão que o STF estava prestes a proferir. Os ministros analisaram se a denúncia merecia ser acolhida. Eles estudaram a consistência das acusações, a presença de indícios mínimos de que os crimes foram cometidos e se os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal estavam contemplados. Esse dispositivo determina que a denúncia deve conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a classificação do crime e o rol das testemunhas. A condenação só ocorre quando há certeza absoluta do cometimento de crime, depois de longo período de depoimentos e análise de evidências.

Devido ao grande interesse da imprensa e do público no caso, o STF montou um esquema especial para os dias de julgamento. Dois telões foram instalados no edifício-sede

para jornalistas e para o público interessado em assistir ao julgamento do Inquérito. A sessão também foi transmitida ao vivo pela TV Justiça e pela Rádio Justiça, também pela internet. O Supremo reconheceu, assim, o poder da mídia na cobertura do caso.

O acesso ao Plenário era aberto, com a limitação do número de cadeiras disponíveis. Dos 246 lugares, alguns assentos foram reservados para as partes envolvidas no processo e os advogados. Outras 47 cadeiras ficaram reservadas à imprensa. Além do espaço dentro do plenário, os jornalistas tiveram um telão exclusivo e uma estrutura de redação, com computadores.

#### **2.4 A trajetória da cobertura: o caminho da análise**

O jornal Folha de S. Paulo foi fundado em 1921 por um grupo de jornalistas, entre eles Olival Costa e Pedro Cunha, com o nome original de *Folha da Noite*. Em 1925, o grupo ampliou as atividades e lançou o *Folha da Manhã*. Durante anos os dois jornais mudaram de nome e de donos, até que em 1931 Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida compraram os periódicos e fundaram a Empresa Folha da Manhã Ltda. Até 1945, o grupo defendia os interesses dos produtores rurais paulistas. Nesse ano, o controle da empresa passou para o jornalista José Nabantino Ramos. Em 1960, surgiu o Folha da Tarde. Apenas em 1960 que os três títulos foram agrupados formando a Folha de S. Paulo. Em 1962, a Folha passou para o comando de Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho (MANUAL, 2004, p. 106).

A Folha de S. Paulo circula hoje com sete cadernos diários e edita 14 suplementos. Dados de setembro de 2009 apontam que o jornal chega a colocar mais de 342 mil exemplares pagos em circulação aos domingos<sup>20</sup>. Hoje o Grupo Folha é um conglomerado que inclui, além do jornal, gráficas, editoras e portais na internet.

Já o jornal O Globo foi fundado em 1925 pelo jornalista Irineu Marinho, com sede no Rio de Janeiro. Irineu Marinho era dono do *A Noite*. A morte dele logo após a fundação do jornal fez com que O Globo passasse para o controle do filho, Roberto Marinho, que criou um conglomerado de empresas de mídia que formou, junto com sua TV Globo, Rádio Globo, Editora Globo e demais veículos das chamadas *Organizações Globo*.

---

<sup>20</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/conheca/circulacao.shtml>

Dados de agosto de 2009 indicam que, aos domingos, o jornal O Globo alcança mais de 340 mil exemplares vendidos. O jornal pertence a um conglomerado que inclui, além do jornal, outros diários (Diário de São Paulo, Extra etc.), agência de notícias, portais na internet e gráfica.

Para ajudar na compreensão do nosso objeto de pesquisa, montamos a cronologia da publicação das reportagens desses dois jornais que foram analisadas, incluindo os editoriais, com a preocupação de contextualizar as coberturas e fornecer dados sistematizados. As matérias esquematizadas a seguir, entretanto, não formam a totalidade das matérias publicadas sobre o “mensalão” no período; elencamos apenas as que usamos para a construção da pesquisa.

No dia *03 de agosto de 2007*, o jornal O Globo publica a matéria vinculada “Mensalão: STF decide dia 22”, já falando do esperado julgamento da denúncia, com breve explicação do caso. No *dia 10 de agosto*, O Globo menciona novamente o julgamento com a notícia “STF nega a editora acesso a inquérito do mensalão”. A notícia fala que a editora Abril, que publica a Veja, foi proibida de copiar páginas do inquérito.

No dia *14 de agosto*, a Folha de S. Paulo publica o texto “STF autoriza o acesso a dados sigilosos dos 40 denunciados”, que fala sobre o acesso à denúncia. No dia *16 de agosto*, começam a ser mais frequentes as notícias sobre o julgamento no STF. A Folha de S. Paulo publica “Há mais provas do mensalão, diz procurador”, com chamada na primeira página, e “Ministro do STF se aposenta antes de julgar o mensalão”. Já O Globo publica “Pertence pede aposentadoria do Supremo” e “Denúncia do mensalão está bem fundamentada”. Neste dia, os dois jornais publicam matérias com os mesmos enfoques.

No dia seguinte, *17 de agosto*, a Folha publica “Falta estrutura ao STF, diz relator do mensalão” e “Ministro chora em despedida e nega evitar julgamento”. Já O Globo publica “Relator do mensalão diz já ter convicção”, que traz declarações do ministro Joaquim Barbosa sobre sua rotina nos dias que antecedem o julgamento.

O julgamento volta a ser tema de matérias no dia *19 de agosto*. Folha publica “STF decide se ‘quadrilha’ do mensalão vai a julgamento”, com chamada de capa, “Denúncia foi açodada e não há provas, dizem acusados” e “Relator do mensalão no STF teme estar grampeado”. Já O Globo, no mesmo dia, não há registro de reportagens diretamente ligadas ao julgamento no STF.

No *dia 21 de agosto*, véspera do início do julgamento, a Folha publica “Indícios são ‘suficientes’, reitera procurador-geral”, com chamada de capa, “Relator é fiel à linha de atuação da Procuradoria”, “Só julgamento põe fim ao caso, diz FHC”, “STF não absolve sem

julgar, diz Serraglio” e “Viram que não somos a Brastemp que imaginavam”. Já O Globo publica apenas “Acusados começam a ser julgados no STF amanhã”.

No dia *22 de agosto*, primeiro dia de julgamento, a Folha publica editorial intitulado “A obrigação de julgar”, falando da importância do julgamento que começava naquele dia. No caderno Brasil, são publicados os textos “STF define regras para evitar ‘incidentes’ em julgamento”, que foi manchete de primeira página, “Em 2006, STF negou prisão de mensaleiros”, “Câmara: oposição obstrui votações devido à análise do caso no Supremo” e “Primeiro juiz do caso diz que ‘há muita prova’”. Já O Globo publica chamada na capa com o título “Nas mãos do STF”, com manchete na primeira página.

No dia *23 de agosto*, o julgamento é manchete na capa dos dois jornais. Na Folha, a matéria de capa é “Mensalão envolveu governo e verba pública, diz procurador”. Também são publicados os textos “Governo espera justiça sem paixão, diz Dilma” e “O judiciário dificulta saber do que se trata”. Já no jornal O Globo, a capa é “Ministros do STF combinam e antecipam voto por e-mail”, com as fotos dos computadores pessoais dos ministros. São publicados, também, os textos “Procurador: eles agiam no submundo do crime”, “Ministro de pávio curto” e “Advogado de Dirceu: crimes são inexistentes”.

No dia *24 de agosto*, o assunto também é capa nos dois jornais. A manchete da Folha é “Relator acata 1ª denúncia do mensalão”. No caderno Brasil, também são publicados os textos “STF rejeita dúvida de advogados sobre provas”, “Troca de mensagens gera mal-estar no STF”, “Jobim afirma que a publicação de diálogo é ‘anticonstitucional’”, “Troca de informações pode ser imprudente, mas não influenciará voto, diz ex-ministro” e “OAB vê cultura do ‘Big Brother’; advogados defendem publicação”.

Já O Globo, também no dia 24 de agosto, publica na capa a manchete “Mensalão deve ter hoje os seus primeiros réus”. No caderno País, são publicados os textos “Quatro devem rejeitar denúncia”, “Divulgação de e-mails constrange ministros”, “Uma mineira que gosta de ‘dois dedos de prosa’”, “Um homem metódico”, “Jobim: ‘Intromissão anticonstitucional’”, “Divulgação de diálogos é alvo de controvérsia”, “Indiscrições públicas”, “Entidades divergem sobre troca de mensagens”, “Advogados comemoram indiscrição de ministros” e “Lula negocia com PMDB vaga de Pertence”. Destacamos, ainda, nesta edição do Globo, a coluna Por dentro do Globo, publicada na contracapa, que neste dia falou sobre a atuação do Fotógrafo Roberto Stuckert Filho ao fotografar os computadores dos ministros. O Globo também publica editorial sobre o assunto: “Valores da Justiça”.

No dia *25 de agosto*, o julgamento da denúncia do “mensalão” no STF foi capa nos dois jornais. Na Folha de S. Paulo, a capa é “Gushiken e Valério viram réus; Dirceu escapa de

uma acusação”. Há, também, as seguintes matérias: “Gushiken vira réu na votação mais acirrada”, “Diálogos expõem influência de Legislativo e Executivo no STF”, “Diálogos expõem influência de Legislativo e Executivo no STF”, “Processos: Maioria das decisões não é tomada pelo plenário do Supremo”, “Planalto segura substituto de Pertence”, esta com chamada de capa, “Eros Grau diz atuar de forma independente”, “Cotado ao STF fez carreira na política”. Este dia, na Folha de S. Paulo, é marcado pelo acompanhamento da publicação feita, no dia anterior, pelo Globo, das mensagens trocadas entre os ministros.

O jornal O Globo, no dia *25 de agosto*, publica na capa “Gushiken e Valério puxam lista dos 19 primeiros réus”. No caderno País aparecem as seguintes matérias: “Ministros mudam de idéia e aceitam a denúncia”, “Eros Grau responde publicamente a colegas e defende independência”, “Ministro critica indicações políticas para o STF”, “Candidatura de Direito para STF ganha força” e “Lula: ‘imprensa pensa ter o dom da verdade’”.

O dia *26 de agosto*, um domingo, não traz muitos textos sobre o assunto. A Folha de S. Paulo publica uma matéria com as expectativas para a sessão da segunda-feira no texto “Para o relator, sessão de amanhã será a mais difícil”. E O Globo publica “Amiga convenceu Pertence a sair mais cedo”, sobre a saída do ministro Sepúlveda Pertence e “Formalistas, contudistas e independentes”, uma espécie de radiografia das diferentes correntes de pensamento que existem no STF.

No dia seguinte, *27 de agosto*, a Folha publica “STF analisa ação contra núcleo do mensalão”, com chamada de capa, “Lula vai convidar Carlos Alberto Direito para o STF” e “Ligado à igreja, ministro deve julgar aborto”, um breve perfil de Carlos Alberto Direito. O Globo, ao contrário da Folha, dá manchete ao caso: “Supremo julga núcleo político do mensalão a partir de hoje”. Além disso, publica “Ex-procurador sugere força-tarefa para acelerar processo do mensalão” no caderno País

Com o julgamento já chegando ao final, os ministros começam a decidir sobre os vários pontos da denúncia e, no dia *28 de agosto*, os dois jornais dão capa ao julgamento. A manchete da Folha é “Dirceu, Genoíno e Delúbio viram réus do mensalão”. Além disso, o jornal publica: “Esquema tinha apoio político, dizem ministros”, “Aliados responderão a quatro ações penais”, “Decisão do supremo pode afetar congresso nacional do partido”, “Advogado de Dirceu se diz surpreendido”, “Denúncia adia sabatina de ex-ministro”, “Defesa vê exagero e desqualifica processos”, “STF viu indícios de crime, dizem especialistas”, “Presidente diz a Jobim que vai indicar Direito para vaga no STF” e “Ministro prevê processo até 2010, e Planalto arma defesa”.

Já O Globo dá como capa “Unanimidade: Dirceu é réu por corrupção ativa”. Além disso, publica: “Já são 37 os réus pelo mensalão”, “Argumento que salvou Collor virou arma de acusação contra denunciados”, “Votações vagas e genéricas”, “Advogados, surpresos, afirmam que acusações ainda precisam de provas”, “Juristas criticam divulgação de mensagens” e “Direito continua como mais cotado para STF”.

O dia *29 de agosto* é o que traz os resultados da última sessão. De novo, o assunto ocupa a primeira página dos dois jornais, além de ter sido tema de editoriais. A Folha publica na capa: “Mensalão tem 40 réus; Dirceu foi comandante supremo, diz relator”. No caderno Brasil: ““Dirceu era comandante da trama”, diz ministro do STF”, ““Eu fui cassado sem provas e sou réu sem provas”, diz Dirceu”, “Jefferson elogia Supremo e critica procurador-geral”, “Barbosa e Peluso fazem ataques mais duros”, “Supremo vai autorizar juízes a ouvirem réus e testemunhas”, “Lula confirma Direito para o STF; sabatina acontece hoje”, com chamada de capa, e “Indicação de Lula recebe elogios de arcebispo e críticas de ativistas”. O editorial da Folha foi intitulado “Todos processados”.

Já a capa do jornal O Globo traz a seguinte manchete: “STF processa todos os 40 da ‘quadrilha’ do mensalão”. Além disso, no caderno País, traz: “Procurador-geral diz que trabalhará agora para levantar mais provas”, ““A maior clientela do STF situa-se no Congresso””, com chamada de capa, “Ellen Gracie rebate críticas de ineficiência e lentidão”, “Passo importante para a redução da impunidade”, “Lula indica Direito para STF e corre no Senado”, com chamada na capa, “Ligado a Moreira Franco e Jobim”, e um pequeno texto com perfil dos ministros com o título “Os ministros do STF”. O editorial do Globo recebeu o título “Outro Patamar”.

O dia *30 de agosto* é o dia em que a Folha de S. Paulo publica trechos da conversa telefônica entre o ministro Lewandowski e o irmão dele, ouvidos pela jornalista Vera Magalhães. Na capa, a Folha traz: “Supremo votou com a faca no pescoço, afirma Lewandowski”. Além disso, no caderno Brasil: “Primeira-dama é amiga da mãe de Lewandowski” e “Após elogios, Senado aprova indicação de Direito ao STF”, com chamada de capa. Há, também, um editorial chamado “A fase das provas - STF se dispõe a acelerar o processo do mensalão; cabe à Procuradoria Geral reforçar as evidências com vistas à condenação”, que trata do que deve acontecer depois da decisão do Supremo.

O Globo, que não tinha a informação das declarações do ministro, publica, na capa, “Procurador-geral: há novas provas para condenar réus”, texto que fala da expectativa de condenação dos réus. No caderno O País, há, também os seguintes textos: “Lula elogia atuação do Supremo e diz que denúncia não atinge governo”, “Para evitar prescrição, STF

tem que ser rápido”, “Exercício da política não pode prescindir da ética”, “É um marco na história da Justiça do Brasil”, “Direito chora, apesar da sabatina amigável” e “Nos EUA, indicado tem vida devassada”.

O dia seguinte, *31 de agosto*, é dedicado às repercussões das declarações do ministro Lewandowski ao seu irmão por telefone e publicadas pela Folha. O jornal paulista coloca na capa: “Ministros do Supremo negam pressão”. E no caderno Brasil: “Defesa descarta pedir a anulação de decisão”, “Pressão não mudou voto, diz Lewandowski” e “Decisão está sob ‘suspeição’, diz Dirceu”. Sobre as repercussões das declarações do ministro, O Globo publica: “Supremo nega ‘faca no pescoço’”, com chamada na capa, “‘Não cometi nenhum crime’”, “Eros Grau diz que está magoado e pensa em processar colega de STF” e “Dirceu diz que decisão do STF está sob suspeição”.

No dia *1º de setembro*, ainda aparecem, nos dois jornais, alguns resquícios das declarações do ministro. A Folha publica no caderno Brasil: “Processo a ministro do STF será inédito”. Além disso, há, ainda, um editorial, chamado “Recreio na sabatina”, sobre a sabatina, no Senado, do novo integrante do STF, Carlos Alberto Menezes Direito. O Globo traz declarações do presidente Lula no texto “‘STF não sofreu pressões’, diz Lula”.

As notícias ligadas ao julgamento publicadas na edição de domingo, *2 de setembro*, na Folha, trazem, basicamente, um debate sobre a atuação da imprensa (leia-se a própria Folha e O Globo) no caso. A Folha publica, no caderno Brasil: “Atuação do STF e da mídia divide opiniões”, “Especialistas vêem no STF divergências doutrinárias” e “Clamor não cria parcialidade, dizem juristas”.

Já O Globo publica textos sobre os bastidores do julgamento e repercussões da decisão: “Lula nomeou 41% das Cortes”, “Poderes distantes”, “Cenas por trás das cortinas do maior julgamento da história do Supremo”, “Para relaxar, música e encosto ortopédico”, “‘Aos que apostam na impunidade: isso acabou’” e “Para especialistas, STF fez julgamento histórico”. A partir dessa data, as notícias ficam mais raras. A folha publica, no dia 3 de setembro, o texto “Pressão social por ética influenciou decisão do STF sobre mensalão”.

Para a análise dos textos, elencamos uma série de categorias que nos permitiram identificar alguns aspectos que consideramos essenciais para alcançarmos os objetivos desta pesquisa. Ao longo da leitura do material, fomos identificando algumas características, com base nas teorias expostas até aqui. Em alguns momentos, a análise foi feita obedecendo à ordem cronológica das publicações; em outro, optamos por agrupar trechos significativos das notícias e das entrevistas de acordo com temas.

Identificamos, por exemplo, a presença ou ausência de explicações sobre o funcionamento da Justiça e dos trâmites processuais. Destacamos, também, as características das fontes, como explícitas (para aquelas cujos nomes aparecem), não explícitas (para as declarações de “fontes próximas ao ministro”, “alguém ligado ao governo” ou simplesmente quando o jornalista coloca com suas palavras o que apurou em off), e anônimas (quando o desejo de anonimato da fonte fica explícito).

Também foi nosso foco a presença de atribuições de características à Justiça, como lentidão na conclusão de processos (ou o oposto), eficiência da Justiça, isolamento da população e a burocracia do Poder Judiciário. Da mesma forma, observamos como os ministros que compõem o Supremo foram representados nas notícias. Também identificamos descrição ou classificação da relação entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo e o Legislativo, procurando observar o grau de influência ou independência inferido pelo texto.

Tratando o nosso objeto como um acontecimento, delimitamos quatro momentos da cobertura dos dois jornais, como mostramos a seguir. O primeiro momento da nossa análise é o que chamamos de preparação para o julgamento. Aqui entram as notícias publicadas antes do primeiro dia e que falam sobre as expectativas para o julgamento, alguns detalhes da denúncia etc. A preparação para o julgamento está, basicamente, contida entre os dias 3 e 23 de agosto de 2007.

A segunda etapa corresponde ao episódio das mensagens trocadas entre ministros. Neste momento estão as notícias que falam sobre as mensagens trocadas entre ministros durante a primeira sessão. A notícia foi divulgada pelo Globo no dia 23 de agosto, e textos sobre a repercussão, nos dois jornais, foram registrados entre os dias 23 e 25 de agosto.

A terceira etapa é a aceitação da denúncia e o que se espera que aconteça. Aqui entram as notícias sobre os resultados do julgamento. As notícias estão contidas, basicamente, entre os dias 25 e 29 de agosto.

O quarto momento corresponde aos textos sobre o que uma jornalista da Folha de S. Paulo escutou de uma conversa de um ministro ao telefone e publica as declarações. Nesta fase estão as notícias sobre a conversa entre o ministro Lewandowski e o irmão dele, ouvida pela jornalista Vera Magalhães, da Folha. Os textos estão contidos, basicamente, entre os dias 30 de agosto e 1º de setembro.

No quinto período de análise estão as avaliações depois do julgamento. Aqui estão incluídas as matérias sobre o julgamento do “mensalão”, depois da aceitação da denúncia no STF. Também inclui textos de bastidores, avaliações de especialistas e entrevistas com



personalidades. O período desta fase está compreendido entre os dias 29 e 30 de agosto e de 1º a 4 de setembro.

Após a classificação das notícias, passamos à análise qualitativa dos textos e das entrevistas. A escolha do método está embasada na aplicabilidade da Análise de Conteúdo tanto para a Teoria da Produção da Notícia quanto para a Teoria das Representações Sociais.

A Análise de Conteúdo tem seu maior desenvolvimento nas décadas de 1940 e 1950, um período que é

marcado pelas regras de análise elaboradas por B. Berelson, auxiliado por P. Lazarsfeld. A célebre definição de análise de conteúdo, que Berelson dá então, resume bastante bem as preocupações epistemológicas deste período: ‘a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação’. Na verdade, esta concepção e as condições muito normativas e limitativas de funcionamento da análise de conteúdo, foram completadas, postas em questão e ampliadas pelos trabalhos posteriores dos analistas americanos. (BARDIN, 2000, p. 18-19)

Atualmente, entretanto, pode-se dizer que a Análise de Conteúdo avançou e é uma técnica que, em conjunto com outras, pode ser eficiente para pesquisas em comunicação. Como afirmou Bauer, “os dados não falam por si mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados. Na verdade, quanto mais complexo o modelo, mais difícil é a interpretação dos resultados.” (BAUER, 2002, p. 24) Optamos, portanto, pela seleção de trechos das notícias e das entrevistas que fossem mais significativos para alcançarmos os objetivos da pesquisa.

Além das notícias, realizamos, também, durante o ano de 2008, entrevistas com quatro jornalistas da Folha de S. Paulo<sup>21</sup> e cinco do jornal O Globo. As entrevistas seguiram o modelo semi-estruturado de entrevista semi-aberta, conforme classificado por Barros e Duarte (2005). A Entrevista semi-aberta tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa. A lista de questões desse modelo “tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível.” (p. 66) Os autores apontam como sendo uma vantagem desse modelo a possibilidade de “permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes

---

<sup>21</sup> É natural que dificuldades apareçam para a realização de entrevistas pessoalmente. Com exceção de um jornalista da Folha, todas as entrevistas aconteceram pessoalmente, na cidade de Brasília, e foram gravadas e transcritas. A maior dificuldade foi o contato com editores, já que a agenda deles não dispunha de tempo para nos atender, ou restrições editoriais os impediam de responder a meus questionamentos.

informantes. O roteiro de questões-chaves serve, então, como base para a descrição e análise em categorias.” (p. 67)

O nosso roteiro teve como preocupação questionar os entrevistados sobre: a política editorial do jornal; a facilidade, ou falta dela, de acesso dos jornalistas aos órgãos da Justiça; a visão de cada um a respeito da Justiça brasileira; a avaliação de cada um sobre a relação entre a imprensa e o Judiciário brasileiro, incluindo comentário sobre a relação entre o jornal ao qual pertence e a Justiça; a peculiaridade na elaboração de textos sobre o Judiciário; o uso de declarações em *off*<sup>22</sup>, especialmente quando cobrindo o Judiciário. Nosso intuito com a aplicação das entrevistas foi saber as considerações dos jornalistas sobre aspectos que consideramos importantes na cobertura e, para isso, as entrevistas foram feitas após uma primeira análise do material.

Além das questões gerais, aplicadas às entrevistas com jornalistas dos dois jornais, algumas questões foram aplicadas apenas aos da Folha e outras, apenas aos do jornal O Globo. Aos da Folha, perguntamos sobre a reação que a redação teve ao ver na capa do jornal O Globo as fotos das telas dos computadores dos ministros com mensagens trocadas durante a primeira sessão; e detalhes da publicação de conteúdos da conversa telefônica ouvida pela repórter da Folha. Aos jornalistas do Globo perguntamos sobre os detalhes da publicação das fotos dos computadores; e a reação da dos jornalistas do Globo quando viram publicadas na Folha as declarações do ministro Lewandowski<sup>23</sup>.

Para garantir uma maior fluidez na elaboração das respostas oferecemos a todos os jornalistas entrevistados a garantia do anonimato. Desta forma, identificaremos os jornalistas sem distinção de sexo e com numerais (Jornalista 1, por exemplo), atribuídos de acordo com a ordem de realização das entrevistas, sem, entretanto, haver qualquer ligação com o jornal para o qual o profissional trabalha ou o cargo que ocupa.

---

<sup>22</sup> *Off* é a palavra usada por jornalistas para designar declarações que os entrevistados pedem que não sejam atribuídas a eles.

<sup>23</sup> O roteiro das entrevistas pode ser conferido no Apêndice C.

## Capítulo 3: O Julgamento da denúncia

### 3.1 Preparação para o julgamento: expectativas e especulações

A primeira etapa da análise, que corresponde à preparação para o julgamento, é marcada por notícias focadas na contextualização e enquadramento do julgamento da denúncia do “mensalão”, além de expectativas sobre o julgamento. Nesta etapa da análise dos dados, optamos por agrupar as notícias sem obedecer à ordem cronológica das publicações, mas analisamos os pontos importantes em grupos temáticos, como a contextualização do caso, atribuições de características à Justiça, etc..

A primeira característica que observamos foi a apropriação sem ressalvas, tanto por parte da Folha de S. Paulo como por parte do jornal O Globo, do termo “mensalão”. A ausência de aspas nos textos dos jornais reflete a naturalidade com que o termo foi incluído no vocabulário do caso. Nesta dissertação, utilizamos o termo sempre entre aspas por se tratar de neologismo. Esse é o primeiro exemplo de representação na cobertura, já que a palavra “mensalão” é uma referência a um esquema de mesada, como explicou o responsável pela divulgação do suposto esquema, Roberto Jefferson (LO PRETE, 2005a).

Assim, o termo “mensalão” está ancorado na idéia de pagamento informal mensal. Assim como no caso do “mensalão”, o estudo de Moscovici (1978) identificou o processo de ancoragem da idéia de Psicanálise, uma vez que a nova disciplina, na época de seu aparecimento, foi assemelhada à confissão religiosa, considerada “uma estranha medicina sem remédios” (SÁ, 1993). A utilização constante do termo “mensalão” permite que, em pouco tempo, o seu significado não mais necessite ser explicado, já que a correspondência acontece automaticamente, já que a idéia de “mensalão” está ligada ao cotidiano das pessoas, referindo-se à dinâmica de administração financeira no dia-a-dia.

Outra peculiaridade do período de preparação para o julgamento é a identificação do valor-notícia notoriedade do ator principal na publicação de notícias que trazem o ponto de vista da defesa. Como um dos denunciados pela procuradoria era José Dirceu, nome importante dentro do PT, havia grande expectativa por parte da imprensa. O jornal O Globo, no dia 16 de agosto de 2007, publica notícia em que destaca a atuação do procurador-geral:

A uma semana do julgamento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá se aceita ou não sua denúncia contra os 40 acusados de operar o mensalão, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, decidiu ontem quebrar o silêncio sobre o caso. No intervalo de uma sessão

do Supremo, rebateu críticas de que a denúncia não conteria provas suficientes para justificar a abertura de ações penais. O argumento tem sido usado pelo deputado cassado José Dirceu (PT-SP), apontado como líder do esquema, em sua cruzada pelo país em busca de apoio da opinião pública (FRANCO, O Globo, 16 de ago. 2007b).

As acusações que caíam sobre José Dirceu receberam mais atenção por causa do seu papel no governo. A importância de José Dirceu é levada em conta, também, pelo procurador-geral, que segundo o jornal, “resolveu quebrar o silêncio sobre o caso” e rebater críticas do denunciado.

As contextualizações e explicações de detalhes do julgamento também marcaram esta fase da cobertura. O Globo, no dia 16 de agosto de 2007, publica uma notícia com foco no pedido de aposentadoria do ministro Sepúlveda Pertence. Apesar de não ser o principal assunto desse texto, o julgamento já começa a receber fortes adjetivos: “O julgamento mais aguardado dos últimos anos no Supremo Tribunal Federal, que decidirá na semana que vem se aceita ou não a denúncia da Procuradoria Geral da República contra os 40 acusados de operarem o mensalão, será desfalcado pelo decano da Corte” (FRANCO, O Globo, 16 de ago. 2007a).

No dia 14 de agosto de 2007, uma semana antes do julgamento, a Folha publica uma notícia com foco na autorização dada pelo STF que concedeu aos procuradores do Distrito Federal o acesso a dados sigilosos do caso (STF AUTORIZA, 14 de ago. 2007). Mas é apenas no dia 19 de agosto, um domingo, que aparecem mais detalhes sobre o julgamento, na Folha. A notícia “STF decide se ‘quadrilha’ do mensalão vai a julgamento” ganhou chamada na capa e traz como foco as expectativas do julgamento:

A partir de quarta, os ministros realizarão pelo menos três sessões seguidas, durante todo o dia, para decidir se acolhem a denúncia, que representa o pedido de abertura do processo. Se isso ocorrer, os denunciados passarão à condição de réus. O procurador-geral apresentará provas que diz ter em mãos, decorrentes de perícias, e indicará ao STF a produção de outras. O relator deverá ouvir os réus e as testemunhas de defesa e de acusação. O processo poderá demorar anos. O mensalão foi denunciado pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), em entrevistas à Folha, em junho de 2005” (DE FREITAS; ALENCAR, 19 de ago. 2007).

O texto explica de forma breve o que deve acontecer durante o julgamento, pesar de não entrar em detalhes. Esta mesma notícia da Folha também traz a primeira classificação do julgamento como sendo sem precedentes:

Em um julgamento histórico, o STF (Supremo Tribunal Federal) deverá abrir nesta semana a ação penal do mensalão, inclusive em relação ao ex-ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, embora ele tenha mais chances que os outros 39 denunciados de capitanear votos a seu favor (DE FREITAS; ALENCAR, 19 de ago. 2007).

Apesar de ser considerado “histórico”, o caso recebeu da Folha de S. Paulo, nessa mesma notícia, a comparação com o caso Collor:

O caso do mensalão é comparado à ação penal instaurada contra o ex-presidente Fernando Collor, o empresário Paulo Cesar Farias e outras sete pessoas, particularmente pela repercussão política. (DE FREITAS; ALENCAR, 19 de ago. 2007).

A notícia também compara a composição do Supremo nos dois julgamentos lembrando que dos ministros que participaram do julgamento da denúncia do “mensalão” apenas Celso de Mello atuou, também, no caso Collor. O ministro Marco Aurélio Mello não pôde participar do julgamento do ex-presidente por ser primo dele. Já o ministro Sepúlveda Pertence aposentou-se uma semana antes do julgamento do “mensalão”.

Há outro exemplo de ancoragem do caso, já que o julgamento do “mensalão” é comparado a outro julgamento importante na Corte. Também nessa fase foi possível identificar objetivações do julgamento, como na descrição do tamanho do caso com a divulgação de dados concretos, como publicou o jornal O Globo: “Em dois anos, 27 dias e 14 mil páginas de investigação, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal mapearam o dinheiro que irrigou o valerioduto” (FRANCO, BRÍGIDO, GRIPP, 22 de ago. 2007).

Na fase de contextualização do fato, a notícia de O Globo que recebeu o título “Acusados começam a ser julgados no STF amanhã”, do dia 21 de agosto, apresenta uma inconsistência com o que os jornalistas revelaram durante as entrevistas. Nos depoimentos, os profissionais argumentaram que uma das principais preocupações foi com a clareza com que se explicava a natureza do julgamento do STF. A preocupação era em deixar claro que o julgamento no STF decidiria, apenas, se a corte aceitaria a denúncia apresentada pelo procurador-geral da República. Não se tratava, portanto, do julgamento dos acusados.

Quando perguntado sobre a especificidade da cobertura do Judiciário em relação a outras áreas, o Jornalista 2 respondeu que há uma preocupação com a linguagem. No caso do julgamento do “mensalão”, também havia a preocupação com a definição do que significava, em termos processuais, aquele julgamento. O Jornalista 2 disse ser comum nas redações a preocupação com o que chama de “tradução” dos assuntos do Judiciário para facilitar o entendimento por parte do público. O Jornalista 2 chega a dizer que

Os julgamentos não são em Português, entendeu? É outra língua que eles falam. Aí fica muito difícil.... pra você entender e traduzir o que eles quiseram dizer com aquilo e o efeito prático daquela decisão, que muitas vezes fala ‘ah, abriu, no caso do mensalão, abriu uma ação penal’. E daí? [...] na verdade, eles decidiram que iam continuar investigando. Não tem uma decisão assim, ninguém foi punido e tal. E aí a gente tinha que explicar isso nas matérias. Tipo, ‘olha só, antes eles eram investigados um pouquinho e agora eles vão ser mais investigados, agora eles são réus. Depois dessa investigação, é que vai saber se eles vão ser condenados ou não’.

(JORNALISTA 2, 7 de Nov. 2008).

Ainda na contextualização do caso, a primeira manchete da Folha de S. Paulo com o assunto aparece no dia 22 de agosto:



FIG 1 - Capa Folha de S. Paulo, 22 de agosto de 2007 – Arquivo Folha online.

O texto no caderno Brasil com o título “STF define regras para evitar ‘incidentes’ em julgamento” fala da preocupação dos ministros com o acerto de detalhes para que o julgamento ocorra dentro do planejado.

Também no dia 22 de agosto, o Globo publica um texto no caderno O País explicando o que será julgado e mostra um breve perfil dos componentes da Corte. Na capa, há uma chamada com o seguinte título: “STF começa hoje a julgar mensalão”. O título da chama na capa sugere que o julgamento será do “mensalão” em si, e não da denúncia. No texto publicado no caderno O País o acontecimento foi resumido da seguinte forma:

Os ministros do Supremo Tribunal Federal vão decidir se aceitam ou não a denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra os acusados de envolvimento com o esquema do mensalão. Se

judgarem que as provas são suficientes, o inquérito será transformado numa ação penal, cujo relator continuará a ser o ministro Joaquim Barbosa. Nesse caso, os 40 acusados responderão por oito crimes: formação de quadrilha, peculato, corrupção ativa, corrupção passiva, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e gestão fraudulenta. A previsão é de que o julgamento dure três reuniões em plenário, de amanhã a sexta-feira. Uma sessão extraordinária pode ser convocada na próxima segunda-feira (FRANCO; BRÍGIDO; GRIPP, 22 de ago. 2007).

O parágrafo aponta para importantes pistas sobre o caso, como a contextualização da natureza do julgamento (que é para definir a aceitação ou não da denúncia) e até a duração prevista para que o julgamento seja concluído. Sem as declarações, entrevistas e comentários oficiais que naturalmente surgiriam durante o julgamento, nesta fase que antecede o julgamento predominaram, além das contextualizações do caso, declarações sem atribuição direta de fonte para falar do possível resultado do julgamento. No dia 19, na notícia e que fala do julgamento da semana seguinte, a Folha encerra a notícia “STF decide se ‘quadrilha’ do mensalão vai a julgamento” com uma espécie de placar antecipado:

Seis dos dez ministros que irão decidir sobre a abertura do processo do mensalão foram nomeados por Lula, inclusive o relator, Joaquim Barbosa. [...] Quatro ministros não veriam provas suficientes na denúncia para justificar uma ação penal contra Dirceu. Seriam: Gilmar Mendes, Celso de Mello, Eros Grau e Cezar Peluso. Eles poderiam excluir outros acusados sob o mesmo argumento. Outros quatro ministros do STF, de acordo com a cúpula do governo, teriam propensão a aceitar a denúncia: Ellen Gracie, Joaquim Barbosa, Carlos Brito e Marco Aurélio Mello. A maior incerteza é em relação aos votos de Cármen Lúcia Rocha e Ricardo Lewandowski (DE FREITAS; ALENCAR, 19 de ago. 2007).

O Supremo Tribunal Federal reagiu às especulações e divulgou uma nota oficial à imprensa. O conteúdo da nota apareceu em notícias publicadas pela Folha em 21 de agosto de 2007. A nota dizia que "a tentativa de antecipar o voto dos ministros é especulação gratuita, sem base em fatos reais. É não menos falsa a versão registrada nos jornais de que os ministros do STF teriam sido procurados por emissários do governo supostamente interessados em obter um prognóstico da decisão" (VASCONCELOS, 21 de ago. 2007). O jornal O Globo também abordou a resposta do STF: “Ontem, o STF divulgou nota negando o suposto assédio de emissários do governo a seus integrantes. O texto afirma que a Corte tem independência para julgar, baseada no ‘livre convencimento a respeito dos fatos’” (FRANCO, 21 de ago. 2007).

Situação semelhante no que se refere ao uso de fontes aparece no primeiro dia do julgamento. O Globo publica notícia com o foco na expectativa do Presidente. O título, “Lula

já espera a aceitação da denúncia”, já deixa claro o conteúdo da notícia. As fontes citadas, entretanto, não são determinadas, conforme o exemplo:

Segundo um interlocutor do presidente, Lula considera praticamente inevitável o recebimento da denúncia, mesmo que de forma diferenciada do texto original de Antonio Fernando. [...] A tendência do STF, conforme relatos que chegaram a Lula, é desconsiderar a imputação de formação de quadrilha a pessoas de papel secundário no mensalão (CARVALHO, 22 de ago. 2007).

Traquina (2001, p. 47) alerta que uma “concessão indiscriminada [do anonimato das fontes] é particularmente lesiva no caso das fontes com acesso habitual ao campo jornalístico, que, por isso, muitas vezes só precisam recorrer ao anonimato para divulgar as informações desejadas sem assumir a responsabilidade por elas”. Além das fontes com acesso habitual, entretanto, cobertura do judiciário tem particularidades que os jornalistas entrevistados utilizaram como justificativa. O Jornalista 7, por exemplo, quando perguntado sobre o uso do off, disse que é “importantíssimo no jornalismo”, particularmente na cobertura do Judiciário, por causa do impedimento legal que os juristas têm de comentar casos em tramitação antes da sentença:

Muitas vezes quando o jornalista escreve “fontes próximas” muitas vezes é o próprio ministro. [...] Muitas vezes ele viabiliza a publicação da matéria. [...] Mas no Supremo parece que o off é mais regra que exceção. É mais fácil o ministro falar em off do que se expor. Então lá [no jornal] eu sempre briguei pra usar a afirmação literal aspeada dessa fonte anônima, mesmo sem dizer (JORNALISTA 7, 10 nov. 2007).

Já o Jornalista 2 respondeu que o uso do off é deve ser usado apenas quando a informação é muito importante: “Tem coisas que são muito óbvias pra você ficar usando desses artifícios, por que fica parecendo que é uma coisa muito misteriosa, sabe?” (JORNALISTA 2, 7 nov. 2008). O Jornalista 2 completou, ainda, que o sigilo da fonte deve ser respeitado para garantir o voto de confiança entre fonte e jornalista. Mas o Jornalista 2 lembra que há sempre o risco de as fontes usarem os jornalistas para fazer o que chama de “papel de leva-e-traz”:

Por exemplo: um ministro quer atacar o outro aí chega pra você e fala assim ‘Olha, esse ministro é super equivocado, ele errou no voto dele.’ Aí eu coloco assim: ‘Fontes importantes do Supremo revelam que o Ministro errou no voto dele’. Aí eu acho que você ta se prestando, assim, você ta fazendo o papel de leva-e-traz. Aí eu acho que não vale. [...] (JORNALISTA 2, 07 nov. 2008).

As regras para uso do *off*, apesar de estarem presentes nos manuais e no cotidiano das redações, são definidas, também, a partir das convicções do jornalista. O que pesa na hora da



decisão é a importância das informações, do ponto de vista do jornalista, e a credibilidade da fonte, também do ponto de vista do jornalista.

Durante a preparação para o julgamento, percebemos, também, uma série de atribuições de características à Justiça e aos magistrados, tanto de forma geral quanto em referência ao julgamento da denúncia do “mensalão” especificamente. Ao STF, por exemplo, foram atribuídas características como sobriedade e omissão.

No dia 17 de agosto. O Globo publica notícia sobre a saída do ministro Sepúlveda Pertence. O trecho que segue faz parte da descrição da despedida no plenário da Corte: “O plenário do STF trocou a sobriedade pela emoção na despedida de Sepúlveda Pertence, que decidiu pendurar a toga a três meses da aposentadoria compulsória. Celebrado pelos colegas, Pertence não conseguiu conter as lágrimas” (FRANCO, 17 de ago. 2007).

No dia 22, primeiro dia do julgamento, há referência à reunião entre os ministros que aconteceu no dia anterior. O Globo aborda o assunto da seguinte forma: “Oito dos dez atuais integrantes do tribunal reuniram-se no gabinete da presidente, Ellen Gracie, num encontro omitido da agenda oficial do STF. O encontro, segundo explicação oficial, foi para acertar detalhes burocráticos do julgamento” (FRANCO, BRÍGIDO, GRIPP, 22 de ago. 2007).

Já a Folha de S. Paulo trata o episódio da reunião de forma mais natural e contextualiza o acontecimento:

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) fizeram ontem uma reunião de última hora para se preparar para o julgamento histórico do mensalão - que começa hoje - e resolver "probleminhas" que poderão surgir nas sessões plenárias, segundo o relator do caso, ministro Joaquim Barbosa. [...] A reunião de ontem, segundo os ministros, foi um encontro "informal", a portas fechadas, no gabinete da presidente do tribunal, ministra Ellen Gracie Northfleet. (DE FREITAS; SALIGMAN, 22 de ago. 2007).

Durante as entrevistas, perguntamos aos jornalistas qual era a visão deles sobre o Judiciário e sobre o STF em particular. As respostas foram variadas, destacando as peculiaridades do Judiciário como o conservadorismo e o difícil acesso aos magistrados. Mas foi unânime a opinião de que o a Justiça em geral e STF em particular estão mais abertos hoje do que eram antes:

Eu acho que o judiciário é uma instituição conservadora, muito fechada, e de uns anos pra cá tem conseguido, tem passado por uma profunda mudança. Um exemplo disso é o fim do nepotismo, a própria criação do CNJ. Existia muito medo desse órgão de controle, muito medo da perda da autonomia. Mas na verdade era uma resistência mesmo a ser fiscalizado, a ser mais aberto, mais transparente (JORNALISTA 7, 10 de novembro de 2007).

O Jornalista 2 deu outros exemplos, especialmente sobre o reconhecimento da função da Justiça, afirmando que o STF tornou-se mais aberto nos últimos anos. A chegada de casos de maior visibilidade também facilitou a maior exposição tanto da instituição como dos magistrados:

O Ministro Joaquim Barbosa passa na rua e tem que dar autógrafo, entendeu? Antigamente os ministros anteriores do Supremo, antes desses assuntos mais polêmicos, isso não acontecia, eles não eram reconhecidos na rua. Ninguém sabia quem eles eram. Ninguém sabia para que eles serviam. Acho que hoje as pessoas continuam sem saber pra quê que eles servem, mas sabem que eles são importantes e têm um papel importante ali na sociedade. (JORNALISTA 2, 07 de Nov. 2007).

A atuação das assessorias de imprensa dos órgãos do Judiciário é um fator central nessa discussão. Esses setores, apesar de trabalharem sob a orientação da presidência de um Tribunal, têm poderes próprios, como a viabilização de um contato mais direto com os juízes. Outro fator central nessa questão é o preparo (ou despreparo) do jornalista para uma cobertura especializada. Hoje, nos grandes jornais de circulação nacional, há os chamados “setoristas”, que são responsáveis pela cobertura especializada no Judiciário. O conhecimento detalhado e aprofundado do funcionamento do Poder Judiciário ajuda a diminuir essa distância que parece ser ainda tão grande entre a mídia e o Judiciário.

Os juízes, como personalidades, também foram assunto de matérias, como o ministro Joaquim Barbosa, relator do caso, que teve seu perfil publicado na Folha de S. Paulo:

Ex-procurador da República, o relator do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Joaquim Barbosa, manteve-se fiel à linha de atuação do Ministério Público desde que assumiu o cargo, em junho de 2003. Em diferentes julgamentos, Barbosa ficou isolado no tribunal ao defender, por exemplo, que permanecessem na prisão o ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf e seu filho Flávio Maluf, o ex-banqueiro Edemar Cid Ferreira e o estudante Gil Rugai. A todos eles foi concedido habeas corpus (DE FREITAS, 21 de ago. 2007).

Nesse texto, são expostos aspectos meramente biográficos sobre o ministro, mas também há comentários sobre sua linha de atuação e sobre como ela pode influenciar o voto. Joaquim Barbosa aparece como um jurista que não apóia privilégios com base a importância do acusado, característica que é logo usada na formulação de hipóteses acerca do seu voto, que, a essa altura da cobertura, ainda era incerto.

### **3.2 Juízes “flagrados” trocando mensagens: a corrida pelo furo**

Esse segundo momento da cobertura corresponde à divulgação de mensagens trocadas entre ministros durante o primeiro dia de julgamento. Neste momento da análise, a exemplo do anterior, não seguiremos estritamente a ordem cronológica de publicação das matérias.

No dia 23 de agosto de 2007, o jornal O Globo publica na capa, com grande destaque, trechos de uma conversa entre os ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia. Para conversar, os ministros usaram, nos seus computadores, um programa interno do STF que permite a troca de mensagens instantâneas entre os ministros e também com os funcionários dos gabinetes. O fotógrafo do Globo percebeu a troca de mensagens e fotografou as telas dos computadores dos ministros.

As repercussões, tanto no Globo quanto na Folha, foram registradas até dia 25 de agosto. O Globo, dono do primeiro “flagrante”, já no primeiro dia de cobertura defende abertamente a atitude do fotógrafo. Há uma chamada na capa e um texto dentro do caderno O País.

Na capa do dia 23 de agosto, o destaque está no fato de a sessão ser pública: “Nessa sessão, que é pública, o repórter-fotográfico Roberto Stuckert Filho registrou as telas dos computadores dos ministros, com mensagens abertas. (GRIPP; STUCKERT FILHO; LEALI, 23 de ago. 2007)



FIG 2 – Capa O Globo de 23 de agosto de 2007. Acervo Biblioteca do Senado Federal.

Segundo a reportagem do Globo, a troca de mensagens começou por volta do meio-dia, durante a sustentação oral do então Procurador-geral da República, Antônio Fernando de

Souza. A atitude do fotógrafo não aconteceu por acaso. Na reunião da equipe destacada para a cobertura do julgamento, jornalistas com mais experiência na cobertura do STF alertaram a chefia para o uso constante dos computadores, conforme o relato do Jornalista 3:

houve uma orientação [...] pra que o fotógrafo prestasse atenção no que era conversado pelos ministros. [...] Por uma coincidência, a imprensa tava postada num lugar que era mais próximo das cadeiras dos ministros mais novos [...] então certamente havia mais condição de se flagrar os diálogos do Eros Grau, da Cármen Lúcia, do Ricardo Lewandowski e do próprio Joaquim Barbosa, pela posição das câmeras, posição das cadeiras (JORNALISTA 3, 07 nov. 2007).

O texto completo, publicado no interior do caderno, descreve, em tom de descoberta, que as mensagens revelavam “detalhes de seus votos, confidências sobre a decisão de outro colega e até um possível reflexo do julgamento na sucessão do ministro Sepúlveda Pertence” (GRIPP; STUCKERT FILHO; LEALI, 23 de ago. 2007). O que é apresentado como inusitado e relevante a ponto de merecer sair na capa do jornal é que os ministros conversaram sobre o julgamento que estava em curso. A mais grave notícia, porém, é a suspeita de voto a favor do governo em troca de indicação para o sucessor do ministro aposentado Sepúlveda Pertence. Esses fatos são aprofundados nas edições nos dias que se seguem à publicação das mensagens pelo Globo.

No dia 24 de agosto, a coluna Por Dentro do Globo, publicada na página 2, fala da atuação dos fotógrafos e repórteres para a composição da reportagem de capado dia anterior, com o título “Um furo ao alcance das lentes”. Segundo o texto, o repórter “percebeu que tinha um furo ao alcance de sua câmera, apesar de estar cobrindo, junto com centenas de jornalistas, uma sessão pública” (POR DENTRO, 24 de ago. 2007).

Ainda em relação ao “furo” da troca de mensagens, a ação do fotógrafo é considerada normal e com precedentes, e a reação que “políticos, autoridades e celebridades” tiveram em outras ocasiões semelhantes não passa de um reflexo da “dor de cabeça” que revelações desse tipo lhes causam. Em reportagem do dia seguinte à reportagem de capa, O Globo destacou os comentários de especialistas em Direito e Mídia sobre a divulgação do conteúdo das mensagens. Mas a posição do jornal fica bem clara neste trecho, que introduz matéria vinculada sobre casos semelhantes que aconteceram tanto no Brasil, como em outros países.

Fotógrafos atentos, assim como microfones abertos dão dor de cabeça e ajudam a revelar o que pensam – e como agem – políticos, autoridades e celebridades. A divulgação ontem, pelo GLOBO, dos diálogos eletrônicos entre os ministros do Supremo Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, em pleno julgamento do mensalão, faz parte de uma longa lista de eventos em

que os meios de comunicação conseguiram desvendar bastidores do poder. (MENEZES; FREIRE, 24 ago. 2007).

Podemos, assim, identificar que o jornal atribui à classe política ou jurídica a característica de sempre ter algo a esconder, ou ter sempre cuidado para não se deixar invadir pela imprensa. Essa ancoragem na idéia de obscuridade e resguardo reforça uma potencial função da imprensa de revelar esses supostos segredos. No que se refere ao nosso objeto de estudo, essa ancoragem também reforça a opinião compartilhada pelos jornalistas que entrevistamos de que o Judiciário é um poder mais fechado e distante do que os outros, daí a necessidade da atuação vigilante da imprensa.

Durante as entrevistas realizadas com os jornalistas pedimos que eles relatassem o que se lembravam do dia 22 de agosto de 2007, dia em que as fotos dos computadores dos ministros foram tiradas. O Jornalista 4 explicou que os editores e os repórteres que estavam responsáveis pelas matérias de clima só tiveram a noção exata do material que tinham quando as primeiras fotos chegaram à redação.

Os editores foram lendo os conteúdos daquelas conversas, perceberam que ali tinha uma questão de altíssima relevância pública. Eu parei todas as matérias que eu tava fazendo, voltei do Supremo para a redação às 4 da tarde, e comecei a ler aquele material todo e a montar aquele grande quebra-cabeça. [...] Mas de cara nós percebemos que tinha uma discussão ali muito importante sobre a sucessão de um ministro [...] e a gente percebeu que na mais alta corte do país o que tava em jogo pra aquela sucessão era a satisfação do governo com o comportamento de determinados ministros. E isso é uma informação de interesse público que o jornal achou que suplantava as questões de invasão de privacidade e as demais polêmicas que surgiram. (JORNALISTA 4, 11 nov. 2007)

O jornalista 4 contou, também, que, por causa da dificuldade para montar as fotos de modo que os diálogos ficassem legíveis, a decisão de publicar na capa e com grande espaço no caderno O País só foi tomada às 21h. No trecho destacado do depoimento, o Jornalista 4 menciona uma suposta ligação entre a influência do Executivo federal na sucessão do ministro aposentado Sepúlveda Pertence.

A influência dos poderes Executivo e Legislativo no Judiciário já foi discutida pela mídia durante a cobertura de escândalos como as operações da Polícia Federal em 2001 (Anaconda) e em 2007 (Furacão), em que juízes das diversas instâncias foram acusados (alguns condenados) de corrupção. Durante a cobertura do julgamento da denúncia do “mensalão” surgiu a suspeita de que o voto do ministro Eros Grau estaria comprometido com o executivo. Ele trocava o voto contrário à aceitação da denúncia pela indicação do ministro

do Superior Tribunal de Justiça Carlos Alberto Direito. As razões, entretanto, não ficam claras nos textos publicados pelos dois jornais.

Com o texto “Troca de mensagens gera mal-estar no STF”, publicado no dia 24 de agosto, com chamada na capa, a Folha inicia a recuperação do furo dado pelo Globo no dia anterior.



FIG 3 - Capa Folha de S. Paulo de 24 de agosto de 2007. Acervo Folha Online.

Na notícia da Folha do dia 24 de agosto que recupera o furo do Globo, os jornalistas também já começam a publicar as reações de envolvidos no caso, inclusive advogados de defesa, dizendo que a atitude dos ministros faz parte da rotina das cortes: “Defensores ouvidos pela Folha afirmaram que os diálogos publicados revelam apenas uma prática comum nos tribunais, que é a de juízes trocarem impressões sobre matérias que vão a julgamento.” (TROCA DE MENSAGENS, 24 de ago. 2007).

Esse fenômeno do jornalismo pode ser identificado como estando relacionado ao valor-notícia concorrência, elencado por Traquina (2005b) como um dos que fazem parte dos critérios contextuais dos valores-notícia de seleção. Segundo Traquina, a procura pelo furo faz parte da natureza concorrencial do jornalismo. As empresas, segundo o autor, “procuram evitar outra situação: não ter o que os outros têm, não permitir um ‘furo’ para a concorrência. Assim, seguindo esta lógica, temos o fenômeno do chamado ‘pack journalism’, isto é, a

tendência para os membros da tribo jornalística de andar em grupo, numa matilha, seguindo-se uns aos outros.” (TRAQUINA, 2005b, p. 89-90, grifos do autor)

A expressão “*pack journalism*” pode ter conotações negativas e antiéticas<sup>24</sup>, mas no texto de Traquina, o conceito é usado, no nosso entender, para designar a recuperação, pelas mídias concorrentes, de histórias que elas não noticiaram e que julgam importantes, como foi o caso das mensagens dos computadores. Uma das conseqüências do “*pack journalism*” na cobertura do julgamento do “mensalão” e a publicação, pelos dois jornais analisados, de notícias com conteúdo e até títulos similares.

Um exemplo similar nesse caso é a publicação das declarações do ministro da Defesa, Nelson Jobim, ex-presidente do STF. O título do Globo é: “Jobim: ‘Intromissão anticonstitucional’”. Já a Folha, publica: “Jobim afirma que a publicação de diálogo é ‘anticonstitucional’”. No dia em que a matéria foi apurada, Nelson Jobim estava em uma solenidade na cidade de Goiânia (GO).

No texto do Globo, as declarações de Jobim aparecem junto às do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O destaque vai para a citação em que Jobim lamenta a divulgação das mensagens, e não a troca em si: “- É lamentável que isso tenha ocorrido. Não a troca de informações, mas a interceptação de comunicações realizadas pela imprensa” (SOUZA, 24 de ago. 2007). O ministro da Defesa afirmou também que o conteúdo das conversas não teria influência no julgamento: “- Não compromete em nada. O Supremo tem absoluta independência”. (SOUZA, 24 de ago. 2007).

No texto da Folha, as mesmas declarações de Jobim aparecem em destaque no texto (JOBIM AFIRMA, 24 de ago. 2007), junto a declarações do ministro aposentado Sepúlveda Pertence e o então presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, ambos afirmando a normalidade da troca de informações entre os ministros.

A reação de magistrados e advogados sobre a publicação das mensagens também foi tratada de maneira semelhante pelos dois jornais. Inúmeras notícias foram publicadas para repercutir as reações de magistrados, advogados, entidades, jornalistas e ministros do STF sobre a pertinência da divulgação das mensagens eletrônicas e da conversa telefônica do ministro Lewandowski. Muitos argumentos contra e a favor da publicação foram publicados.

No Globo, a opinião de entidades, como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Juizes federais do Brasil (Ajufe) e Associação dos Magistrados Brasileiros

---

<sup>24</sup> Gerald-Mark Breen and Jonathan Matusitzcan definem “*pack journalism*” como “uma prática midiática que acontece quando um número substancial de reporters (por exemplo âncoras, equipes de jornais, operadores de câmera etc) segue apaixonadamente uma história incrível, preenche o local com sua presença bastante espessa e frequentemente publica matérias parecidas, quando não iguais.” (BREEN; MATUSITZCAN, 2009)

(AMB) aparece organizada em um só texto (WEBER, 24 de ago. 2007). Os argumentos da AMB apresentados no texto se restringem à legalidade da conversa entre os ministros e a suposta combinação de votos. Os argumentos contra a publicação versam sobre o caráter privado das conversas. O presidente da OAB fez comentários fortes contra a publicação:

Em nota, o presidente do Conselho Federal da OAB, Cezar Britto, compara o episódio à instalação de grampos: “O Brasil não pode virar um ‘Big Brother’. Sem privacidade, não há liberdade. [...] Não será surpresa se começarem a colocar grampos nos confessionários para violar o segredo religioso da confissão. É preciso prudência para que tais anomalias não se transformem em prática corriqueira e adquiram contornos de legitimidade. Não podemos cair num estado de bisbilhotagem, cujo desdobramento inevitável é o estado policial, ambos incompatíveis não apenas com o estado democrático de direito, mas com os fundamentos da civilização”. (WEBER, 24 de ago. 2007)

Já o presidente da Associação dos Juizes federais do Brasil, Walter Nunes, aparece no texto dizendo que as mensagens tinham caráter privado e que é até desejável que os juizes discutam os processos antes de formarem uma opinião.

Na Folha de S. Paulo, as declarações do presidente nacional da OAB ganharam um texto exclusivo (VASCONCELOS; CHRISTOFOLETTI, 24 de ago. 2007). Também nessa notícia, merece destaque a declaração do advogado José Paulo Cavalcanti Filho, creditado pela Folha como “estudioso da legislação sobre a imprensa”. O crédito do advogado e a defesa com “ênfase” que ele faz da atuação da imprensa dão legitimidade ao fato, já que o julgamento de um especialista é naturalmente levado mais a sério.

O advogado José Paulo Cavalcanti Filho, ministro (interino) da Justiça no governo Sarney e estudioso da legislação sobre a imprensa, defende com ênfase a divulgação dos diálogos entre os ministros. “Não tenho nenhum receio em dizer que quem fez a foto não invadiu nenhuma privacidade. A sessão era pública, os computadores eram públicos”, afirma. Segundo ele, a posição da tela fazia presumir que não ela seria invadida por terceiros, mas é “incogitável se tratar de privacidade invadida”, diz. (VASCONCELOS; CHRISTOFOLETTI, 24 de ago. 2007).

Além de manifestações em editoriais, artigos e colunas, as declarações de jornalistas também apareceram em textos noticiosos. Os jornalistas Alberto Dines e Ricardo Noblat e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) apareceram em textos do jornal O Globo (MENEZES; FREIRE, e WEBER). As opiniões dos três são a favor da atuação da imprensa no caso:



O jornalista Alberto Dines, editor do “Observatório da Imprensa”, sustenta que o ambiente público justifica a publicação das conversas.[...] - A sessão era franqueada aos jornalistas. Eles (os ministros) que tomassem cuidado e não se deixassem flagrar. A condenação da divulgação é atitude totalitária, discricionária e oligárquica – disse Dines. Em seu blog, o colunista do GLOBO Ricardo Noblat lembrou que os ministros sabiam que os fotógrafos estavam no plenário: - A sessão é pública. Os ministros sabiam que poderiam ser alcançados pelas lentes dos fotógrafos. Trocaram e-mails à frente de todos porque quiseram. Ou porque foram descuidados. O assunto por eles tratado é de interesse público.” (MENEZES; FREIRE, 24 de ago. 2007).

Para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o GLOBO cumpriu sua obrigação jornalística de tornar públicos fatos relevantes para a sociedade. (WEBER, 24 de ago. 2007).

A posição expressa pelos jornalistas procurados pelo jornal reflete, além do senso de corporativismo, a preocupação com a garantia da liberdade de expressão, tema muito delicado no meio jornalístico. O Código de Ética do Jornalista tratam do tema já no artigo primeiro: “Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação” (FENAJ, 2007). Qualquer ato que se aproxime de censura é condenado. Mas a liberdade de imprensa, como já discutiram diversos autores, não é absoluta. No mesmo código, no inciso VIII do artigo sexto, lê-se que é dever do jornalista “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão” (FENAJ, 2007).

Um fato que não foi muito comentado na época da cobertura foi o de os fotógrafos da Folha que atuaram no plenário do STF também terem tirado fotos dos computadores dos ministros. O fato foi confirmado tanto por jornalistas da Folha, como do Globo. O Jornalista 7 disse lembrar que foi uma decisão da direção do jornal a de não publicar as fotos que a Folha tinha.

A primeira reação eu acredito que tenha sido de alívio ao constatar que a gente tinha aquele material, mas ao mesmo tempo de frustração de ter e não ter publicado. Se foi acertada ou errada a decisão, não houve nenhuma discussão interna sobre isso. A avaliação ficou no âmbito da direção do jornal mesmo, não chegou na ponta pra gente. (JORNALISTA 7, 11 de agosto de 2008).

O Jornalista 7 disse que não sabia que a Folha tinha as fotos e descreveu o que aconteceu no dia em que viu a capa do Globo no dia 23 de agosto de 2007: “Eu vi e falei ‘caramba’ e liguei pro jornal, tava em casa ainda e [disseram] ‘a gente tinha, mas resolveu não dar’. Aí aquela coisa: ‘nossa, mas como?’ Então, assim, eu lembro disso, acho que foi

sentimento de mistura de alívio, por que tinha o material e frustração por não chegar a publicar.” (JORNALISTA 7, 11 DE AGOSTO DE 2008).

Os Jornalistas 6 e 8 afirmaram que a decisão de não publicar foi da chefia, em São Paulo. Segundo o Jornalista 8, “foi feita uma avaliação de que seria uma coisa meio delicada porque poderia resultar em invasão de privacidade, enfim. Teve uma discussão ali que no final acabou avaliando que não ia publicar. Mas foi uma decisão de chefia.” (JORNALISTA 8, 02 de dez. 2008). O Jornalista 6 foi além e disse que a Folha deveria ter publicado as fotos que tinha: “Houve alguma discussão parece com o departamento jurídico. E se tomou uma decisão editorial. Eu até acho, olhando hoje, que talvez a Folha tenha sido cautelosa demais com isso. Mas isso é uma opinião minha.” (Jornalista 6, 10 de Nov. de 2008).

A reportagem de abertura do programa semanal Observatório da Imprensa, que foi ao ar no dia 11 de setembro de 2007, colocava juntas a publicação das fotos dos computadores dos ministros, pelo Globo, e a publicação da conversa. O fato de que a Folha ter, também, as fotos dos computadores, mas não ter publicado, foi tema de crítica da coluna Ombudsman da Folha no dia 28 de agosto de 2007, que classificou a não-publicação de “erro histórico”.

A crítica diária suspeitava de algo que a edição de anteontem evidenciou: a **Folha** tinha, mas não veiculou, parte das informações do diário do Rio. O trecho mais longo do diálogo entre Cármen Lúcia e Lewandowski, opinando sobre o mérito da acusação, saiu com mais frases na **Folha**. E a foto da tela do computador da ministra que ilustrou a transcrição era datada de 22 de agosto, quarta-feira, creditada a Alan Marques, fotógrafo da Folha! Houve conversas, porém, que o jornal sugeriu não ter apurado. Atribuiu-as ao “Globo”. Ao imprimir a correspondência na sexta, a **Folha** demonstrou considerar legítimo o seu conhecimento público. Mas não explicitou que “guardara” o flagrante. Por que esperou um dia? Privados de uma reportagem valiosa, os leitores foram prejudicados. [...] Nas últimas três décadas, os acertos da **Folha** superaram por larga margem os enganos. Que o erro histórico da semana passada seja um tropeço, não uma tendência. (MAGALHÃES, 28 de ago. de 2007, grifos do autor).

Um dos temas presentes nas conversas dos ministros era a suposta troca do voto do ministro Eros Grau por uma indicação para a vaga do ministro aposentado Sepúlveda Pertence. Os dois jornais não apresentaram grande diferença na quantidade de matérias que tratam da suposta troca. O globo tratou o assunto mais detalhadamente, já que possui as imagens das mensagens trocadas entre os ministros Lewandowski e Cármen Lúcia.

Embora o assunto tenha aparecido em quase todos os dias do período de análise, foram poucas e bastante superficiais os motivos que o ministro Eros Grau teria para trocar seu voto

por uma indicação de um determinado ministro para a vaga de Pertence. A explicação mais explícita foi dada pelo O Globo, apenas no dia 26:

A seu favor, Direito conta com um lobby fortíssimo. Trabalham abertamente por sua candidatura o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o colega do Supremo Gilmar Mendes. Recentemente, o grupo recebeu o reforço de Eros Grau, cuja ambição hoje é tornar-se membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Como Direito foi secretário estadual de educação do Rio, com amigos na área cultural, não faltaria oportunidade para retribuir o apoio. (OTÁVIO, 26 de ago. 2007)

Até então, os dois jornais se limitaram a dizer que, nas mensagens fotografadas nos computadores, poderia ser entendida uma possibilidade de troca. A ausência de informações como essa (a motivação que levaria Grau usar o voto como troca) leva à superficialidade do debate que deveria ser promovido pelo jornalismo.

Jürgen Habermas (1984; 1997), apresenta a distinção entre argumentos em que prevalecem validade e facticidade, definidos por ele, respectivamente, como aqueles argumentos que servem de base para a construção de sentido priorizando a busca pelo melhor argumento e posicionamentos que estão sob a influência do poder econômico e político. Neste caso, a simples reprodução da suspeita de que houve troca entre o Judiciário e outro Poder não promove a formação de consenso. A simples repercussão da influência de forças políticas e econômicas na troca de voto por indicação não é suficiente.

O assunto da possível influência dos poderes Executivo e Legislativo no caso foi tema central de uma notícia na Folha no dia 25 de agosto, assinada pelo jornalista Frederico Vasconcelos. O texto explora o histórico de nomeações de integrantes da corte e, em tom de opinião, valia o caso como natural e com precedentes.

Os diálogos captados nos laptops dos ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, expõem duas distorções antigas: a influência do Legislativo e do Executivo nas indicações para a Corte e a existência de grupos de poder no tribunal, o que, aliás, não é exclusivo do STF. [...] Teme-se que a substituição do ministro Sepúlveda Pertence venha a reforçar uma tendência já observada em pesquisas: a desconfiança sobre a capacidade de o STF manter-se equidistante dos interesses em conflito quando o governo é parte envolvida (no caso do mensalão, admite-se que o governo Lula seria atingido indiretamente). (VASCONCELOS, 25 de ago. 2007)

Sobre a influência dos outros poderes no STF no julgamento do “mensalão”, o Jornalista 4 afirmou que a influência existe sempre em qualquer outro julgamento dessa importância e que é praxe os jornais relacionarem o resultado (ou possíveis resultados) com o histórico dos ministros: “embora haja exemplos de ministros que são escolhidos com critérios

técnicos e não políticos, em geral, os critérios políticos dominam. Então se espera que a atuação deles, espera-se a imprensa deva fiscalizar a atuação deles sob o ponto de vista político. Ainda mais num caso desses. (JORNALISTA 4, 11 de Nov. de 2008).

Como resposta aos comentários dos colegas sobre negociações com seu voto, o ministro Eros Grau discursou no plenário do STF no dia 24 de agosto. Tanto o Globo como a Folha deram destaque ao que disse o ministro em matérias. O Globo destacou o “discurso contundente” de Grau e registrou as “palavras ainda mais duras” utilizadas por ele para ressaltar que a independência do judiciário “serve à sociedade, à elite e à própria imprensa”. O ministro disse no discurso que atuaria de forma independente no caso, sem levar em conta expectativas da imprensa:

[...]- Aqui devo cumprir o meu dever, preservando minha independência, expressão de atitude firme e serena em face de influências provenientes do sistema social e do governo. Independência que permite ao juiz tomar não apenas decisões contrárias a interesses do governo, mas também impopulares, que a imprensa e a opinião pública não gostariam que fossem adotadas – afirmou. Para concluir, o ministro fez uso de palavras ainda mais duras para ressaltar que a independência do judiciário serve à sociedade, a elite e à própria imprensa: - A sociedade e mesmo a imprensa não o sabem. Mas o magistrado independente é autêntico defensor de ambos. É mercê da prudência do magistrado independente que não resultam tecidas plenamente, por elas mesmas, as cordas que as enforçarão, as elites e a própria imprensa. (BRÍGIDO; FRANCO, 25 ago. 2007).

A Folha também publicou trechos da fala de Grau, chamando de “manifesto” o discurso do ministro. Segundo o texto, o ministro “ataca a imprensa” e também publica a frase em que o ministro ressalta a importância da independência do judiciário para resguardar interesses da sociedade e da imprensa:

Alvo de diálogos de colegas que sugerem um suposto alinhamento seu a interesses do governo, o ministro do Supremo Eros Grau leu em plenário um manifesto em que ataca a imprensa e diz atuar de forma independente. "A sociedade e mesmo a imprensa não o sabem, mas o magistrado independente é autêntico defensor de ambos." [...]A suspeita levantada é que Eros Grau comporia grupo de ministros favorável à indicação, por Lula, de um determinado ministro do STJ. Eros Grau, indicado por Lula, disse que a imprensa "inúmeras vezes" infla "arroubos emocionais da sociedade" e criticou tribunais erguidos a partir da "premissa de que todos são culpados até prova em contrário". (PLANALTO SEGURA, 25 de ago. 2007).

No último trecho da matéria, a Folha publica as declarações de Grau sobre a constante atitude da imprensa de dramatizar os fatos (“arroubos emocionais”) e sobre o pré-julgamento

dos réus feito pela mídia (“todos são culpados até a prova em contrário”). Esses trechos da notícia publicada pela Folha dão indícios de que o fato de o ministro Eros Grau ter sido indicado pelo presidente Lula serve como justificativa da crítica que ele faz à imprensa, uma vez que o presidente Lula já apareceu repetidamente fazendo críticas à atuação de jornalistas usando o mesmo tom.

Ao se defender, o Ministro Eros Grau destacou dois pontos importantes na crítica que se faz aos veículos que cobrem o judiciário: o exagero no tratamento dos casos e o pré-julgamento dos réus. Esses dois aspectos, quando tratados por estudiosos do assunto (MACCALOZ, MORETZSOHN, SANTOS e SODRÉ), são atribuídos à ânsia da mídia pela informação diária e à vantagem que os veículos têm de serem os responsáveis pela mediação entre instituição e o público.

Mesmo depois da defesa do ministro Grau e com a confirmação da indicação de Carlos Alberto Menezes Direito para a vaga de Sepúlveda Pertence, a Folha publicou, em 27 de agosto, texto em que define como um verdadeiro “lobby” o apoio de políticos e ministros do STF à indicação de Carlos Alberto Direito à Corte.

Fazem lobby por Direito o ministro da Defesa, Nelson Jobim, três integrantes do STF (Gilmar Mendes, Eros Grau e Cezar Peluso) e a Igreja Católica. Segundo a Folha apurou, é mais provável que Lula e Direito se reúnam amanhã. [...] Sua indicação ficou ameaçada após o jornal "O Globo" revelar troca de mensagens entre dois ministros do Supremo ao longo da decisão sobre a denúncia do mensalão, levantando a hipótese de manobra política para escolha do ocupante da vaga de Sepúlveda Pertence. Na quarta, Cármen Lúcia e Lewandowski escreveram e-mails em que faziam alusão a suposta troca de favores: Grau votaria contra denúncia do mensalão para que Direito fosse nomeado. Grau negou e disse atuar de forma independente.” (ALENCAR, 27 de ago. 2007)

Na mesma notícia há a afirmação de que Eros Grau estaria votando sob pressão: “Fazem lobby por Direito o ministro da Defesa, Nelson Jobim, três integrantes do STF (Gilmar Mendes, Eros Grau e Cezar Peluso)”; e a negação do ministro: “Grau negou e disse atuar de forma independente”. O que prevalece, então? Toma-se a palavra do ministro como sendo a verdade (o que não aconteceu nesse texto), ou continua-se a alimentar a suspeita de que houve realmente uma troca de favores?

No dia 27 de agosto, O Globo publica uma matéria que faz uma espécie de mapeamento da composição do tribunal, dividindo os magistrados em três grupos: formalistas, conteudistas e independentes. O jornal aproveitou o episódio da troca de mensagens para publicar esse texto, assinado por Jailton de Carvalho. As três categorias

surgiram depois de uma apuração com advogados: “Segundo advogados ouvidos pelo GLOBO, é possível apontar três grupos distintos na mais alta Corte do país: os formalistas, considerados mais conservadores; os que se apegam aos conteúdos dos temas que votam, tidos como mais liberais; e os independentes, sem vínculos com os colegas.” (CARVALHO, 26 de agosto de 2007).

Do grupo dos formalistas fariam parte os ministros Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Cezar Peluso e Eros Grau. Já o grupo dos “conteudistas” seria formado pelos ministros Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Joaquim Barbosa. O terceiro grupo, dos independentes, seria formado pelos ministros Marco Aurélio, Celso de Mello e Carlos Ayres Britto. Misturando fontes anônimas e identificadas, o texto também trata da possível relação entre as afinidades políticas dos ministros com os resultados dos julgamentos. Uma das fontes identificadas entrevistadas pelo jornalista foi o advogado Sigmaringa Seixas, que defende a independência dos magistrados nos julgamentos.

-Em qualquer colegiado, as pessoas se identificam por afinidades ideológicas, filosóficas e pessoais. No Supremo também. Agora, achar que isso define voto é bobagem – diz o advogado Sigmaringa Seixas, ex-deputado pelo PT (DF). Como exemplo de que ideologia não revela voto, Sigmaringa cita a votação sobre o indiciamento do ex-ministro Luiz Gushiken por peculato, um dos crimes mais graves apurados no inquérito. A denúncia foi acolhida por seis a quatro. (CAARVALHO, 26 ago. 2007).

O advogado completou dizendo que o voto da ministra Cármen Lúcia, que seria simpática ao PT, foi decisivo contra Gushiken. E o ministro Gilmar Mendes, que seria o líder do grupo conservador, votou pela rejeição da denúncia de peculato.

Apesar de termos definido que não os editoriais publicados sobre o tema não seriam objeto de análise, julgamos importante registrar que durante esse momento da cobertura, O Globo publica editorial, no dia 24 de agosto, com o título “Valores da Justiça”. O texto destaca as fotos dos computadores dos ministros publicadas no dia anterior e a importância do julgamento. A troca de mensagens é tratada como sendo natural, apesar do grande destaque dado no dia anterior ao fato: “Admita-se que era uma sessão enfadonha. [...] É natural que ministros usem o computador para trocar idéias. Não deve também surpreender que haja troca de pontos de vista técnicos entre magistrados e assessores.” (VALORES, 24 de ago. 2007)

O texto também destaca a importância de evitar o prejulgamento: “O prejulgamento não pode ter trânsito no Poder Judiciário, especialmente no Supremo Tribunal Federal, e

tampouco em função de preferências políticas e pessoais. A isenção é o principal suporte da independência dos tribunais.” (VALORES, 24 de ago. 2007)

Apesar de não ser este o principal foco do nosso trabalho, neste ponto da análise do julgamento da denúncia do “mensalão” sentimos a necessidade de fazermos uma breve reflexão sobre os limites entre a liberdade de imprensa e a proteção da privacidade. Consideramos importante, dentro do contexto da pesquisa, pensar brevemente, no tópico seguinte, sobre as origens desse impasse que ocupou tantas páginas na cobertura dos dois jornais.

### **3.3 Liberdade e privacidade em debate**

Desde o princípio do pensamento filosófico da humanidade os temas liberdade e privacidade estiveram presentes. Naturalmente, o contexto e as características passaram por transformações ao longo do tempo. Atualmente, o conceito de liberdade de imprensa ou de expressão<sup>25</sup> pode ser usado em diferentes contextos, podendo ir desde a garantia de proteção para os jornalistas que trabalham em situação de guerra até a garantia de publicação de fatos devidamente comprovados por um jornal.

Os conteúdos das mensagens e do telefonema causaram polêmica por colocarem em dúvida a independência do Judiciário e a independência dos ministros na hora de decidir. Mas a divulgação em si desses dois fatos causou controvérsia, tanto no meio jurídico como entre jornalistas. Os argumentos giraram em torno da defesa da liberdade de imprensa e do dever de informar ou da invasão da privacidade dos ministros em nome do interesse público.

Advogados, juristas, jornalistas e as respectivas entidades representativas dessas classes se pronunciaram abertamente e, muitas vezes, com fervor, sobre a delicada linha que separa a liberdade de expressão e a proteção da privacidade. Apesar disso, as discussões levantadas demonstraram que, por mais sedimentados que tais conceitos estejam na sociedade ocidental contemporânea, seus usos e acepções não são completamente esgotados ou definidos, nem mesmo nos preceitos legais.

Os dois conceitos estudados aqui são amplamente discutidos nas sociedades ocidentais, mas na maioria das vezes a discussão é permeada por contradições e pontos de conflito. Quando a imprensa noticia algo que demanda a discussão da liberdade de imprensa e da proteção da privacidade sempre há quem defenda a discussão desses conceitos aplicados a casos concretos.

---

<sup>25</sup> Neste trabalho, os dois termos serão utilizados como sinônimos.

Como afirmam Deleuze e Guattari (1992), todo conceito remete a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida da sua solução.

O conceito é, portanto, ao mesmo tempo absoluto e relativo: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. É absoluto como todo, mas relativo enquanto fragmentário (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 27-34).

Poder escolher que caminhos seguir e que decisões tomar ao longo da vida é uma das várias possibilidades de exercício da liberdade individual. Mas em muitas sociedades as liberdades, por mais essenciais que sejam, são reguladas pela lei. O objetivo das limitações legais é garantir que os direitos individuais não inviabilizem direitos coletivos.

“Dentro desses limites, o Direito aparece ao indivíduo, reduzindo-lhe sutilmente o direito de escolha e conciliando-o com interesses de terceiros e do próprio Estado” (DOTTI, 1980, p. 3). A dignidade da pessoa humana, princípio que serve de base para as garantias individuais, está presente na Constituição brasileira no inciso III do artigo 1º, como sendo um fundamento do Estado Democrático de Direito.

Esse princípio cumpre dupla função: por um lado, serve como elemento de proteção aos direitos fundamentais contra eventuais medidas de restrição; e, por outro, justifica a imposição de restrições aos próprios direitos fundamentais (ANDRADE, 2007, p. 224). Em uma figura, Andrade esquematiza a relação do princípio da dignidade da pessoa humana com o direito ao respeito à vida privada:



FIG 4 – Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Fonte: ANDRADE, 2007, p. 234.



Assim, o Direito à personalidade é uma das vertentes do princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Já o Direito ao respeito à vida privada é uma espécie que pertence ao gênero Direito à personalidade.

Da Revolução Francesa, que representa um marco na garantia dos direitos individuais, saiu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Mas muito antes já existiam discussões sobre os direitos humanos, com liberdade regulamentada, na Antiguidade Clássica. Na cidade grega de Esparta, por exemplo, “as regras, desde que elaboradas democraticamente pela assembléia do povo, podiam penetrar nas mais íntimas particularidades da existência quotidiana ao ponto de privar o cidadão de toda a autonomia, sem que este deixasse de se considerar Homem livre” (DOTTI, 1980, p. 7).

O autor traça uma evolução dos marcos legais no mundo todo no que se refere à proteção do indivíduo. Na Inglaterra, desde 1215, a Magna Carta previa que o Rei respeitasse um “minimum de liberdades”. Já no século XX, no período entre as duas guerras mundiais, desenvolvem-se outras perspectivas de mundo, com um Estado intervencionista e regulador, que aparece, como exemplifica Dotti, nas constituições da Iugoslávia e de Weimar.

Assim se desenha uma nova visão do Estado, não já no terreno de disputa entre as liberdades individuais, mas fortemente intervencionista e regulada, arrogando-se ao ‘direito de intervir nas relações econômicas entre os cidadãos’ (Constituição Iugoslava de 1921) e, num limite extremo, a ‘socializar e organizar a economia de acordo com os princípios coletivistas’ (Constituição de Weimar, 1919) (DOTTI, 1980, p. 15).

Em âmbito mundial, a criação da Organização das Nações Unidas e a assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, representam um marco. Mas, segundo Dotti (1980), o reconhecimento formal ao direito à vida privada é recente, posto que “a sua elaboração inicia em fins do século XIX e se torna preocupação internacional após a revolução tecnológica do ocidente, especialmente sob as influências da 2ª Guerra Mundial” (DOTTI, 1980, p. 27).

O progresso técnico suscitou debates sobre a proteção da intimidade, a exemplo da reunião, em 1968, da Assembléia Geral das Nações Unidas, que adotou uma resolução que previa, entre outras determinações, o respeito à vida privada dos indivíduos e à integridade e soberania das nações diante do progresso das técnicas de gravação e outras; as utilizações da eletrônica que podem afetar os direitos da pessoa, e os limites que tais práticas deveriam ter uma sociedade democrática (DOTTI, 1980, p. 38).

A facilidade de acesso a aparelhos avançados de comunicação difundiu práticas de obtenção de informação que são muitas vezes contestadas nos meios jurídicos e na própria imprensa. No caso das fotografias das telas dos computadores dos ministros, a então presidente do STF, ministra Ellen Gracie, chegou a divulgar no site do tribunal uma nota à imprensa ameaçando proibir a entrada de fotógrafos no plenário. Entretanto, horas depois, a informação foi retirada do site e a informação desmentida pela presidência.

Mas o conceito da proteção da vida privada não é e nem tampouco pode ser considerado isoladamente. As regras que protegem esse princípio humano, contidas nas constituições e tratados pelo mundo, não são absolutas, uma vez que as garantias individuais vêm sempre acompanhadas dos direitos da coletividade. Não se pode tratar o direito ao sigilo bancário, por exemplo, de forma tão absoluta como a proibição de dirigir alcoolizado. Por isso, outro conceito tão importante e essencial como o da proteção da privacidade é a Liberdade de Informação.

A Liberdade de Informação “compreende tanto o direito de informar, que se confunde com a liberdade de manifestação do pensamento, como o de ser informado, que corresponde ao direito coletivo de receber a informação para que o receptor melhor edifique o seu pensamento.” (CALDAS, 1997, p. 59). Este conceito também compreende “a palavra falada, a da imprensa e a da reunião pacífica” (CAPALDI, 1974, p. IX). Em suma, usando o termo do filósofo inglês do século XIX John Stuart Mill, a “liberdade de pensamento e discussão”. Segundo o pensamento do filósofo, quando falamos de liberdade de expressão significa falar do exercício da liberdade de explorar, descobrir, coordenar e divulgar aquilo que conhecemos, pensamos ou sentimos.

Importância da defesa da Liberdade de Expressão, segundo Mill, vem da defesa mais ampla da possibilidade de discussão e de exposição de idéias<sup>26</sup>.

Se uma opinião fosse apenas uma posse pessoal, de valor só para o proprietário; se vedar o seu gozo constituísse apenas um prejuízo particular, pouca diferença haveria em infligir o prejuízo só a algumas pessoas ou a muitas. Mas o mal peculiar de silenciar a expressão de uma opinião é o de espoliar a raça humana, tanto na posteridade quanto na geração presente; mais aos que discordam da opinião do que aos que a sustentam. Se a opinião é correta, acham-se privados da oportunidade de trocar o erro pela verdade; se errônea, perdem – o que é benefício quase do mesmo valor – a

---

<sup>26</sup> O artigo de autoria de Stuart Mill reproduzido na compilação de Capaldi corresponde ao capítulo 2 do ensaio “Da Liberdade”, de 1859.

percepção mais nítida e a impressão mais vigorosa da verdade, produzida por sua colisão com o erro (CAPALDI, 1980, p. 4).

A partir dessa situação exposta por Mill, é possível compreender os motivos que levam alguns veículos de comunicação a defenderem a divulgação de informações que julgam relevantes para que o público forme sua opinião. O embate, entretanto, se situa geralmente na maneira como essas informações foram obtidas e a que custo para a proteção da privacidade alheia.

Para alguns autores, um dos principais acontecimentos para a origem do direito à intimidade em oposição à liberdade de expressão é um artigo publicado pelos norte-americanos Samuel Warren e Louis Brandeis, na *Harvard Law Review* em 1890.

O senador Samuel Warren teria considerado que a imprensa da cidade de Boston havia divulgado informações pessoais sobre certos momentos do casamento de sua filha. O pai, então, decidiu pedir conselhos ao jurista Louis Brandeis para que afirmasse se o *Common Law* oferecia norma que protegesse a intimidade dos cidadãos. A análise dos revelou que a norma norte-americana reconhecia um direito genérico à privacidade, o que se deduzia dos casos de violação à propriedade, violações de confiança, violação de direito e de difamação (RODRÍGUEZ, 2006).

No texto original do senador e do jurista norte-americanos, já se pode notar a preocupação com os avanços tecnológicos e as possíveis conseqüências que ela poderia trazer para a intimidade dos cidadãos.

Fotografias instantâneas e a atividade jornalística invadiram os recintos sagrados da vida privada e doméstica; e numerosos aparelhos mecânicos ameaçam fazer valer a ditado que diz “o que é sussurrado no armário deve ser proclamado aos quatro ventos”. Há anos já existe o sentimento que a lei deve colocar à disposição algum remédio para a circulação não autorizada de retratos de pessoas privadas” (BRANDEIS; WARREN, 1890, tradução nossa).

O princípio da liberdade de expressão está consagrado em diversos lugares do mundo, alcançando seu maior relevo nos artigos 11 e 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. Antes, a Resolução número 59, de 14 de dezembro de 1946, da ONU, já dizia que “a liberdade de informação era um direito fundamental do homem e a pedra de toque de todas as liberdades” (CALDAS, 1997, p. 62).

A defesa da liberdade de imprensa alcançou vários níveis, indo desde a possibilidade de escrever livremente sobre qualquer assunto até a proteção da vida de jornalistas, inúmeras

vezes ameaçados em situações de guerra e repressão. Em 2007, cerca de 200 profissionais de mídia do mundo todo adotaram a declaração que determina inúmeras medidas para melhorar a segurança dos jornalistas e punir crimes contra eles, durante a décima celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (UNESCO, 2007).

Mas o que nos inquieta nesta breve reflexão é a defesa de uma liberdade muito mais sutil e de difícil definição. Esse direito de informar, embora de grande dimensão e vital para a própria evolução das sociedades, não é absoluto. Como afirma Daniel Cornu (1994), existem três premissas básicas para o exercício da atividade jornalística: a liberdade de informação como condição, a verdade como dever fundamental e o respeito da pessoa humana como limite (CORNU, 1994).

Apesar de estarem baseados principalmente no senso comum, os manuais de redação representam o guia mais acessível ao jornalista em um momento de dúvida. Mas além da conduta pessoal, os manuais refletem algumas prioridades das empresas jornalísticas na busca pela informação:

Os conglomerados da mídia que atuam em diferentes ramos da economia colocam em jogo bilhões de dólares. Por isso, dentro de sua lógica particular, torna-se muito difícil atender ao interesse público se este lhe causar problemas financeiros ou ideológicos que comprometam seu futuro. De qualquer forma, os princípios morais profissionais continuam povoando as páginas dos manuais e dos códigos, recheando discursos em solenidades e congressos e fazendo parte de acordos (KARAM, p. 231, 2004).

O argumento de Karam pode, também, ser estendido ao inverso da ação, no caso, à ânsia pela divulgação de certas informações se isso for render à empresa jornalística alguns dividendos em forma de vendas de exemplares ou audiência.

Os manuais de redação dos dois jornais estudados trazem, além de normas de padronização, preceitos éticos e condutas a serem seguidos pelos profissionais que lá trabalham. O capítulo do manual do jornal O Globo dedicado a questões éticas traz, logo no primeiro parágrafo, a defesa das “exigências éticas”. Se a decisão de “publicar isto ou aquilo for determinada por genuína preocupação ética, não existe prejuízo real: o que se está desprezando é informação ilegítima marcada por sensacionalismo, irresponsabilidade ou manipulação dos fatos” (GARCIA, 1995, p.111).

O manual do Globo rejeita a idéia de que seria possível compilar em um manual as respostas para todos os possíveis dilemas éticos da prática diária da profissão, mas enumera alguns itens que podem servir de guia. O primeiro é “Interesse público”, que pode se chocar com o dever de informar. As diretrizes versam, entre outros pontos, sobre o cuidado em não

confundir o interesse do governante com o interesse público; pedidos de autoridades; e o respeito ao sigilo de documentos secretos. (GARCIA, 2005, p. 113-114)

O tópico seguinte trata do “Respeito à pessoa”. O manual é claro: “Cidadãos que têm a vida pública perdem, por isso, pelo menos parte do direito à privacidade” (GARCIA, 2005, p. 114). Mas adverte: “Não há critérios gerais”. Mais uma vez, a análise deve ser feita caso a caso.

O manual da Folha de S. Paulo apresenta, na seção dedicada ao Projeto Editorial do jornal, discussões acerca da função e dos desafios enfrentados pelo jornalismo atualmente. Segundo o manual, a imprensa está cercada por um mal-estar, traduzido em três acusações predominantes: superficialidade, invasão e pessimismo (MANUAL, 2004, p. 13). O segundo tipo de acusação é o que mais nos interessa. De acordo com o manual, no afã de obter revelações chocantes, “a imprensa atropela quaisquer limites, sobrepondo um suposto interesse público, cuja extensão ela mesma estabelece, aos direitos individuais de privacidade e reputação” (MANUAL, 2004, p. 14). O pessimismo é revelado pela adoção de uma “linha destrutiva”, reflexo da busca do “furo pelo furo” e da atmosfera de descrença reinante nas redações.

No capítulo dedicado aos procedimentos a serem adotados pelos jornalistas está o “furo ou informação exclusiva” (MANUAL, 2004, p. 26), que, segundo o manual, é o objetivo da reportagem em geral, e ganha “especial importância nas condições contemporâneas de reprodução de notícias por afirmar, ao leitor, a prevalência do jornal que ele lê sobre os demais jornais e meios de comunicação” (p. 26). Ou seja, o furo é o diferencial na competição entre os veículos. Sobre “Vida privada e cuidados éticos” (p. 27), a Folha defende que “a vida privada só tem relevância jornalística se estiver crucialmente ligada a fato de interesse ou legítima curiosidade públicos”.

## Capítulo 4: A aceitação da denúncia

### 4.1 STF transforma 40 em réus: decisão “histórica”

Para compor este terceiro momento da cobertura, em que aparece o maior número de notícias, selecionamos as matérias que tinham como foco as decisões do Tribunal sobre o caso. Os resultados, de acatar ou rejeitar partes da denúncia, foram surgindo aos poucos, a cada dia de julgamento. As notícias dessa etapa são significativas para a pesquisa por trazerem informações mais concretas sobre o julgamento, diferentemente dos textos que tratavam das expectativas para o julgamento.

Nesta parte da análise, optamos por adotar a ordem cronológica, para facilitar o acompanhamento dos julgamentos. O primeiro dia de sessão no Supremo Tribunal Federal foi 22 de agosto, com a sustentação oral do procurador-geral da República. Nesta mesma sessão, foram tiradas as fotografias dos computadores dos ministros que o Globo publicou no dia seguinte.

Na edição do dia 23 de agosto, a Folha publica a matéria “Mensalão envolveu governo e verba pública, diz procurador” (DE FREITAS, BRAGON, 23 de ago. 2007), em que o foco é a sustentação oral do procurador, evento considerado o mais importante do primeiro dia:

Dois anos, dois meses e 17 dias após o surgimento do maior escândalo político do governo Lula, no qual foi denunciada uma rede de compra de apoio congressual ao Planalto, Antonio Fernando criticou a "promiscuidade com o poder" ao citar que o mensalão era abastecido por recursos públicos e privados e afirmou que "não é possível imaginar que esquema de tamanho porte [...] tenha existido sem o envolvimento de algum membro do governo federal e de integrantes do partido governo." (DE FREITAS, BRAGON, 23 de ago. 2007)

No mesmo dia, jornal O Globo 23 de agosto publica notícia de conteúdo semelhante “Procurador: eles agiam no ‘submundo do crime’” (FRANCO, BRÍGIDO, 23 de ago. 2007). No final da matéria, há destaque para o fato de nenhum dos acusados ter comparecido à sessão. Há, também, outras explicações sobre como o julgamento será conduzido no STF:

O julgamento da denúncia proposta pela Procuradoria Geral da República continuará pelo menos até sexta-feira, e pode ser estendido numa sessão extraordinária já reservada na próxima segunda. Se a acusação for aceita, o inquérito será transformado em ação penal e os 40 investigados passarão à condição de réus. A expectativa é de que a decisão seja tomada apenas na semana que vem, já que todos os acusados têm direito a 15 minutos de defesa em plenário. (FRANCO, BRÍGIDO, 23 de ago. 2007)

Essas duas notícias servem de exemplo para reforçar alguns indícios de duas características presentes nas matérias correspondentes a essa fase da cobertura: a objetivação do “mensalão” e a explicação, em termos relativamente simples, dos detalhes do processo e da evolução do julgamento.

Identificamos a objetivação do “mensalão” como o processo definido dentro da Teoria das Representações Sociais de descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou de um ser impreciso, reproduzindo um conceito em imagem. (OLIVEIRA, WERBA, 2002, p. 109). A constante repetição do número de envolvidos, o tempo que se passou entre o início das investigações até o julgamento no STF e a contagem das horas dedicadas ao caso poder ser considerados com exemplos dessa objetivação. Essas repetições ajudam a criar uma imagem concreta do caso, que é definido como grande não só nos números, mas também na importância.

Também no dia 23 de agosto, O Globo publica um perfil do ministro Joaquim Barbosa, relator do processo: “Ministro de pavio curto” (FRANCO, 23 de ago. 2007). No título, há o destaque para uma característica que, segundo o jornalista, é marcante. Para objetivar a idéia de que o ministro Joaquim Barbosa teve um passado diferente da maioria dos juristas brasileiros, o texto apresenta vários exemplos de seu passado humilde. “Filho de um pedreiro que ascendeu a dono de olaria” remete às origens simples. O fato de ser o “primeiro negro a ocupar uma cadeira no plenário do Supremo” demonstra uma ancoragem<sup>27</sup> em uma idéia pré-estabelecida na cultura brasileira de que os negros tendem a ter dificuldade de acesso às esferas mais altas da sociedade.

Outro exemplo trazido pelo texto que representa uma representação do ministro como uma pessoa diferente das demais é o de que “seu primeiro contato com a Justiça aconteceu através de um emprego de faxineiro no Tribunal Regional Eleitoral de Brasília” (FRANCO, 23 de ago. 2007). O ministro, entretanto, considerando sua formação intelectual, está longe de ser uma pessoa que só chegou a ser ministro do Supremo Tribunal Federal por acaso. Ele é mestre e doutor pela Universidade de Paris.

Outra matéria publicada pelo jornal O Globo no dia 23 de agosto foi “Advogado de Dirceu: crimes são inexistentes” (FRANCO, BRÍGIDO, 23 de ago. 2007). No primeiro dia de julgamento, advogados de defesa também fizeram sustentação oral. O primeiro deles foi o advogado de José Dirceu, José Luís Lima. Segundo a reportagem do Globo, ele fez críticas

---

<sup>27</sup> Cf. pg 29: Ancorar é dar nome e classificar algo, é dar um contexto inteligível a um objeto.

mais contundentes à denúncia contra os 40 acusados de operar o esquema. Ele também “insinuou que o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, teria cedido à pressão da opinião pública para atribuir crimes inexistentes aos indiciados” (FRANCO, BRÍGIDO, 23 de ago. 2007). A influência da opinião pública no julgamento, tanto a favor da acusação, quanto da defesa, foi um argumento muito utilizado durante toda a cobertura. O globo publica, junto a essa notícia, outro texto que destaca a emoção, presente em outros discursos de defesa.

No dia 24 de agosto, a Folha de São Paulo publica capa com os primeiros réus. Já O Globo prefere uma manchete menos direta:



FIG 5 – Capa Folha de São Paulo de 24 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online.



FIG 6 – Capa O Globo de 24 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal.

Mas o texto do Globo, no caderno país, traz título mais direto que o da Folha: “Banco Rural no banco dos réus” (BRÍGIDO, FRANCO, GRIPP, 24 de ago. 2007). O título tende a induzir o leitor a tomar como certa a aceitação da denúncia contra o Banco Rural, mesmo sem os votos dos outros ministros. O texto traz as declarações da procuradoria e da defesa dos dirigentes do Banco. Além disso, dá destaque à alegação da defesa de José Dirceu de que ele estaria sendo “alvo de julgamento político, que caberia aos eleitores e não aos ministros da Corte” (BRÍGIDO; FRANCO; GRIPP, 24 de ago. 2007).

Na edição do dia 24 de agosto, a Folha publica texto sobre a aceitação parcial da denúncia contra os dirigentes do Banco Rural: “Relator do mensalão aceita processar



dirigentes de banco” (BRAGON, DE FREITAS, 24 de ago. 2007). A notícia apresenta o voto do relator e de mais dois ministros:

A sessão ontem foi encerrada com dois votos favoráveis ao entendimento de Barbosa, de Cezar Peluso e Marco Aurélio Mello. Caso o voto de Barbosa seja seguido pela maioria dos outros nove ministros, será aberto com isso o primeiro processo criminal do caso mensalão, mais de dois anos e dois meses depois da eclosão do escândalo. (BRAGON, DE FREITAS, 24 de ago. 2007)

No caso da Folha, há a preocupação em deixar claro, já no título, que a aceitação da denúncia pelo relator não necessariamente significa que os outros ministros terão o mesmo entendimento.

No dia 25 de agosto de 2007, um sábado, são publicadas as notícias dos resultados do segundo dia de julgamento. Neste dia, os dois jornais dão destaque, na capa, ao mesmo assunto. A Folha, entretanto, dá, também, destaque a José Dirceu:



FIG 7 – Capa O Globo 25 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal.



FIG 8 – Capa Folha de S. Paulo de 25 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online.

Na matéria da Folha “João Paulo, Valério e mais 17 serão processados pelo STF” (BRAGON, SALOMON, DE FREITAS, 25 de ago. 2007), há referência à predominância de petistas entre os primeiros acusados e, também, à antiga ligação que um dos ministros, Carlos Ayres Britto, tinha com o partido:

A predominância de petistas entre os denunciados até agora -são ao menos 5 entre os 19- levou o ministro Carlos Ayres Britto, que já foi filiado ao PT, a fazer um desabafo no plenário: 'Causa estranheza que um partido que tem trabalhadores até no nome se disponha a financiar candidaturas não apenas deles mas de outros partidos'. (BRAGON, SALOMON, DE FREITAS, 25 de ago. 2007)

Essa referência à possível posição ideológica dos ministros parece constantemente nas matérias. Entretanto, as opiniões que defendem a independência dos juízes também são comuns. Ao final do julgamento, a ministra Ellen Gracie fez um pequeno discurso em que defendia a imparcialidade do Tribunal, como destacaremos no item 3 deste capítulo.

Esse argumento de que a indicação ou afinidades políticas dos ministros influenciam nos seus julgamentos é forte e ganhou voz ao longo de toda a cobertura. Esse argumento é um exemplo das tipificações, descritas por Correia (2005). Segundo ele, as tipificações são a forma que a atitude natural do mundo da vida tem de lidar com a aparição do novo (CORREIA, 2005, p. 131-135). Aqui a atitude natural aparece na tentativa de prever uma absolvição de políticos ligados ao PT já que muitos ministros do STF foram indicados pelo Presidente Lula. Mas essa ligação não é facilmente identificada e há muitos especialistas (além dos próprios ministros) que não concordam com esse determinismo, como veremos ao longo deste capítulo.

A matéria do Globo intitulada "Surgem os primeiros réus" (FRANCO, BRÍGIDO, WEBER, 25 de ago. 2007) traz, de maneira geral, as mesmas informações do texto correspondente publicado na Folha. Há a explicação de quem são os primeiros réus e quais partes da denúncia foram aceitas.

Os dois jornais, entretanto, apresentaram a não aceitação de parte das denúncias contra José Dirceu de formas diferentes. Enquanto o Globo tratou do assunto dentro do texto da matéria, a Folha apresentou o fato em uma matéria separada. No texto "STF não aceita 1ª denúncia contra Dirceu" (FOLHA, 25 de ago. de 2007), a rejeição do primeiro dos três crimes de que Dirceu foi acusado é apresentada em detalhes. A atenção dada especialmente a José Dirceu justifica-se, como já comentamos anteriormente, pela importância dele no Partido dos trabalhadores e a ligação direta com o presidente da República.

Uma característica marcante desta fase da cobertura é a explicação, em termos mais comuns, dos crimes que fazem parte da denúncia. Isso remete ao que Rodrigues (2002) descreveu como a transformação, por parte da mídia, do discurso esotérico das instituições em

discurso exotérico para o público. A importância da “tradução” do conteúdo especializado em palavras mais simples, “didaticamente”, foi lembrada por todos os jornalistas entrevistados.

Na mesma matéria da Folha que fala da aceitação de denúncias contra as primeiras 19 pessoas, há exemplos disso no caso de lavagem de dinheiro (“tentar ocultar a origem criminosa de dinheiro ou bens”), peculato (“receber vantagem indevida em função do cargo público”) e corrupção passiva (“solicitar ou receber vantagem indevida em decorrência do cargo público”). No Globo, aos crimes também foram explicados de forma clara, incluindo a pena estabelecida para cada uma das infrações.

Tendo em vista a complexidade do caso, de acordo com o relato dos jornalistas entrevistados, os dois jornais redobram os cuidados na hora de passar para os leitores os detalhes técnicos daquele caso. Segundo o Jornalista 4, a preocupação com a linguagem clara deve ser uma constante, mas deve ser redobrada em casos como o foi julgamento do “mensalão”: “Você tem mais espaço, você tem arte, você pode escrever textos de apoio que expliquem pro leitor. Numa cobertura dessa, essas preocupações elas têm que se redobrar.” (JORNALISTA 4, 11 de Nov. 2008).

Essa é, também, a posição do Jornalista 3, que destacou o papel dos infográficos para organizar a informação, já que a denúncia era muito extensa.

era preciso individualizar as denúncias que pesavam contra cada um deles. Inclusive pela própria dinâmica do julgamento, em alguns dias, no segundo dia a gente tinha que fazer referência ao que tinha acontecido no primeiro. Como o texto às vezes não dá conta de toda essa explicação, eu acho que o infográfico era mais do que necessário nesse caso. [...] Se você for botar isso [informações sobre os personagens menos conhecidos do grande público] no texto da matéria, você dá menos atenção a um caso mais importante, como o do José Dirceu, como o do Genoíno. (JORNALISTA 3, 07 de Nov. de 2008)

Mas o Jornalista 5 ressalta que o repórter, em geral, tem a tendência de achar que já que ele, jornalista, trata daqueles assuntos e explica os termos todos os dias em textos, o leitor terá o mesmo nível de conhecimento que ele.

toda vez que tem um assunto que começa a ficar muito recorrente, a gente começa a fazer muita matéria, chegam certo ponto que a gente escreve achando que todo mundo sabe. Mas a pessoa não lê jornal todo dia. E as pessoas também não acompanham o julgamento do Supremo todo dia. Então quando tem uma coisa muito especial assim, todo jornal faz isso. (JORNALISTA 5, 11 de Nov. 2008).

Por isso a aparente repetição não é, na verdade, uma garantia para os leitores eventuais do jornal. O papel do jornalista seria sempre escrever de uma maneira que o leitor que está

entrando em contato com aquele assunto pela primeira vez tenha o maior grau de contextualização possível.

No dia 26 de agosto de 2007, um domingo, não houve fatos novos a serem publicados a respeito da aceitação ou rejeição das denúncias. Mas os dois jornais publicam textos sobre os resultados. Na matéria “Para o relator, sessão de amanhã será a mais difícil” (MICHAEL, 26 de ago. 2007), a Folha entrevista o relator do caso sobre as expectativas para os últimos dias de julgamento. Joaquim Barbosa fala da complexidade do julgamento e, também, sobre possíveis influências externas.

Questionado sobre a força da pressão política sobre o voto dos ministros do STF, respondeu: "Não me interessa". Em seguida, relatou o que chamou de "aspecto inusitado" que notou sobre o julgamento. "Normalmente os julgamentos do Supremo, em questões, assim, momentosas, fazem com que o plenário fique lotado. O contraste que estou sentindo neste julgamento é que o plenário não está lotado, mas a sociedade está com as vistas voltadas para o julgamento." E completou: "É um grande momento cívico, de cidadania, uma espécie de sinergia entre a Corte, o Poder Judiciário, e a sociedade". (MICHAEL, 26 de agosto de 2007).

Este trecho é um exemplo dos sentimentos de responsabilidade e de missão a cumprir que cercavam o julgamento. Mesmo antes do resultado final, que só sairia em alguns dias, o relator já sentia peso da decisão da Corte e das “vistas da população” que estavam voltadas para os ministros.

No dia 27 de agosto, os dois jornais publicaram textos sobre o que se esperava daquela segunda-feira de julgamento. No Globo, o julgamento do chamado “núcleo político do mensalão” foi manchete:



FIG 9 – Capa O Globo de 27 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal.

No texto “Chega a vez do núcleo político” (FRANCO; BRÍGIDO, 27 de ago. 2007), publicado pelo Globo no caderno O País, os jornalistas fazem uma explicação do que deverá ser julgado naquela segunda-feira, com detalhes das acusações e dos denunciados. A preocupação com a complexidade do julgamento está presente mais uma vez, agora com uma declaração do ministro Marco Aurélio de Mello:

De acordo com o relator, o julgamento pode se estender até a quarta-feira. Ontem, o ministro Marco Aurélio de Mello admitiu, por telefone, estar entediado com a demora das discussões. – As sessões estão muito cansativas. Ouvir todos aqueles advogados, para quem está acostumado com uma vida mais dinâmica chega a ser tedioso – disse. (FRANCO; BRÍGIDO, 27 de ago. 2007).

A complexidade dos trâmites judiciais e a natureza do caso (que envolve muitas pessoas e muitas denúncias) fizeram com que até os ministros do STF demonstrassem exaustão e tédio.

Além da notícia com as expectativas para aquele dia de julgamento, O Globo publicou, no dia 27 de agosto, uma matéria que já antecipa as preocupações em torno do julgamento que apareceriam ao final, com a aceitação da denúncia. A matéria “Ex-procurador sugere força-tarefa para acelerar processo do mensalão” (BRÍGIDO; FRANCO, 27 de ago. 2007), fala do risco que existe de o caso “termine em pizza”, expressão que é associada ao esquecimento dos problemas e a comemorações, neste caso, regadas a pizza.

O texto traz declarações de advogados, entre eles o ex-procurador Claudio Fonteles, que sugere a criação de uma força-tarefa:

O mecanismo foi utilizado, com sucesso, na fase do inquérito no Supremo. Fonteles acredita que, se for feita uma espécie de força-tarefa, a partir do acolhimento da denúncia, todas as pessoas podem ser ouvidas em dois meses. Após aberta a ação penal que concluirá as investigações, caberá ao procurador-geral cobrar providências céleres para evitar a prescrição dos crimes antes do fim do julgamento – como ocorre com boa parte dos processos que chegam à mais alta corte de Justiça (BRÍGIDO; FRANCO, 27 de ago. 2007).

A referência ao julgamento do ex-presidente Fernando Collor volta a aparecer, desta vez como exemplo que não deve ser seguido, na opinião do Ministério Público, que teme não apenas a prescrição dos crimes: “A instituição ainda guarda traumas de 1994, quando o STF absolveu o ex-presidente Fernando Collor de Mello da acusação de corrupção passiva por

falta de provas, dois anos depois de aceitar a denúncia por unanimidade”. (BRÍGIDO; FRANCO, 27 de ago. 2007)

Esta declaração remete aos processos de construção das representações sociais, no caso a ancoragem, com o uso do caso Collor como exemplo. Ao colocar o julgamento da denúncia do “mensalão” ao lado do julgamento de corrupção e tendo o STF acatado a denúncia por unanimidade, o texto trabalha com a forte possibilidade de o Supremo aceitar a denúncia do “mensalão” e, ao mesmo tempo, alerta: aceitar a denúncia agora não significa que os acusados, quando transformados em réus, serão punidos. A objetivação também está presente na imediata associação do perigo da impunidade com o “acabar em pizza”, expressão bastante concreta para os brasileiros.

Na Folha de São Paulo, a sessão da segunda-feira ganhou um destaque na capa e um texto sucinto no caderno Brasil. Na matéria “STF analisa ação contra núcleo do mensalão” (FOLHA, 27 de ago. 2007), a objetivação está presente na descrição, em números, do que já aconteceu no julgamento.

Desde quarta-feira, quando começou o julgamento, o STF consumiu 21 horas, em três sessões, para avaliar 33% das acusações e acolher a denúncia contra 19 dos 40 acusados de participação no esquema de aliciamento da base aliada no Congresso. Em entrevista, o relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, considerou o dia de hoje como o mais complexo do julgamento. (FOLHA, 27 de ago. 2007)

A objetivação do andamento do caso serve para corroborar a grandeza e importância do julgamento. Como observamos, os números foram usados para dar uma dimensão ao caso desde o início da cobertura do julgamento.

A sessão da segunda-feira 27 de agosto alcançou as expectativas publicadas nos jornais nos dias anteriores e forneceu muitos dados para as edições do dia 28 de agosto, dos dois jornais. O destaque nas capas ficou por conta da aceitação de denúncias contra pessoas ligadas diretamente ao governo: José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil; José Genoíno, ex-presidente do PT; e Delúbio Soares, ex-tesoureiro nacional do PT.



FIG 10 – Capa O Globo de 28 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal.



FIG 11 – Capa Folha de S. Paulo de 28 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online.

O Globo publica com o que houve de mais substancial no dia anterior na matéria “Dirceu vira réu por unanimidade” (FRANCO, BRÍGIDO, WEBER, 28 de ago. 2007). O texto explica os crimes e a participação dos acusados.

Em outro texto publicado naquela edição de O Globo, com o título “Argumento que salvou Collor virou arma de acusação contra denunciado” (ARGUMENTO, 28 de ago. 2007), são explorados os argumentos que a defesa usou para comparar o julgamento do “mensalão” ao caso Collor: “Empunhada pela defesa desde a semana passada, a ata da sessão de 12 de dezembro de 1994, quando Collor foi inocentado por 5 votos a 3, foi transformada em arma de acusação pelo relator do caso, ministro Joaquim Barbosa” (ARGUMENTO, 28 de ago. 2007). Na edição do dia 28, outros textos com os resultados do dia anterior foram publicado, como “Advogados, surpresos, afirmam que acusações ainda precisam de provas” e “Jefferson responderá por corrupção e lavagem”.

Os textos com os principais resultados do dia anterior publicados pela Folha no dia 28 de agosto foram: “Dirceu e ex-cúpula do PT viram réus por corrupção” e “Esquema tinha apoio político, dizem ministros” (DE FREITAS, BRAGON, 28 de ago. 2007). Não há diferenças significativas quanto às notícias publicadas pelo Globo sobre o mesmo fato. A Folha também publicou outros textos sobre o assunto, ‘como “Aliados responderão a quatro ações penais”, “Advogado de Dirceu se diz surpreendido” e “Defesa vê exagero e desqualifica processos”.

No dia 28, a Folha publicou um texto semelhante em alguns pontos ao publicado no dia anterior pelo Globo: “Ex-procurador sugere força-tarefa para acelerar processo do mensalão”. O texto da Folha, “Ministro prevê processo até 2010, e Planalto arma”

(ALENCAR, 28 de ago. 2007), dá mais ênfase à influência mútua entre os poderes Executivo e Judiciário do que à possível duração do processo. O gancho da matéria surgiu com as declarações do ministro Marco Aurélio. No dia anterior, o ministro falou que um prazo razoável para a duração do processo seria entre dois anos e meio e três anos.

Isso significa que o caso deve se arrastar até 2010, ano da próxima eleição presidencial. A cúpula do governo avalia que a abertura de ações penais contra os ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken dá discurso à oposição. Na visão do Planalto, PSDB e DEM poderão dizer que o esquema do mensalão, mais grave escândalo de corrupção do governo Lula, teve participação de ministros que integravam o antigo "núcleo duro", grupo de auxiliares que participou da campanha de 2002 e que dominou posições-chaves no primeiro mandato. (ALENCAR, 28 de ago. 2007)

A matéria traz, ainda, declarações de fontes não identificadas sobre os resultados do julgamento. “Na avaliação do Planalto, o STF decidiu abrir por unanimidade ação penal contra Dirceu por corrupção ativa devido à pressão da opinião pública e da imprensa.” (ALENCAR, 28 de ago. 2007). Segundo fontes não identificadas citadas no texto, o governo já esperava esse resultado, uma vez que “o ingrediente político estaria pesando mais do que o técnico na decisão do Supremo”. (ALENCAR, 28 de ago. 2007). Aqui, assim como nas primeiras matérias sobre o julgamento, declarações de fontes não identificadas servem para dar corpo às teses que se formam sobre o resultado.

A sessão do dia 28 foi decisiva. No dia seguinte, os dois jornais estampavam na capa o resultado e, mais, uma vez, a Folha deu um destaque extra a José Dirceu:



FIG 12 – Capa O Globo de 29 de agosto de 2007. Arquivo Biblioteca do Senado Federal.



FIG 13 – Capa Folha de S. Paulo de 29 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online.



A reportagem do Globo “Uma ‘organização criminosa’ de 40 réus” (BRÍGIDO, FRANCO, WEBER, 29 de ago. 2007), define a decisão como “histórica” e dá destaque ao balanço numérico do julgamento.

Dois anos depois de revelado o escândalo e depois de mais de 30 horas de debates e votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem o julgamento da denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, abrindo processo contra os 40 acusados do mensalão. [...] O STF realizou cinco sessões para analisar toda a denúncia, e todos os 40 acusados foram transformados em réus. Entre eles, figuram pagadores e beneficiados dos repasses de altas quantias em dinheiro. (BRÍGIDO, FRANCO, WEBER, 29 de ago. 2007).

A classificação do julgamento como “histórico” ou o “maior da história do Judiciário”, como foi publicado, foi justificada com depoimentos de juristas e advogados, apesar de encontrar resistência entre alguns jornalistas que cobriram o caso. Discutiremos esse aspecto no tópico final, em que analisamos as reportagens que comentaram o final do julgamento.

A matéria principal da Folha sobre a aceitação da denúncia contra os 40 acusados, “STF decide abrir ações contra os 40 acusados em escândalo”, segue a mesma linha do Globo e destaca o ineditismo do caso.

A amplitude das ações é inédita. Incluem três ex-ministros do governo Lula (José Dirceu, Luiz Gushiken e Anderson Adauto), um ex-presidente da Câmara (João Paulo Cunha), quatro presidentes ou ex-presidentes de partidos (PT, PP, PTB e PR), um ex-diretor do Banco do Brasil, além de deputados e empresários, como os publicitários Marcos Valério e Duda Mendonça. Homem forte do governo Lula até o escândalo, revelado pela Folha em 2005, Dirceu é o principal réu. (STF DECIDE, 29 DE AGO. 2007)

O resultado do julgamento no Supremo também foi tema de editoriais nos dois jornais no dia 29 de agosto. No Globo, como o título “Outro patamar”, o editorial faz uma referência às fotos dos computadores dos ministros e as mensagens trocadas entre eles. Segundo o editorial, a publicação das mensagens criou previsões negativas, mas essas não se confirmaram:

Os temores de que influências externas poderiam condicionar votos no julgamento da admissibilidade da denúncia contra os 40 mensaleiros foram afastados assim que o ministro Joaquim Barbosa começou a expor seu parecer de relator do processo. O tom sereno, mas firme; técnico, mas não alheio à realidade do país, foi seguido pelos demais ministros até ontem, na última sessão desse julgamento já histórico. (OUTRO, 29 de ago. 2007).

O texto deixa transparecer o peso democrático, conferido pelo corpo editorial do jornal, ao julgamento, definido como “avassalador” (OUTRO, 29 de ago. 2007).

A Folha também publicou editorial, “Todos processados”. O Texto, parafraseando expressão tornada famosa pelo uso constante pelo Presidente Lula, diz que “nunca na história deste país tanta gente que concentrou poder na política federal se sentou junta no banco dos réus” (TODOS, 29 de ago. 2007). O editorial também destaca que o resultado satisfaz

as expectativas da sociedade no primeiro julgamento do mensalão. A partir de avaliação extensiva e minuciosa do relator, ministro Joaquim Barbosa, a corte reconheceu indícios de crime em mais de 80% das imputações presentes na denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. (TODOS, 29 de ago. 2009).

O editorial termina fazendo um apelo aos que estarão envolvidos no processo para que os esforços sejam redobrados, já que, segundo o editorial, “qualquer descuido na fase da produção de provas sob instrução judicial ameaçará deitar por terra a esperança de que, após esse caso, esteja superado o estigma da impunidade na política federal.” (TODOS, 29 de ago. de 2009).

#### **4.2 “Supremo votou com a faca no pescoço”**

No dia 30 de agosto, segundo dia depois do final do julgamento, a Folha de São Paulo publica, com manchete na primeira página, trechos de uma conversa telefônica entre o ministro Ricardo Lewandowski e um interlocutor chamado Marcelo (que, depois, seria identificado como o irmão do ministro). A conversa telefônica foi testemunhada pela repórter Vera Magalhães, na noite do dia 28, dia do final do julgamento, em um restaurante em Brasília.



FIG 14 – Capa Folha de S. Paulo de 30 de agosto de 2007. Fonte: Arquivo Folha Online

No texto publicado no caderno Brasil (“‘Tendência era amaciá-lo para Dirceu’, diz ministro do STF”), a jornalista descreve em detalhes o conteúdo da conversa sobre o final do julgamento.

Em conversa telefônica na noite de anteontem, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), reclamou de suposta interferência da imprensa no resultado do julgamento que decidiu pela abertura de ação penal contra os 40 acusados de envolvimento no mensalão. "A imprensa aciou o Supremo", avaliou Lewandowski para um interlocutor de nome "Marcelo". "Todo mundo votou com a faca no pescoço." Ainda segundo ele, "a tendência era amaciá-lo para o Dirceu". (MAGALHÃES, 30 de ago. 2007).

As outras constatações são feitas categoricamente, como em “Lewandowski chegou a relacionar o suposto acordo ao resultado do julgamento” (MAGALHÃES, 30 de ago. 2007). O estilo do texto corrobora a afirmação dos jornalistas entrevistados de que Vera Magalhães ouviu com clareza o que o ministro falava.

Também nessa notícia há a reafirmação do teor das mensagens eletrônicas trocadas entre os ministros Lewandowski e Cármen Lúcia, publicadas pelo Globo em 23 de agosto de 2007. Ainda é tratado como suposição o fato de que os votos de certos ministros estariam ligados à indicação do substituto do ministro aposentado Sepúlveda Pertence. Mas o texto deixa a entender que a confirmação do Carlos Alberto Direito para a vaga é um indício de veracidade da suposição:

A menção à imprensa se deve à divulgação na semana passada, pelo jornal "O Globo", do conteúdo de trocas de mensagens instantâneas pelo computador entre ministros do STF, sobretudo de uma conversa entre o próprio Lewandowski e a colega Cármen Lúcia. Nos diálogos, os dois partilhavam dúvidas e opiniões a respeito do julgamento, especulavam sobre o voto de colegas e aludiam a um suposto acordo envolvendo a aposentadoria do ex-ministro Sepúlveda Pertence e a nomeação -que veio a se confirmar- de Carlos Alberto Direito para seu lugar. Lewandowski chegou a relacionar o suposto acordo ao resultado do julgamento. Ontem, na conversa de cerca de dez minutos com Marcelo, opinou que a decisão da Corte poderia ter sido diferente, não fosse a exposição dos diálogos. "Você não tenha dúvida", repetiu em seguidas ocasiões ao longo da conversa. (MAGALHÃES, 30 de ago. 2007)

Roland Barthes (2003), ao analisar a construção de mitos através das narrativas, aponta a imprensa como sendo um poderoso facilitador desse processo. Nesse caso, a troca de votos de ministros pela indicação de Direito foi tratada com naturalidade pelos dois jornais, até que os ministros se pronunciassem em sentido contrário e que Lewandowski se justificasse, em entrevista aos dois jornais. Como ficaria claro durante entrevista concedida pelo ministro Lewandowski a jornalistas, a "troca" a que ele se referia era troca de posição, e não troca de favores.

No texto, a jornalista também faz um breve perfil do ministro Lewandowski, em que destaca o fato de ele ter sido indicado pelo presidente Lula e ter divergido do relator o maior número de vezes.

Enrique Ricardo Lewandowski, 58, foi o quinto ministro do STF nomeado por Lula, em fevereiro do ano passado, para o lugar de Carlos Velloso. Antes, era desembargador do Tribunal de Justiça de SP. No geral, o ministro foi o que mais divergiu do voto de Barbosa: 12 ocasiões. Além de não acolher a denúncia contra Dirceu por formação de quadrilha, também se opôs ao enquadramento do deputado José Genoino nesse crime, no que foi acompanhado por Eros Grau. No telefonema com Marcelo, ele deu a entender que poderia ter contrariado o relator em mais questões, não fosse a suposta pressão da mídia. (MAGALHÃES, 30 de ago. 2007).

Aqui está implícito o argumento, usado em alguns textos desde o início da cobertura, de que os ministros indicados por Lula teriam tendência a não serem tão rígidos com os aliados do governo.

A reportagem de abertura do programa da TV Brasil Observatório da Imprensa do dia 11 de setembro de 2007, que teve como tema principal a atuação da imprensa no julgamento do "mensalão", classificou a reportagem de Vera Magalhães como "o troco da Folha", fazendo referência ao furo do Globo com a publicação das imagens dos computadores dos ministros (INVASÃO, 11 de set. 2007).

No mesmo programa, a repórter que testemunhou o telefonema afirmou que o objetivo era escrever um texto descritivo, sem especulações. Por isso, segundo a jornalista, a Folha não ouviu o outro lado, ou seja, o ministro Lewandowski, até que a reportagem fosse publicada. A jornalista explicou, ainda, que estava sentada em uma das mesas externas do restaurante, em Brasília, quando viu Lewandowski deixar o salão interno do restaurante, falando ao celular. Segundo ela, o ministro não aparentava estar preocupado com a possibilidade de alguém ouvir a conversa, já que falava com tom de voz considerado por ela como normal. Ela contou que escutou o que podia e, depois que o ministro saiu do ambiente em que ela estava, anotou as frases que conseguia lembrar. (INVASÃO, 11 de set. 2007).

No mesmo dia em que é publicada a matéria com as declarações do ministro Lewandowski, a Folha publica um perfil dele com o título “Primeira-dama é amiga da mãe de Lewandowski”. O texto dá grande destaque, já a partir do título, à ligação do ministro com o PT através da ligação entre Marisa Letícia, mulher do presidente Lula, e a mãe do ministro: “Indicado pelo ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, Enrique Ricardo Lewandowski teve o apoio da primeira-dama Marisa Letícia para ser nomeado ministro do STF pelo presidente Lula. A mãe de Lewandowski, Karolina, é amiga de Marisa.” (CRUZ, 30 de ago. 2007).

No final do texto, o repórter diz que o ministro não vê essa ligação como problema na sua função: “Ele [Lewandowski] costuma dizer, porém, não se considerar um amigo de Lula. Quando foi indicado para o STF, Lewandowski disse que admirava o presidente, mas afirmou que isso não influenciaria sua conduta no tribunal, por ser apartidário.” (CRUZ, 30 de ago. 2007). Esse texto reforça, mais uma vez, a preocupação, por parte da imprensa, em buscar ligações dos ministros com correntes políticas, sejam elas do governo ou da oposição. Como já comentamos anteriormente, os jornalistas entrevistados afirmaram que essa preocupação era pertinente, especialmente em um julgamento como o do caso do “mensalão”, em que políticos do alto escalão estariam envolvidos.

A publicação do teor da conversa entre o ministro Lewandowski e o interlocutor Marcelo causou reações imediatas, inclusive do STF como instituição, através da ministra presidente Ellen Gracie. No mesmo dia, a presidente divulgou uma nota<sup>28</sup> em que diz não tolerar que pressões externas influenciem nas decisões da Corte. Os dois jornais repercutiram a resposta da ministra.

---

<sup>28</sup> Nota oficial do STF: “O Supremo Tribunal Federal – que não permite nem tolera que pressões externas interfiram em suas decisões – vem reafirmar o que testemunham sua longa história e a opinião pública nacional, que são a dignidade da Corte, a honorabilidade de seus ministros e a absoluta independência e transparência dos seus julgamentos. Os fatos, sobretudo os mais recentes, falam por si e dispensam maiores explicações.”

Seguindo o exemplo do “*pack-journalism*”<sup>29</sup>, ou acompanhamento, que a folha fez em relação ao furo do Globo com a publicação das mensagens de computador, com a publicação da conversa pela Folha, O Globo também recuperou a história. Na edição do dia 31 de agosto, O Globo colocou o assunto na segunda manchete da capa com o título “STF reage às insinuações do ministro Lewandowski”. No caderno O País, o texto, intitulado “Supremo nega ‘faca no pescoço’” (FRANCO, BRÍGIDO, 31 de ago. 2007) cita a nota oficial da presidência e declarações indignadas de ministros contra as declarações do colega Lewandowski:

Praticamente todos os ministros contestaram as afirmações de Lewandowski e, pela primeira vez em duas semanas, a presidente do STF, Ellen Gracie, divulgou nota para tentar preservar a imagem da instituição, defendendo a independência da Corte. [...] Com apenas seis linhas, a nota assinada pela presidente do STF diz que o tribunal “não permite nem tolera que pressões externas interfiram em suas decisões” e defende a honorabilidade dos ministros e a independência e transparência dos julgamentos. (FRANCO, BRÍGIDO, 31 de ago. 2007).

A matéria do Globo também destaca o temperamento do ministro Lewandowski durante a sessão do dia 30, afirmando que ele “manteve o semblante fechado, falou pouco e deixou o plenário antes dos colegas” (FRANCO, BRÍGIDO, 31 de ago. 2007). Aqui, a aparência do ministro pode rapidamente ser associada à gravidade das afirmações publicadas pela Folha e a repercussão que a notícia já estava tendo.

A Folha também publicou, no dia 31, matérias com as repercussões, trazendo o assunto para a capa, com o mesmo destaque dado ao assunto no dia anterior.



FIG 15 – Capa Folha de S. Paulo de 31 de agosto de 2007. Arquivo Folha Online.

<sup>29</sup> Conferir Capítulo 3, item 3.2.

O texto do caderno Brasil (“Ministros do STF negam ter votado com ‘faca no pescoço’”) relata a reação dos ministros, destaca a nota oficial divulgada pela então presidente do STF, Ellen Gracie, e reproduz declaração do ministro Marco Aurélio Mello sobre a possibilidade, levantada por José Dirceu, de o Julgamento estar sob suspeição.

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) rebateram ontem a afirmação de que analisaram a denúncia do mensalão com a "faca no pescoço". Mas pelo menos um deles, Marco Aurélio Mello, admitiu que a frase dita pelo colega Ricardo Lewandowski pode dar margem a pedido de anulação do julgamento que abriu processo contra os 40 acusados de integrar o esquema. (MATAIS, BRAGON, 31 de ago. 2007).

As declarações do ex-ministro José Dirceu em que ele ameaça pedir a anulação do julgamento receberam destaque nos dois jornais. Ele deu uma entrevista coletiva sobre o episódio. O Globo relatou que Dirceu atribuiu a suspeição à divulgação das mensagens eletrônicas e ao teor da conversa telefônica do ministro Lewandowski.

O deputado cassado citou tanto o fato de O GLOBO ter divulgado e-mails de ministros do STF discutindo votos, no primeiro dia do julgamento, como de a “Folha de S. Paulo” ter publicado, ontem, o relato de conversa telefônica na qual o ministro Ricardo Lewandowski teria afirmado que no Supremo “todo mundo votou com a faca no pescoço” e que a tendência era “amaciar para o Dirceu”. Lewandowski foi o único que votou contra a aceitação da denúncia contra Dirceu por formação de quadrilha. (BARBOSA, 31 de ago. de 2007)

A matéria do Globo também menciona a declarações que José Dirceu fez sobre o papel do jornalismo. José Dirceu aparece dizendo na reportagem que “Estamos caminhando para a ditadura da mídia no país. Houve intervenção brutal no julgamento.” (BARBOSA, 31 de ago. de 2007).

A Folha também destacou as declarações de José Dirceu quanto à publicação, pelo próprio jornal, da conversa telefônica do ministro Lewandowski, e a troca de mensagens, publicada pelo Globo.

O ex-ministro José Dirceu (PT) afirmou ontem, em São Paulo, considerar "sob suspeição" a decisão do Supremo de processá-lo por formação de quadrilha e corrupção ativa na ação penal do mensalão. A declaração de Dirceu foi feita com base na revelação pela Folha de que o ministro do tribunal Ricardo Lewandowski, ao telefone, afirmou que "a imprensa acuou o Supremo" na análise do mensalão. Segundo ele, citado por Lewandowski

("tendência era amaciar para o Dirceu"), a revelação indica um "pré-julgamento" do caso. [...] O petista, deputado federal cassado na esteira do escândalo do mensalão, em 2005, evocou também o episódio da troca de mensagens entre os ministros do STF, também durante o julgamento e também revelado pela imprensa, para reforçar sua defesa e pedir esclarecimentos do tribunal. (BOMIG, 31 de ago. 2007).

No dia em que ministros e o STF como instituição partiram em defesa da independência da Corte, o Globo também publica o texto intitulado "Eros Grau diz que está magoado e pensa em processar colega de STF". A Folha não tocou no assunto neste dia. A atitude do ministro, segundo a matéria, causou espanto em outros colegas:

O ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que cogita a possibilidade de processar criminalmente um de seus colegas, o ministro Ricardo Lewandowski, a briga entre os dois começou na semana passada, quando O GLOBO publicou diálogos travados via internet entre Lewandowski e a ministra Cármen Lúcia durante o julgamento da denúncia do mensalão.[...] - Isso (entrar com ação penal) é possível teoricamente. Eu vou ver com calma, sem açodamento. Mas não espicha mais esse assunto, porque é doloroso. Ainda estou magoado – disse Grau ontem. (FRANCO, BRÍGIDO, 31 de ago. 2007)

A matéria traz, também, declarações de outro ministro, Marco Aurélio de Mello, em que ele se diz surpreso e esperançoso de que Eros Grau mude de idéia.

A Folha apenas abordou o assunto no dia seguinte, já chamando de "inédito" o processo que supostamente seria aberto contra Lewandowski. No texto já não há mais o tom de possibilidade. O assunto é tratado como certo, apesar de o ministro ter dito que só pensará no assunto depois, e o título da matéria é taxativo: "Processo a ministro do STF será inédito".

O ministro Eros Grau decidiu que vai processar, por crime de calúnia, seu colega de STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, e já escalou o advogado José Gerardo Grossi, ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), para representá-lo, segundo a Folha apurou. Se a ação for levada adiante, será a primeira vez na história do tribunal que um ministro processa o outro. [...] Procurado ontem pela Folha, Grau sinalizou que está disposto a levar a briga para o tribunal ao ser perguntado se iria interpelar o colega. "Não é preciso interpeção em processo de calúnia, vai direto." (MATAIS, 01 de set. 2007).

A possibilidade de noticiar um fato tão inusitado de um ministro do Supremo processar outro apressou um pouco a cobertura. O calor do momento e o intervalo



demasiadamente curto entre o episódio e as declarações do ministro Eros Grau não serviram para que os jornalistas fossem mais cautelosos nas afirmações.

No dia 30 de agosto, o ministro Lewandowski recebeu a imprensa para esclarecer as declarações publicadas pela Folha. No dia seguinte, os dois jornais publicam a entrevista, com formatos semelhantes: um texto de abertura e perguntas seguidas das respostas do ministro. Os dois textos de abertura dizem que o ministro não tinha a intenção de colocar em suspeição os votos dos colegas do Supremo, mas confirmou que ele se sentia com a “faca no pescoço”. Um dos jornalistas que entrevistamos descreveu o estado do ministro na hora das entrevistas: “ele tava super tenso, arrasado. E procurou se explicar da melhor maneira possível, falou bastante. Faltou até ar pra ele.” (JORNALISTA 7, 10 de Nov. 2008).

Em uma resposta aos jornalistas do Globo, Lewandowski disse ter votado “sob o impacto da divulgação dos e-mails”, referindo-se à matéria do Globo que trazia trechos de conversa entre ele e a ministra Cármen Lúcia: “Todos quando conversamos com alguém abaixamos a guarda. Mas essa conversa íntima não pode vir a público. Se não tivermos espaço para essa privacidade a vida fica muito difícil. Julguei o mensalão sob impacto da divulgação dos e-mails que considerei ingerência indevida na minha esfera privada”. (FRANCO, BRÍGIDO, 31 de ago. 2007).

Em uma resposta às jornalistas da Folha ele diz que “o STF foi submetido a uma pressão violentíssima da mídia” (DE FREITAS, MAGALHÃES, 31 de ago. de 2007).

FOLHA - Então qual foi o contexto da conversa telefônica?

LEWANDOWSKI - Foi um desabafo com o meu irmão Marcelo, que me ligou prestando solidariedade e discordando de algumas posições, me cobrando, como cidadão. Eu votei com absoluta independência. Não tenho compromisso com ninguém. O que eu senti é que o STF foi submetido a uma pressão violentíssima da mídia. Flashes espocando, jornalistas na porta da minha casa. O juiz precisa ter tranquilidade para julgar. (DE FREITAS, MAGALHÃES, 31 de ago. de 2007)

Em resposta a outro questionamento dos repórteres do Globo, o ministro Ricardo Lewandowski afirma na entrevista que a “troca” a que ele se referia nas mensagens eletrônicas trocadas com a ministra Cármen Lúcia não era uma troca de favores, e, sim, uma mudança de posicionamento do ministro Eros Grau.

GLOBO: O que o senhor quis dizer quando, depois de saber pela Ministra Cármen Lúcia qual seria o voto de Eros Grau, respondeu: ‘Isso só corrobora que houve uma troca’?

LEWANDOWSKI: Foi troca de posição pessoal dele. Não foi uma troca de voto dele por alguma coisa. (FRANCO, BRÍGIDO, 31 de ago. 2007)

Não fica evidente se a questão não foi esclarecida antes mesmo da primeira publicação das conversas eletrônicas porque o ministro Lewandowski não quis se pronunciar ou se ele não foi procurado para dar explicações. Mas aqui o ministro desmente um dos pontos principais que levaram o Globo a publicar com grande destaque a conversa entre Lewandowski e Cármen Lúcia. Como teria sido a cobertura se o jornal tivesse pedido para que o ministro esclarecesse essa afirmação antes? Certamente, muitas das suposições de que haveria uma troca de favores explícita no julgamento do “mensalão” não ganhariam tanto espaço.

A grande maioria dos jornalistas entrevistados que responderam à nossa indagação sobre a publicação da conversa apoiou a atitude da repórter e a decisão do jornal de publicar a notícia. O Jornalista 8, por exemplo, comparou esse episódio protagonizado pelo Globo na publicação das conversas e disse que a jornalista que ouviu a conversa do ministro tinha que publicar: “Ela fez a obrigação dela. Ouviu, apurou...se ela ouviu e a informação era relevante jornalisticamente [...] é o dever dela ser publicado e como era o dever do fotógrafo da folha e do Globo que fizeram a foto de ter passado e acho que era dever dos jornais publicar.” (JORNALISTA 8, 02 de dez. 2008).

O Jornalista 3 também encontrou semelhanças nos dois episódios e ressaltou a “sorte” da repórter com o fato de o ministro não ter negado:

Achei uma notícia fantástica. Acho que tem características semelhantes ao furo do globo. Porque foi o tipo do local público, por descuido de uma autoridade, por acaso da mesma autoridade, e continha uma informação que era de interesse público. Então eu acho que a Vera teve sorte de estar ali ouvindo essa conversa, o ministro teve a hombridade, enfim, o comportamento correto de não contestá-la, e que de fato o que ela relatou correspondia à verdade, eu imagino que ela não tenha isso gravado. (JORNALISTA 3, 07 de Nov. de 2008)

O Jornalista 2, entretanto, disse que a repórter da Folha correu um risco grande e que não publicaria, já que não havia prova (gravação, por exemplo) que garantisse a versão de Vera Magalhães. (JORNALISTA 2, 07 de Nov. 2008). O Jornalista 3 disse que a pressão de que falava Lewandowski ao telefone já era conhecida pelos jornalistas e que isso era positivo para colocar o Judiciário na mesma posição dos outros poderes:

é notório que os ministros estavam sob pressão e que essa pressão também era exercida por nós. Eu acho muito bom que seja assim porque é assim na presidência da República, é assim no Poder Legislativo, eu acho que vai ser saudável .. é saudável também pro Judiciário que suas autoridades saibam que suas decisões estão sendo observadas, seus atos estão sendo avaliados e que elas não têm poder absoluto. (JORNALISTA 3, 07 de nov. de 2008)

O Jornalista 4 fez comentário semelhante ao dizer que a publicação da conversa “mostrou que a pressão que a aquela informação que o jornal o Globo julgou como de relevância pública teve uma influência no rigor que os ministros apresentaram no julgamento. É o furo que o Globo mais quis tomar na vida.” (JORNALISTA 4, 11 de Nov. de 2008). E sobre o efeito do furo da Folha no Globo, o Jornalista 5 disse que “era a suíte<sup>30</sup> mais perfeita” que o Globo poderia ter feito. (JORNALISTA 5, 11 de Nov. de 2008).<sup>31</sup>

A entrevista de Lewandowski, nos dois jornais, serviu como um fechamento desse longo julgamento do “mensalão” no STF. Nos dias que se seguem à publicação das entrevistas, outras matérias sobre o julgamento são publicadas, entretanto, a maioria trata do que deve acontecer a partir de agora, como analisaremos no ponto a seguir.

#### **4.3 O “julgamento histórico” do STF: avaliação de especialistas**

Para este momento a análise, selecionamos as matérias que tinham foco na expectativa após o julgamento. Incluímos, também, os textos de bastidores, avaliações de especialistas e entrevistas sobre o caso. Esse é o conjunto de notícias em que mais se pode perceber a construção de uma imagem da Justiça brasileira, com a conclusão de um julgamento considerado “histórico”.

Um tema constante nessa etapa final da cobertura do julgamento é preocupação com a prescrição dos crimes, o levantamento de provas e o tempo de andamento do processo. Muitas matérias trouxeram citações de especialistas em que eles alertavam que a importância do julgamento só se sustentaria se a o processo fosse conduzido de forma eficaz e célere. Neste momento da cobertura, observamos algumas das características da cobertura do Judiciário, discutidas no Capítulo 2, item 2.2, como a sede por respostas rápidas que os textos deixam transparecer.

No dia 29 de agosto, quarta-feira, os jornais publicam as notícias do final do julgamento, com a transformação dos 40 denunciados em réus. Os dois jornais, já neste dia, publicaram textos com avaliações. Um fato considerado importante por especialistas ouvidos

---

<sup>30</sup> No jargão jornalístico, suíte é a matéria que dá seguimento, com informações adicionais, a uma publicada anteriormente.

<sup>31</sup> A publicação da conversa testemunhada pela repórter da Folha também suscitou vários debates sobre os limites entre a liberdade de imprensa e a privacidade. Portanto, item 3.3 do Capítulo 3 também se aplica a este episódio que acabamos de analisar.

pelos dois jornais foi a decisão, tomada pelo STF, de autorizar juízes de primeira instância a ouvirem os réus.

Na matéria da Folha intitulada “Supremo vai autorizar juízes a ouvirem réus e testemunhas” (SALOMON, 29 de ago. 2007), o jornal explica a decisão tomada pelo STF que permite a coleta de depoimento na primeira instância. O fato é considerado positivo porque o número de pessoas que podem ser ouvidas durante o processo pode chegar a 300. O texto da Folha também destaca outra decisão do STF:

Ao final de cinco dias de julgamento, os ministros do STF aprovaram ontem outra medida para tornar a ação penal mais rápida: os interrogatórios dos réus começarão independentemente da apreciação de eventuais recursos (embargos de declaração) para esclarecer pontos supostamente obscuros ou contraditórios do recebimento da denúncia. (SALOMON, 29 de ago. 2007).

No mesmo dia, O Globo publica matéria com foco na mesma decisão, mas repercutindo as declarações do procurador-geral. Na matéria intitulada “Procurador-geral diz que trabalhará agora para levantar mais provas” (BRÍGIDO, FRANCO, WEBER, 29 de ago. 2007), o procurador-geral é perguntado sobre o tempo que o processo levará para ser concluído, mas ele preferiu não responder. Segundo a matéria do Globo, “ele considerou positiva, porém, a decisão dos ministros – tomada ao final do julgamento – de que possíveis recursos contra a aceitação da denúncia não atrasarão o envio das chamadas cartas de ordem, espécie de notificação dos réus para que prestem depoimentos a juízes de primeira instância, nos estados.” (BRÍGIDO, FRANCO, WEBER, 29 de ago. 2007)

A preocupação com o andamento do processo também foi um tema abordado por especialistas ouvidos pelos dois jornais. O Globo publicou matéria, no dia 29 de agosto, citando cientistas políticos: “Passo importante para a redução da impunidade”. Segundo o texto, o julgamento foi considerado “um passo importante para a redução da impunidade no país” (PASSO, 29 de ago de 2007). Os especialistas ouvidos, entretanto, avaliam que o desafio é lutar contra a prescrição:

Para a doutora em Ciência Política e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Maria Celina D’Araújo, além dessa primeira decisão inédita do STF, falta agora a corte tomar outra atitude inédita: punir alguém. [...] O professor de Teoria Política do IUPERJ Renato Lessa considera que o STF está agindo não só como um tribunal judiciário, mas como uma espécie de corregedoria de política. (PASSO, 29 de ago de 2007).

No dia 30 de agosto, o jornal O Globo publicou matérias com avaliações do julgamento. Uma delas chamava atenção, novamente, para o tempo que o processo poderá levar. Com o título “Para evitar prescrição, STF tem que ser rápido”, o texto destaca que, embora os ministros tenham declarado que o processo deverá ser concluído em três anos, “existem ações penais com um número menor de réus tramitando no judiciário por décadas.” (BRÍGIDO, 30 de ago. 2007).

Neste dia 30 de agosto, a Folha não publicou muitas reportagens com avaliações do julgamento. Isso pode estar relacionado ao fato de que a edição deste dia foi a que trouxe, na capa, a conversa telefônica do ministro Lewandowski, ouvida pela jornalista Vera Magalhães. Mas o jornal publicou um editorial, chamado “A fase das provas” (A FASE, 30 de ago. 2007), em que o jornal alerta para a importância do momento: “Aceita a denúncia do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e aberta a ação criminal contra os 40 acusados pela Procuradoria Geral da República, tem início a fase trabalhosa e delicada do processo que galvaniza o país.” (A FASE, 30 de ago. 2007). O editorial diz que “se a oitiva não for ágil, podem vencer antes os prazos de prescrição, pondo por água abaixo todo o trabalho já realizado.” (A FASE, 30 de ago. 2007).

Apesar de estar na seção de opinião do jornal, esse editorial reflete bem o tom das matérias publicadas sobre avaliações do julgamento, com destaque para o reconhecimento da importância do resultado proferido pelo STF para a evolução do Judiciário Brasileiro. O mesmo tempo, os textos dos cadernos, nos dois jornais, assim com esse editorial, deixavam transparecer a preocupação com o futuro do que foi decidido nos cinco dias de julgamento.

Os jornalistas entrevistados também comentaram o que se esperava para a conclusão do processo. O Jornalista 9, por exemplo, disse que a impunidade é o grande problema do Judiciário. Segundo ele, “Tem ficado mais claro a grande possibilidade de oferecimento de recursos pelos advogados, o que contribui para a prescrição dos processos, quando, com a demora, perde-se o prazo para a eventual punição” (JORNALISTA 9, 18 de nov. 2008), fato que o ministro Joaquim Barbosa tentou combater com sua decisão de delegar a coleta de depoimentos aos juízes de primeira instância.

Outro tema importante tratado nessa fase foi a atuação do STF e a participação da mídia no julgamento. Assuntos como a composição do Supremo, a independência dos ministros e as características da Justiça brasileira foram alguns dos principais assuntos nas notícias e entrevistas.

No dia 29 de agosto, O Globo publicou texto que colocava em evidência declarações do ministro Celso de Mello. Segundo o texto, o ministro mais antigo do STF (considerando a

composição da época do julgamento) “atribuiu ontem o acúmulo de ações penais na Corte à má conduta dos parlamentares brasileiros” (FRANCO, WEBER, BRÍGIDO, 29 de ago. 2007). O texto também destacou a fala do ministro Ayres Britto em que ele classificou o julgamento como “técnico, sem juízo político da conduta dos indiciados – entre eles, o ex-chefe da Casa Civil e deputado cassado José Dirceu (PT-SP) e parlamentares de cinco partidos acusados de integrar o esquema”. Ainda segundo a reportagem, “para o ministro, a repercussão do julgamento demonstrou que o país cobra mais ética aos detentores de cargos políticos.” (FRANCO, WEBER, BRÍGIDO, 29 de ago. 2007)

O texto também coloca em evidência o impacto do julgamento nos outros poderes, na opinião do ministro Marco Aurélio: “O ministro Marco Aurélio de Mello disse que o julgamento do mensalão ‘excomunga’ o sentimento de impunidade no Brasil, após a aceitação da denúncia criminal contra figuras-chave do primeiro mandato do governo Lula.” (FRANCO, WEBER, BRÍGIDO, 29 de ago. 2007)

No mesmo dia, O Globo também publica a matéria “Ellen Gracie rebate críticas de ineficiência e lentidão”. O texto traz declarações da então presidente do Tribunal em que ela ressalta a rapidez do julgamento, que, segundo citação do texto, foi feito em um prazo “absolutamente compatível com a dimensão do caso”, que classificou de *sui generis*.” (ELLEN, 29 de ago. 2009). O texto também traz dados apresentados pela ministra para exemplificar a atuação eficiente do STF.

A ministra citou um levantamento de sua assessoria jurídica que provaria a velocidade da tramitação de ações penais na Corte. Pelo estudo, 48% dos processos estavam no STF há menos de seis meses. Os dois mais antigos não ultrapassam quatro anos nos gabinetes. [...] Segundo o estudo, o STF recebeu 143 ações penais entre 1988 e 2001. Com a aprovação da emenda constitucional 35, em 2001, a Corte deixou de precisar de autorização do Congresso para processar parlamentares, agilizando a tramitação. Em 2002, tramitavam no Supremo 13 ações penais. Com a do mensalão, passam a ser 51. (ELLEN, 29 de ago. 2009)

A maneira como as informações apresentadas são descritas no texto deixam transparecer um tom de incredulidade. Apesar de os dados serem considerados importantes do ponto de vista da ministra, eles não ganharam muito destaque no jornal. Esse é mais um exemplo da resistência que os jornalistas tendem a ter quando se deparam com informações que fogem ao que eles já estão acostumados.

Também no dia 29 de agosto, a Folha publica uma matéria que chamou a atenção por sair da linha do que vinha sendo dito a respeito da ligação entre o posicionamento dos

ministros no julgamento do “mensalão” e o presidente que os indicou para a vaga. No texto “Barbosa e Peluso fazem ataques mais duros” (DE FREITAS, BRAGON, 29 de ago. 2007), os jornalistas descrevem o comportamento dos dois ministros a partir do que eles observaram nas sessões.

De acordo com o texto, os ministros Joaquim Barbosa e Cezar Peluso fizeram os mais duros ataques ao esquema do “mensalão” e defenderam “ostensivamente” a abertura do processo contra os denunciados. A semelhança no posicionamento dos dois ministros foi classificada no texto como uma “parceria” (DE FREITAS, BRAGON, 29 de ago. 2007). A questão é que, ao longo do texto, os jornalistas lembram que os dois foram indicados pelo presidente Lula. O fato de os ministros serem indicados pelo presidente Lula, argumento geralmente usado para justificar posições mais brandas em relação às denúncias, foi usado para descrever um comportamento mais ativo em defesa das denúncias do procurador.

Uma matéria semelhante a essa da Folha foi publicada no dia 2 de setembro pelo Globo. O título é “Lula nomeou 41% das Cortes” (BRÍGIDO, 02 de set. 2007) e faz um apanhado as indicações de Lula para as cortes do país. Segundo a reportagem, no STF, à época da publicação, 7 dos 11 ministros foram indicados por Lula. O texto diz existir uma “característica pessoal” de Lula na escolha dos indicados.

Lula imprimiu uma característica pessoal ao escolher para os cargos dois ministros negros – um para o STF, Joaquim Barbosa, e outro para o TST, Horácio de Senna Pires. Foi responsável pela nomeação da primeira mulher para o STM, Maria Elizabeth Rocha, e da segunda para o STF, Cármen Lúcia Antunes Rocha. Lula designou outras três mulheres para o TST. (BRÍGIDO, 2 de set. 2007).

Mas a autora do texto vai além e diz que a indicação do ministro não determina o posicionamento dos ministros e usa o julgamento do “mensalão” como exemplo.

O poder que a Constituição dá ao chefe da nação de escolher os integrantes dos principais tribunais não tem relação direta com eventuais vitórias jurídicas do governo. Exemplo disso é o julgamento da denúncia do mensalão pelo STF, que, contrariando os interesses do PT, partido de Lula, abriu ação penal para investigar os 40 acusados de integrar o esquema de pagamento de propina a parlamentares em troca de apoio ao governo. (BRÍGIDO, 2 de set. 2007).

Os jornalistas que entrevistamos comentaram sobre a existência, ou não, de ligação entre o presidente que indicou determinado ministro e seu posicionamento em casos concretos no Tribunal. O Jornalista 7, por exemplo, disse que o voto do relator, Joaquim Barbosa, surpreendeu por ele ter sido indicado por Lula. “Muita gente achou que por ele ter sido

indicado pelo Lula ele não seria tão duro no voto dele. E eu acho que a razão dessa surpresa é isso de achar que a pessoa pensa politicamente.” (JORNALISTA 7, 10 de nov. de 2008).

O Jornalista 6 também acredita que os ministros pensem politicamente e disse não acreditar no discurso de que o Judiciário toma decisões técnicas, sem a influência da política. Para o Jornalista 6, as influências externas não são necessariamente negativas no Judiciário: “não é indesejável que o Judiciário leve em conta aspectos políticos ao decidir. Obviamente, o principal aspecto que tem que se levar em conta é o Jurídico” (JORNALISTA 6, 10 de Nov. de 2008).

O Jornalista 4 foi mais incisivo e disse que a preocupação com as possíveis influências políticas no julgamento já eram esperadas:

Nesse julgamento, como em qualquer julgamento importante, os jornais fazem a conta relacionando o resultado com o histórico de cada ministro. [...] embora haja exemplos de ministros que são escolhidos com critérios técnicos e não políticos, em geral, os critérios políticos dominam. Então espera-se que a atuação deles, espera-se a imprensa deva fiscalizar a atuação deles sob o ponto de vista político. Ainda mais num caso desse. (JORNALISTA 4, 11 nov. 2008).

No dia 30 de agosto, no Globo, as declarações do presidente Lula sobre o final do julgamento aparecem pela primeira vez. No texto “Lula Elogia atuação do Supremo e diz que denúncia não atinge governo” (DE GOIS, 30 de ago. 2007), do Globo, “Luiz Inácio Lula da Silva elogiou a atuação da Suprema Corte como parte de uma democracia sólida, mas destacou que a abertura de processo não significa culpa.” (DE GOIS, 30 de ago. 2007),

Ainda sobre o impacto do resultado do julgamento nos outros poderes, o texto “Poderes distantes” (GODOY, 02 de set. 2007), publicado no dia 2 de setembro no Globo faz uma ligação do julgamento do “mensalão” com a crise que o Senado estava vivendo com o processo de cassação de Renan Calheiros. Segundo o texto,

O recado contra a impunidade, dado pelos ministros do STF ao transformar em réus os 40 acusados no escândalo do mensalão, parece não ter percorrido o curto trajeto até o Senado, onde os integrantes do Conselho de Ética prosseguiram no show de manobras para evitar decidir sobre o processo de cassação do mandato do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). (GODOY, 02 de set. 2007).

No mesmo dia, em outro texto publicado pelo Globo, o ministro Celso de Mello aparece dizendo que “a abertura de ação penal contra todos os 40 acusados de operar o pagamento de propina a parlamentares em troca de apoio ao governo no Congresso deve



servir de lição a todos os ocupantes de cargos públicos.” A matéria também evoca, novamente, o julgamento do ex-presidente Fernando Collor, já que o ministro Celso de Mello é o único da composição para o caso do “mensalão” que também participou do julgamento do ex-presidente: “Último remanescente dos oito ministros que participaram do julgamento que absolveu o ex-presidente Fernando Collor, em dezembro de 1994, Mello afirmou que o processo do mensalão é ainda mais importante para o país.” (FRANCO, 30 de ago. 2007).

Também no dia 30 de agosto, o Globo publica uma matéria que corrobora, mais uma vez, a classificação do julgamento como sem precedentes. Segundo o texto,

a opinião é de especialistas ouvidos pelo GLOBO, que reconhecem o simbolismo histórico da decisão. [...] Apesar de reconhecer o impacto positivo da decisão na sociedade, o jurista Hélio Bicudo alerta que a concentração dos casos dos 40 réus em um único relator poderá levar o processo a durar pelo menos cinco anos até a conclusão. (MENEZES, AGGEGE, 30 de ago. 2007)

Texto com estrutura semelhante foi publicado, também pelo Globo, no dia 2 de setembro, com o título “Para especialistas, STF fez julgamento histórico” (BARBOSA, 02 de set. 2007). O texto traz opiniões de juristas e outras pessoas como o jornalista Cláudio Weber Abramo, da ONG Transparência Brasil.

Na avaliação do jornalista Cláudio Weber Abramo, da ONG Transparência Brasil (que tem como objetivo combater a corrupção), a aceitação da denúncia foi importante, mas o STF só vai marcar essa decisão como inovação histórica se for rápido no julgamento final dos mensaleiros. (BARBOSA, 02 de set. 2007).

Quando perguntados sobre os rótulos que julgamento receber (o de maior da história do STF, mais importante do Judiciário brasileiro etc.), alguns jornalistas disseram não saber exatamente se a rotulação surgiu nas redações ou se os entrevistados definiam o julgamento dessa forma. Outros disseram concordar com esse rótulo.

O Jornalista 7 se disse surpreso com essas adjetivações:

E eu até me surpreendi, era um julgamento importante, com certeza, mas eu não conseguia enxergar, da perspectiva da minha redação, uma ansiedade tão grande com o mensalão. [...] Na época eu acho que eu questionei isso. Foi o mais longo, mas o grau de importância não tenho condição de avaliar. (JORNALISTA 7, 10 de nov. de 2008).

Na mesma linha, o Jornalista 2 disse que a classificação desse julgamento como o maior “é uma grande mentira” (JORNALISTA 2, 7 DE NOV. 2008). Segundo o Jornalista 2,

o julgamento mais importante foi o do ex-presidente Fernando Collor e atribui essa classificação à “mania” que os jornais têm de usar o superlativo.

Eu acho que é porque os jornais têm mania, como os brasileiros, dessa coisa do superlativo, né? O maior, o mais importante... Sim, foi um julgamento grandioso, que abalou a estrutura do governo, só que quando chegou no Supremo o assunto meio que já tinha sido esgotado numa CPI. Não tinha mais um impacto político muito grande. José Dirceu não era mais Ministro, sabe? (JORNALISTA 2, 7 DE NOV. 2008).

O Jornalista 3 disse que uma das dificuldades de se ter um consenso quanto ao tamanho e importância do julgamento do “mensalão” é a falta de uma documentação sistemática sobre a história do Supremo Tribunal Federal. Mas, mesmo assim, segundo o Jornalista 3, esse julgamento foi sem precedentes, apesar de considerar que o julgamento do ex-presidente Fernando Collor teve maior carga simbólica.

Nunca o Supremo Tribunal Federal tinha passado cinco sessões julgando a mesma ação. Então nesse sentido foi, sim, um julgamento sem precedentes. Em relação ao aspecto qualitativo, eu acho que de fato se não foi o maior julgamento da história, foi um dos maiores. Agora cabe ressaltar que antes disso o Supremo já tinha julgado o Presidente da República. Então eu acho que talvez o julgamento do Collor, que foi muito lembrado nesse caso até, tenha sido [...] tenha tido uma carga simbólica maior. (JORNALISTA 3, 07 de Nov. 2008).

A enorme atenção que o STF recebeu da mídia durante o julgamento rendeu, também, textos mais leves e fora da pauta obrigatória. Nos textos “Cenas por trás das cortinas do maior julgamento da história do Supremo” e “Para relaxar, música e encosto ortopédico”, alguns momentos do julgamento são lembrados numa narrativa mais leve.

O episódio das fotografias das telas de computador no primeiro dia de julgamento foi lembrado no Globo: “Fonte de polêmica nos e-mails indiscretos dos ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, os modernos laptops que ornamentam o plenário do Supremo Tribunal Federal também ajudaram a selar o destino dos 40 acusados de operar o mensalão.” (FRANCO, 02 de set. 2007)

Já o exaustivo trabalho do relator foi lembrado no texto, também do Globo, “Para relaxar, música e encosto ortopédico”, em que são descritos alguns hábitos do ministro Joaquim Barbosa, como ouvir música em todas as manhãs antes do julgamento e o uso de encosto ortopédico. Essa notícia também traz um parágrafo que narra um momento que pode servir como cena final de um livro que conta os dias de intenso trabalho na corte:

A retirada melancólica dos advogados de defesa dos acusados contrastou com a saída triunfal do procurador Antônio Fernando, que, cumprimentado pelos ministros, abandonou o plenário com os olhos brilhando e m sorriso pouco comum no rosto. Tragado pelo batalhão de repórteres e cinegrafistas, ele retomou a discrição ao comentar a vitória na primeira batalha. Longe dos holofotes, começaria, no dia seguinte, a da luta para condenar os 40 réus. (PARA RELAXAR. 02 de set. 2007).

A exposição das cenas de bastidores do Judiciário foi algo avaliado como positivo pelos jornalistas entrevistados. O Jornalista 1 disse que o profissional de imprensa é a pessoa certa para levar fatos novos ao público. Fazendo referência ao episódio das fotografias dos computadores dos ministros, ele falou que uma conduta pode ser comum para os membros do Judiciário, mas não ser comum para o público: “O ministro ta lá dentro ele sabe que isso acontece todo dia e toda hora. Agora, a população, que não tem acesso, não tem condição de vir aqui, pegar um avião, de qualquer outro lado do estado, conseguir com paletó e gravata e conseguir entrar ali pra poder ver o que ta acontecendo” (JORNALISTA 1, 07 de Nov. de 2008).

Além das opiniões sobre a atuação do STF no julgamento, também foram publicadas algumas opiniões sobre a atuação da mídia no caso. Um dos textos com essas opiniões foi “Atuação do STF e da mídia divide opiniões” (VASCONCELOS, 02 de set. 2007), publicado na Folha no dia 2 de setembro. A matéria traz uma espécie de enquete sobre a atuação da mídia, com reprodução de opiniões favoráveis e desfavoráveis ao trabalho dos jornalistas.

A influência da imprensa nos votos dos ministros dividiu a opinião de 32 personalidades consultadas pela Folha, entre magistrados, procuradores e advogados (11 admitem a influência; 11 rejeitam e 10 não comentam). Em manifestações espontâneas, 15 entrevistados elogiaram a ação da imprensa (12 não se manifestaram e cinco fizeram fortes críticas à mídia). [...] As críticas sobre a cobertura da mídia, apesar de minoritárias, foram contundentes. (VASCONCELOS, 02 de set. 2007)

Por fim, passemos à análise de duas entrevistas publicadas depois do final do julgamento, uma por cada jornal. No dia 2 de setembro, O Globo publica entrevista com o relator do “mensalão”, ministro Joaquim Barbosa. A entrevista trata dos detalhes da construção do voto pelo relator, como a hierarquização das denúncias e como elas foram apresentadas aos outros ministros nas sessões.

O texto de abertura traz um resumo das declarações do ministro e destaca o desejo dele de que esse julgamento seja “o marco do fim da impunidade no país”. A entrevista

também abordou o peso da opinião pública no julgamento. Segundo o texto do Globo, o ministro “conta que seu gabinete foi inundado por mensagens e que pôde sentir o pulso da opinião pública.” Além disso, o texto de abertura da entrevista avisa aos leitores: “A única coisa que se recusou a comentar foi a troca de e-mails entre os colegas Ricardo Lewandowski e Cármen Lucia, que escreveu que Barbosa daria um ‘salto social’ ao relator do mensalão. Como primeiro integrante negro da Corte, a resposta dele foi: ‘O Brasil terá que se acostumar com a minha cara. E já se acostumou’.” (BRÍGIDO, GODOY, LEALI, FADUL, 02 set. 2007).

Uma das perguntas feitas ao ministro relator foi sobre a importância do público na hora de proferir uma decisão.

GLOBO: Muita gente assistiu ao senhor na TV Justiça. O senhor pensa no público ao buscar essa clareza na redação dos votos? BARBOSA: Sempre penso que meu público é a Nação. Não são os advogados, não é a academia, de onde venho. Nossas sessões são indecentemente transparentes, para citar o ministro (aposentado) Sepúlveda Pertence. (BRÍGIDO, GODOY, LEALI, FADUL, 02 set. 2007)

Ao fazer essa pergunta, o jornal coloca em discussão um dos aspectos mais criticados do Judiciário Brasileiro: a distância entre esse poder e a sociedade. Esse tipo de abertura para discussão representa um primeiro passo para que a mídia passe a tratar o Judiciário como uma instituição feita de homens, e não algo reificado, longe da realidade das pessoas comuns.

Outra pergunta feita ao ministro colocou, novamente, o julgamento do “mensalão” lado a lado do julgamento do ex-presidente Collor, num mecanismo de ancoragem. A pergunta do jornal lembra o final do julgamento de Fernando Collor, reproduzindo o que disse o ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira quando o STF decidiu absolver o ex-presidente. Junqueira disse que, naquele momento, estava claro para ele que “os iguais têm muita dificuldade de julgar e condenar os iguais”. Joaquim Barbosa respondeu da seguinte forma: “Essa é uma característica da sociedade brasileira que se reflete no Judiciário. Ele quis dizer que as elites se auto-protectem. É mais ou menos isso. É uma constatação que faço também. Espero que esteja ocorrendo uma mudança.” (BRÍGIDO, GODOY, LEALI, FADUL, 02 set. 2007)

No dia 3 de setembro, a Folha publica entrevista com o ministro Carlos Ayres Britto, com o título “Pressão social por ética influenciou decisão do STF sobre mensalão” (DE FREITAS, 03 de set. 2007). O detalhe mais destacado da entrevista, como pode ser visto no título, foi a declaração do ministro de que a expectativa da sociedade influenciou no resultado:

“Carlos Ayres Britto, 64, disse que a expectativa da sociedade por ética na política pesou na decisão de abertura da ação penal contra os 40 denunciados do mensalão, embora sustente que o julgamento foi técnico.” (DE FREITAS, 03 de set. 2007).

O texto de abertura da entrevista também lembra o passado do ministro: “Ex-petista, o ministro acredita que o episódio do mensalão não ‘contaminou’ o partido. Ele foi filiado por 18 anos e se desligou em 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o indicou para o STF.” (DE FREITAS, 03 de set. 2007). Quando perguntado sobre a avaliação que fazia do julgamento, Ayres Britto respondeu:

Foi o maior julgamento em duração, complexidade e magnitude da causa, pela qualidade das pessoas envolvidas, pelo papel social, político e empresarial dos envolvidos. Daí o seu caráter histórico. Ele foi essencialmente técnico, da própria técnica jurídica. Eu tenho certeza de que todo mundo decidiu fundamentadamente. Agora, é uma decisão que comporta outra leitura do ponto de vista ético-político. (DE FREITAS, 03 de set. 2007)

O ministro também foi convidado a comentar a atuação da imprensa no julgamento do “mensalão”. O ministro, no início da resposta, faz um elogio, diz que já não vivemos na Idade Média e, sim, a “idade média”, o que significa que significa que a “imprensa ultrapassa sua dimensão informativa para incorporar a analítica, a investigativa e a denunciativa, no que tem o respaldo da Constituição” (DE FREITAS, 03 de set. 2007). Mas ele também criticou a atuação dos jornalistas:

A crítica que não posso deixar de fazer se restringe ao episódio da intranet, da comunicação entre o ministro Lewandowski e seu gabinete e entre ele e a ministra Cármen. Acho que aí houve um abuso do direito de informar. A imprensa acha pouco a transparência com que se dá toda sessão do STF? Tudo ao vivo, televisionado, todo mundo com celulares, câmeras fotográficas, seus gravadores, filmadoras, com transparência total. A imprensa está achando pouco e ainda se impõe a devassar a intimidade das nossas comunicações? (DE FREITAS, 03 de set. 2007)

Apesar das críticas recebidas, alguns jornalistas se dizem orgulhosos do trabalho da imprensa na cobertura do julgamento do “mensalão” e que fariam tudo novamente, com relata o Jornalista 4:

esse caso pra mim é um dos casos mais importantes da minha vida e ele me custou, sei lá, um ano de caras fechadas e clima não muito bom. Mas eu acho que o que fica desse caso é que a relevância pública que uma informação tem que ter acima de qualquer coisa. [...] Faria tudo de novo. [...] Esse caso criou uma jurisprudência no jornalismo recente que é “a

privacidade acaba quando começa o interesse público”. (JORNALISTA 4, 11 de Nov. 2008).

As entrevistas com os jornalistas que participaram da cobertura apontaram para a confirmação do que vinha sendo publicado pelos dois jornais já nos primeiros dias de cobertura: o julgamento da denúncia do “mensalão” no STF foi um julgamento importante tanto para a Justiça brasileira, como para a imprensa.

### **(Em) Conclusão**

O que surgiu de um interesse pessoal, ainda dos tempos da graduação em jornalismo, de estudar como o jornalismo cobria o judiciário acabou se tornando uma oportunidade de reflexão, no campo acadêmico, desse assunto ainda pouco explorado. O julgamento do “mensalão” acabou por acontecer em meio a essa inquietação e foi escolhido como objeto de estudo. E não poderia ter sido melhor. Durante a leitura, releitura e reflexão sobre as notícias e os comentários dos jornalistas sobre o julgamento do “mensalão”, pudemos perceber o quanto ainda é difícil para muitos jornalistas cobrirem o Judiciário. E o quanto é difícil para muitos ministros lidarem com a imprensa.

A importância do campo do jornalismo na cobertura política no Congresso Nacional e no Poder Executivo recebe, a cada momento, discussões aprofundadas e estudos críticos que nos fornecem ferramentas para compreender melhor a interação entre os campos. Nosso objetivo com esse trabalho foi mapear, através da observação de um objeto, as características da interação entre o campo do jornalismo e o Poder Judiciário, ainda tão pouco conhecida do grande público.

Um dos aspectos que consideramos centrais na nossa pesquisa foi observação de indícios de dificuldades que os jornalistas que cobrem o Judiciário disseram ter: desde o simples acesso às informações e às fontes, até a compreensão dos textos, sentenças e julgamentos. Mas um questionamento que alguns jornalistas fizeram é se o problema está na conhecida complexidade do Judiciário ou se é a falta de preparo dos jornalistas. No nosso entender, a experiência de uma cobertura intensa como foi a desse julgamento pode dar elementos importantes para essa reflexão. Uma aproximação mais direta entre os magistrados e a sociedade e a melhor qualificação dos jornalistas que cobrem esse setor são aspectos que precisam ser repensados.

A criação de mecanismos de comunicação com a sociedade, como a TV Justiça e a Rádio Justiça, são instrumentos valiosos para a diminuição desse abismo entre os dois campos. Mas ainda não estão ao alcance do grande público. Por isso, cresce ainda mais a importância das coberturas da mídia.

Como observamos na análise, as matérias sobre o julgamento do “mensalão” reverberaram alguns hábitos antigos como a classificação do Judiciário como o mais distante dos poderes, o mais isolado e o mais obscuro. Isso foi muito comum no início da cobertura, nos primeiros textos, quando tudo ainda era incerteza.

Ao longo dos dias, entretanto, aspectos não muito conhecidos, apesar de não serem tão novos assim para quem circula no Judiciário, foram publicados para que o grande público pudesse conhecer mais a Justiça brasileira. Alguns textos sobre os perfis dos ministros, por exemplo, fugiram do tom sério e retrataram os juízes como seres políticos, preocupados com o cidadão e cientes do poder da comunicação.

Textos que também contribuíram para a construção de uma imagem mais real e menos reificada da Justiça foram os que abordaram curiosidades do Julgamento: as manias e os interesses de cada ministro, os detalhes do modo de trabalhar e dinâmica dos julgamentos, com as etiquetas e códigos de conduta.

O que também tomou bastante espaço na cobertura foi a tentativa de se definir a posição do Supremo Tribunal Federal em relação à política. A grande expectativa era se o STF confirmaria o que para alguns era um antigo costume de proteção dos poderosos ou se surpreenderia e faria um julgamento “historio” e “sem precedentes”. A pressão do público (e da mídia) acabou por se fazer notar, como disseram os próprios ministros.

A atuação da mídia não agradou a todos e assustou os ministros. Os episódios da publicação das mensagens pelo Globo e a da publicação da conversa telefônica do ministro Ricardo Lewandowski pela Folha causaram espanto e até indignação em alguns; e votos de aplausos em outros. O fato é que o STF foi exposto de maneira inédita. A busca pelo furo, que foi o grande motivo, junto com o dever de informar, que motivou essas duas publicações pelos jornais, prevaleceu.

O julgamento do “mensalão” não significou a condenação dos 40 réus. Significou, apenas, que os ministros do STF concordam que há indícios para um processo. A cobertura do julgamento não significou um quebra de paradigma em si, mas significou o primeiro passo para a reflexão sobre a prática jornalística que deve ser diferente daquela das coberturas políticas. Declarações de ministros do Supremo têm peso diferente das de um senador ou deputado. Acusações contra a independência de um juiz e da sua vulnerabilidade significam mais do que trocas de favores políticos.

Tratar o mundo político e o mundo jurídico como iguais é anular qualquer possibilidade de confiança no Poder Judiciário, que foi criado para proteger os direitos dos cidadãos. Por isso, uma nova maneira de fazer jornalismo deve, sempre, continuar a ser reinventada para coberturas do Judiciário, respeitando alguns princípios básicos, como os elencados por Leclerc e Théolleyre: o da presunção da inocência, o da liberdade de informação, o da necessidade de um julgamento equitativo. E são princípios que devem ser respeitados não só pela imprensa, mas, também, pelo Judiciário.



Adequar a maneira de cobrir temas relacionados ao Judiciário, entretanto, não quer dizer acreditar no mito de que a Justiça é, de fato, cega, e que esse Poder não tem seus problemas. O jornalismo precisa, sempre, continuar perseguindo indícios de irregularidades, mas sabendo que sempre há conseqüências.

Dois anos se passaram desde o julgamento da denúncia do “mensalão” no Supremo até a redação desta pesquisa e o processo penal ainda tramita na Justiça. O procurador-geral Antonio Fernando de Souza, responsável pelo “mensalão”, deixou o cargo em junho de 2009, sendo substituído por Roberto Gurgel. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordou em testemunhar por escrito no julgamento contra o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu, acusado de formação de quadrilha e corrupção. Dos 40 denunciados, 39 continuam respondendo como réus. O ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira fez um acordo e foi excluído da ação em troca do cumprimento de pena alternativa. O ministro Menezes Direito tomou posse e a ministra Ellen Gracie deixou o Tribunal.

Ao final desta caminhada, percebemos como fundamental o contínuo estudo das relações entre o Jornalismo e o espaço público para que possamos compreender a como se dá a interação desses dois campos e que resultados chegam até a sociedade.

## Referências

### Bibliográficas

ALMEIDA, Geraldo José de. As Representações Sociais, o Imaginário e a Construção Social da Realidade.. In: SANTOS, Maria de Fátima Souza (org.). **Diálogos com a teoria da Representação Social**. Recife: Ed. Universitaria UFPE, 2005.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós. 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge. (orgs.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

BAUER, Gaskell. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

BEAL, Flávio. **Morosidade da Justiça = Impunidade + Injustiça**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

BERELSON, B. **Content Analysis**. In: Communication Research, Nova York: The Free Press, 1952.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRANDEIS, Louis; WARREN, Samuel. **The right to privacy**. Harvard Law Review 193, 1890.

BREEN, Gerald-Mark; MATUSITZ, Jonathan. **Inoculation Theory: A Theoretical and Practical Framework for Conferring Resistance to Pack Journalism Tendencies**. Global Media Journal, Vol. 8, Issue 14, 2009.

CALDAS, Pedro Frederico. **Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CAPALDI, Nicholas. **Da Liberdade de expressão**: uma antologia de Stuart Mill a Marcuse. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

CHAUÍ, Marilena. **BRASIL: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Horizonte, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix; Tradução de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992

DOTTI, René Ariel. **Proteção da vida privada e liberdade de informação**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1980.

DUVEEN, Gerard; GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo. 2001.

FARR, Robert M.. Representações Sociais: a teoria e sua história. IN: DUVEEN, Gerard; GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 2007. Disponível em <[www.fenaj.org.br](http://www.fenaj.org.br)>. Acesso em junho de 2008.

FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. **O Poder Judiciário no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

GALTUNG, Johan e RUGE, Mari Holmboe. A Estrutura do Noticiário Estrangeiro: A Apresentação das Crises do Congo, Cuba e Chipre em Quatro Jornais Estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

GANS, Hebert J. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Times**. New Work: Vintage Books Edition, 1980

GARCIA, Luiz. **Manual de Redação e estilo**. 29ª Ed.. São Paulo: Globo, 2005.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo**. México: Paidós, 1991.

GUARESCHI, Pedrinho A., JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço público e Representações sociais. In: **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KARAM, Francisco José. **A ética Jornalística e o Interesse Público**. São Paulo: Summus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

LECLERC, Henri; THÉOLLEYRE, Jean-Marc. **As mídias e a Justiça**: liberdade de imprensa e respeito ao direito. Bauru, SP: Edusc, 2007.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MACCALOZ, Salete Maria. **Poder Judiciário, os Meios de Comunicação e a Opinião pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

MANUAL da redação: **Folha de S. Paulo**. 11. ed. São Paulo: Publifolha, 2004.

MORETZSONH, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

\_\_\_\_\_. **Social Representations**: Explorations in Social Psychology. Cambridge: Polity Press, 2000.

\_\_\_\_\_. **Psychoanalysis**: Its image and its public. Cambridge: Polity, 2008.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência**. 2v. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

OLIVEIRA, Fátima O. de; WERBA, Graziela C. **Representações Sociais**. In: Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1987.

PAVARINO, Rosana Nantes. **Relevância da teoria das representações sociais para as pesquisas em comunicação de massa(a)**. Brasília, 2003. 111 f. Tese(m)-unb/fac..

PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª Ed.. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, Natureza e Funções do Discurso Midiático. In: PORTO, Sergio Dayrell. **O jornal: Da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002.

RODRIGUEZ, Victor Gabriel, **Autodeterminação de informação e direito ao anonimato**. Observatório da imprensa, 2006. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=391IPB002>>. Acesso em outubro 2008.

ROUQUETTE, Michel-Louis. **Social Representations and mass communication research**. Journal for the theory of social behavior. Vol. 26(2), p. 221-231, 1996. Disponível em: <[www.euophd.psi.uniroma1.it](http://www.euophd.psi.uniroma1.it)> Acesso em Junho de 2009.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado da teoria. In: Spink, Mary Jane (org). **O Conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro:Ed. UERJ, 1998.

SANTANA, Adriana; VIZEU, Alfredo. **Jornalismo: do lugar de referência ao rigor do método**. In: XVIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2009, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Compós, 2009. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1130.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1130.pdf). Acesso em 27 de junho de 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. Cortez, 2007.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia**. São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. **O velho tempo da Justiça**. Caderno da Cidadania, Observatório da Imprensa. Publicado em 3/07/2007. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=440CID001>>. Acesso em novembro 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo/RGS: Editora Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. v.1. Florianópolis: Insular. 2005a.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** v.2. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. **Making News.** Nova York: The Free Press, 1980.

\_\_\_\_\_. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega Editora, 1999.

UNESCO. **Media professionals from around the world adopt Medellin Declaration of safety of journalists and combating impunity.**

Disponível em <portal.unesco.org/en/ev.php-URL\_ID=37699&URL\_DO=DO\_TOPIC&URL\_SECTION=201.html> . Acesso em 19 de novembro de 2008.

VASCONCELOS, Frederico. **Juízes no banco dos réus.** São Paulo: Publifolha, 2005.

VIZEU, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica.** 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Sergipe, 2007.

\_\_\_\_\_. (org.). **A sociedade do telejornalismo.** Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

WAGNER, Wolfgang; Duveen, Gerard; FARR, Robert; JOVCHELOVITCH, Sandra; LORENZI-CIOLDI, Fabio; MARKOVÁ, Ivana; ROSE, Diana. **Theory and method of social representations.** Asian Journal of Social Psychology. Vol. 2: 95-125, 1999.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega Editora, 1999.

WOLF, Mauro. **Los efectos sociales de los media.** Barcelona: Paidós, 1994.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Comunicação de Massa.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder judiciário: crise, acertos e desacertos.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. Tradução de Juarez Tavares.

## Documentos Oficiais

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** 31 de dezembro de 2004a.

BRASIL. **Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano.** 2004b.

BRASIL. Procuradoria Geral da República. **Denúncia do Inquérito 2245**. 30 de março de 2006. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/mensalao/\\_pdf/mensalao.pdf](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/mensalao/_pdf/mensalao.pdf)> Acesso em julho de 2009.

### **Entrevistas**

JORNALISTA 1. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, em Brasília, em 07 de novembro de 2008.

JORNALISTA 2. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, em Brasília, em 07 de novembro de 2008.

JORNALISTA 3. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, em Brasília, em 07 de novembro de 2008.

JORNALISTA 4. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, em Brasília, em 11 de novembro de 2008.

JORNALISTA 5. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, em Brasília, em 11 de novembro de 2008.

JORNALISTA 6. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, em Brasília, em 10 de novembro de 2008.

JORNALISTA 7. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, em Brasília, em 10 de novembro de 2008.

JORNALISTA 8. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, em Brasília, em 02 de dezembro de 2008.

JORNALISTA 9. Depoimento. Entrevista concedida a Ericka de Sá Galindo, por e-mail, em 18 de novembro de 2008.

### **Jornais e Revistas**

ALENCAR, Kennedy. Lula vai convidar Carlos Alberto Direito para o STF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo 27 de agosto de 2007. Brasil.

\_\_\_\_\_. Ministro prevê processo até 2010, e Planalto arma. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 de agosto de 2007. Brasil.

ARGUMENTO que salvou Collor virou arma de acusação contra denunciados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2007. O País.

BARBOSA, Aduari Antunes. Dirceu diz que decisão do STF está sob suspeição. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2007. O País.

BOMIG, José Alberto. Decisão está sob "suspeição", diz Dirceu. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 de agosto de 2007. Brasil.

BRAGON, Ranier; SALOMON, Marta; DE FREITAS, Silvana. João Paulo, Valério e mais 17 serão processados pelo STF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de agosto de 2007. Brasil.

BRÍGIDO, Carolina. Para evitar prescrição, STF tem que ser rápido. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Lula nomeou 41% das Cortes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2007. O País.

BRÍGIDO, Carolina; FRANCO, Bernardo Mello. Ministros mudam de idéia e aceitam denúncia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Ex-procurador sugere força-tarefa para acelerar processo do mensalão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2007. O País.

BRÍGIDO, Carolina; FRANCO, Bernardo Mello; WEBER, Demétrio. Procurador-geral diz que trabalhará agora para levantar mais provas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2007. O País.

BRÍGIDO, Carolina; GODOY, Fernanda; LEALI, Francisco; FADUL, Sérgio. 'Aos que apostam na impunidade: isso acabou'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 setembro de 2007.

CARVALHO, Jailton. Lula já espera aceitação da denúncia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de ago. de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Formalistas, conteudistas e independentes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2007. O País.

CRUZ, Waldo. Primeira-dama é amiga da mãe de Lewandowski. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 de agosto de 2007. Brasil.

DE FREITAS, Silvana. Relator è fiel à linha de atuação da procuradoria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de ago. de 2007. Brasil.

\_\_\_\_\_. Pressão social por ética influenciou decisão do STF sobre mensalão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 de setembro de 2007.

DE FREITAS, Silvana; ALENCAR, Kennedy. STF decide se "quadrilha" do mensalão vai a julgamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 de ago. de 2007. Brasil.

DE FREITAS, Silvana; BRAGON, Ranier. Mensalão envolveu governo e verba pública, diz procurador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 de agosto de 2007. Brasil.



\_\_\_\_\_. Barbosa e Peluso fazem ataques mais duros. **Folha de S. Paulo**, 29 de agosto de 2007. Brasil.

DE FREITAS, Silvana; SALIGMAN, Felipe. STF define regras para evitar “incidentes” em julgamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 de ago. 2007. Brasil.

DE GOIS, Chico. Lula Elogia atuação do Supremo e diz que denúncia não atinge governo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2007. O País.

ELLEN Gracie rebate críticas de ineficiência e lentidão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2009. O País.

EROS GRAU diz atuar de forma independente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de agosto de 2007. Brasil.

FRANCO, Bernardo Mello. Pertence pede aposentadoria do Supremo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 ago. 2007a. O País.

\_\_\_\_\_. ‘Denúncia do mensalão está bem fundamentada’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de ago. de 2007b. O País.

\_\_\_\_\_. Acusados começam a ser julgados no STF amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de ago. de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. “Ministro de pavio curto”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. ‘Exercício da política não pode prescindir da ética’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Cenas por trás das cortinas do maior julgamento da história do Supremo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2007. O País.

FRANCO, Bernardo Mello; BRÍGIDO, Carolina. Chega a vez do núcleo político. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Procurador: eles agiam no ‘submundo do crime’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Advogado de Dirceu: crimes são inexistentes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Eros Grau diz que está magoado e pensa em processar colega de STF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2007. O País.

FRANCO, Bernardo M.; BRÍGIDO, Carolina; GRIPP, Alan. Nas mãos do STF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de ago. de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Banco Rural no banco dos réus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. 'Não cometi nenhum crime'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2007. O País.

FRANCO, Bernardo M.; BRÍGIDO, Carolina; WEBER, Demétrio. Surgem os primeiros réus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Dirceu vira réu por unanimidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. Uma 'organização criminosa' de 40 réus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de ago. de 2007. O País.

\_\_\_\_\_. A maior clientela do STF situa-se no Congresso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2007. O País.

GODOY, Fernanda. Poderes distantes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2007. O País.

GOVERNO espera justiça sem paixão, diz Dilma. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 ago. 2007. Brasil.

GRIPP, Alan; FRANCO, Bernardo Mello; BRÍGIDO, Carolina. Divulgação de e-mails constrange ministros. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de ago. 2007. O País.

GRIPP, Alan; STUCKERT FILHO, Roberto; LEALI, Francisco. Voto combinado na rede. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de ago. 2007. O País.

JOBIM AFIRMA que a publicação de diálogo é "anticonstitucional". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 de ago. 2007. Brasil.

JUNIOR, Policarpo; FRANÇA, Ronaldo. Mesada de 400 000 reais para o PTB. **Veja**. São Paulo, 25 de maio de 2005. Disponível em: < [http://veja.abril.com.br/250505/p\\_040.html](http://veja.abril.com.br/250505/p_040.html)>. Acesso em julho de 2009.

LO PRETE, Renata. Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT. Brasil. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 6 de junho de 2005a.

\_\_\_\_\_. Brasil. Contei a Lula do "mensalão", diz deputado. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 6 de junho de 2005b.

MAGALHÃES, Mário. Um erro histórico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 28 de agosto de 2007. Ombudsman.

MAGALHÃES, Vera. Tendência era amaciar para Dirceu', diz ministro do STF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 de agosto de 2007. Brasil.

MAGALHÃES, Vera; DE FREITAS, Silvana. Pressão não mudou voto, diz Lewandowski. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 de ago. 2007. Brasil.

MATAIS, Andreza; BRAGON, Ranier. Ministros do STF negam ter votado com ‘faca no pescoço’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 de agosto de 2007. Brasil.

\_\_\_\_\_. Processo a ministro do STF será inédito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 de setembro de 2007. Brasil.

MENEZES, Maia; FREIRE, Flávio. Divulgação de diálogos é alvo de controvérsia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de ago. 2007. O País.

MENEZES, Maia; AGGEGE, Soraya. ‘É um marco na história da Justiça do Brasil’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2007.

MICHAEL, Andréa. Para o relator, sessão de amanhã será a mais difícil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 de agosto de 2007. Brasil.

OTÁVIO, Chico. Amiga convenceu Pertence a sair mais cedo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de ago. de 2007. O País.

OUTRO patamar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2007. Opinião.

PLANALTO SEGURA substituto de Pertence. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de ago. 2007. Brasil.

PARA RELAXAR, música e encosto ortopédico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2007. O País.

PASSO importante para a redução da impunidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2007. O País.

SALOMON, Marta. Supremo vai autorizar juízes a ouvirem réus e testemunhas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de agosto de 2007. Brasil.

SOUZA, Isonilda. Jobim: ‘Intromissão anticonstitucional’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de ago. 2007. O País.

STF AUTORIZA o acesso a dados sigilosos dos 40 denunciados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de ago. de 2007. Brasil.

STF DECIDE abrir ações contra os 40 acusados em escândalo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de agosto de 2007. Brasil.

TODOS processados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de agosto de 2007. Editorial.

TROCA DE MENSAGENS gera mal-estar no STF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 de ago. 2007. Brasil.

VALORES da Justiça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2007. Opinião.

VASCONCELOS, Frederico. Em nota, STF afirma que tentativa de antecipar voto dos ministros é especulação gratuita. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de agosto de 2007. Brasil.

\_\_\_\_\_, Frederico. O jurídicuês dificulta saber do que se trata. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 de agosto de 2007. Brasil.

\_\_\_\_\_. Diálogos expõem influência de Executivo e Legislativo no STF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de agosto de 2007. Brasil.

\_\_\_\_\_. Atuação do STF e da mídia divide opiniões. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de setembro de 2007. Brasil.

WEBER, Demétrio. Entidades divergem sobre troca de mensagens. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de ago. 2007. O País.

## Pesquisas

ASSOCIAÇÃO dos magistrados Brasileiros. **A Imagem das Instituições Públicas Brasileiras**. Brasília, setembro de 2007. Disponível em <[http://www.amb.com.br/docs/pesquisa/imagem\\_instituicoes.pdf](http://www.amb.com.br/docs/pesquisa/imagem_instituicoes.pdf)> . Acesso em junho de 2009.

\_\_\_\_\_. **Barômetro AMB de Confiança nas Instituições Brasileiras**. Brasília: Junho de 2008. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/portal/docs/pesquisa/barometro.pdf>> . Acesso em junho de 2009.

## DVD

INVASÃO de privacidade e investigação. **Observatório da Imprensa**. TV Brasil, Núcleo de programas especiais, Diretoria de Jornalismo. São Paulo. 11 de setembro de 2007. DVD (50 min.)

## Sites Especiais

FOLHA online. **Crise em Brasília**. Disponível em <[ww1.folha.uol.com.br/folha/especial/2005/criseembrasil](http://ww1.folha.uol.com.br/folha/especial/2005/criseembrasil)>. Acesso em julho de 2009.

GLOBO, O. **Escândalos**: A crise política de um jeito interativo e bem-humorado como você ainda não viu. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/escandalos/>> . Acesso em julho de 2009.

VEJA. **O julgamento do Mensalão**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/mensalao/index.html>>. Acesso em julho de 2009.

## Anexos

### **Anexo A – Entrevista de Roberto Jefferson à Folha de S. Paulo, em 06 de junho de 2005. EXCLUSIVO**

**Jefferson afirma que foi "informando a todos do governo" sobre a mesada a deputados paga por Delúbio e que Lula chorou ao saber do caso**

**Contei a Lula do "mensalão", diz deputado**

DO PAINEL

Em sua entrevista à Folha, Roberto Jefferson afirma que levou a questão do "mensalão" a vários ministros do governo Lula e ao próprio presidente. Ele acredita que a prática só foi interrompida após Lula ser informado por ele, o que teria acontecido em duas conversas no princípio deste ano.

**(RENATA LO PRETE) ★**

*Folha - Na tribuna da Câmara, o sr. disse ter sido procurado por pessoas que lhe pediam para resolver pendências nos Correios, que teria se recusado a traficar influência e que interesses contrariados estariam na origem da denúncia da revista "Veja". Por que o sr. não denunciou essas pessoas?*

*Roberto Jefferson - Não se faz isso. Se você for denunciar todo lobista que se aproxima de você, vai viver denunciando lobista.*

*Folha - O consultor Arlindo Molina, uma das pessoas que o procuraram para tratar dos Correios, afirma que, ao contrário do que o sr. disse no pronunciamento, o conhece há anos. Essa versão procede?*

*Jefferson - A entrevista dele está completamente equivocada, até nas datas. Eu o conheci em março de 2005. Não é verdade que nos conhecíamos antes disso.*

*Folha - O sr. fala em guerra comercial. Mas não está em curso nos Correios, também, uma guerra por espaço entre os partidos?*

*Jefferson - Não. Mas eu entendo o Fernando Bezerra [senador pelo PTB e líder do governo no Congresso] porque, na primeira matéria da "Veja", está dito que ele indicou o Ezequiel Ferreira para a diretoria de Tecnologia dos Correios. Mas o Ezequiel nunca assumiu. Por que não mostraram quem está no cargo, se 60% daquela fita [a que registra a cobrança de propina] se refere às operações da diretoria de Tecnologia? Esconderam o atual, indicado pelo Silvio Pereira [secretário-geral do PT]. O Policarpo [Júnior, repórter de "Veja"] protegeu o PT.*

*Folha - Na contramão do que declarou à PF, o ex-presidente do IRB Lídio Duarte diz em gravação [divulgada pela "Veja"] que, enquanto esteve no cargo, foi pressionado a destinar mesada de R\$ 400 mil ao PTB. O que o sr. tem a dizer?*

*Jefferson - É algo que ele terá de esclarecer à PF. Eu tenho dele uma carta em que ele nega ter dado a entrevista. Em carta à "Veja", disse que não disse. Na PF, sob juramento, disse que não disse. Quem tem de decidir é a Justiça.*

Conheci o doutor Lídio no princípio de 2003, na casa do José Carlos Martinez [presidente do PTB morto em outubro daquele ano em acidente aéreo]. Sabendo que o PTB indicaria o presidente do IRB, ele veio para se apresentar. Tive excelente impressão. Depois da morte do Martinez ele se distanciou completamente do PTB. Por volta de agosto de 2004, eu o chamei ao meu escritório no Rio e disse: quero que você me ajude, procurando essas empresas que trabalham com o IRB, para fazerem doações ao partido nesta eleição, porque estamos em situação muito difícil. Ele ficou de tentar. Em setembro, ele voltou a mim e disse: deputado, não consegui que as doações sejam "por dentro", com recibo; querem dar por fora, e isso eu não quero fazer. Eu falei: então não faça.

Na conversa, o Lídio avisou que estava perto de se aposentar. Eu então avisei que iniciaria um processo para substituí-lo. Levei aos ministros José Dirceu [Casa Civil] e Antonio Palocci [Fazenda] o nome do doutor Murilo Barbosa Lima, diretor técnico do IRB. O nome ficou meses em aberto. A imprensa começou a dizer que havia dossiê contra ele. E o doutor Lídio, que dissera que iria se aposentar, se agarra com o doutor Luiz Eduardo de Lucena, que é o diretor comercial indicado pelo José Janene [líder do PP na Câmara], para ficar na presidência.

Aí se instala uma queda-de-braço entre o PTB e o PP. O Palocci conversa comigo e diz o seguinte: Roberto, vamos fazer uma saída por cima. Nós temos o diretor administrativo, um homem de altíssimo gabarito, o Appolonio Neto, sobrinho do Delfim Netto, fez um dos melhores trabalhos de modernização do IRB. A gente passa o Appolonio como sendo do PTB, e ele sendo sobrinho do Delfim, que é do PP, e a gente resolve a situação. Eu falei: não sou problema, está dada a solução. O doutor Appolonio foi uma indicação salomônica do ministro Palocci.

**Folha - O sr. considera correta, legítima, essa forma de partilha dos cargos do governo?**

**Jefferson -** Você entrega aos administradores dos partidos que compõem o governo a administração do governo. O PT tem participação muito maior que a dos outros partidos da base. Tem 20% da base e 80% dos cargos.

Mesmo o IRB: o PTB tem a presidência, mas todos os cargos abaixo são do PT. A Eletronorte: o presidente, doutor Roberto Salmeron, é um dos melhores quadros do PTB. Mas, de novo, toda estrutura abaixo é do PT. O diretor mais importante, o de Engenharia, é o irmão do ministro Palocci. O doutor Salmeron é uma espécie de rainha da Inglaterra. A ministra [Dilma Rousseff, das Minas e Energia] despacha com o irmão do Palocci. Tudo isso foi construído lá atrás, com o Silvio Pereira, o negociador do governo.

**Folha - Qual é a sua relação com Henrique Brandão, da corretora de seguros Assurê?**

**Jefferson -** Pessoal. Meu amigo fraterno há 30 anos. Era um homem pobre. Por seu mérito, transformou-se no maior corretor privado do Brasil. O Henrique é grande há muito tempo. Está em Furnas há 12, 15 anos.

**Folha - De volta à gravação, o sr. rejeita a afirmação de que Henrique Brandão pedia contribuições em seu nome no IRB?**

**Jefferson -** Nunca foi feito tal pedido. Volto a dizer: a única coisa que houve foi um pedido, feito por mim ao Lídio, de ajuda para o PTB na eleição. E eu compreendi as razões de ele não poder ajudar.

Eu quero contar um episódio. Na véspera de eu fazer meu discurso no plenário da Câmara, havia uma apreensão muito grande dos partidos da base, em especial o PL e o PP, e do próprio governo.

Dez minutos antes de eu sair para falar chega aqui, esbaforido, Pedro Corrêa (PE), presidente do PP: "Bob, cuidado com o que você vai falar. O governo interceptou uma fita de você exigindo do Lídio dinheiro para o PTB". Eu dei um sorriso e disse: "Pedrinho, se era essa a sua preocupação, pode ficar tranquilo, essa conversa nunca existiu. Não sou assim, nem o doutor Lídio é assim". Aí ele rebateu: "Mas pode ter sido seu genro [Marcus Vinícius Ferreira]". Eu falei: "Meu genro é um homem de bem. E eu vejo, Pedrinho, que você não tem convicção de fita nenhuma. Fica calmo que eu não vou contar nada do que eu sei a respeito de "mensalão".

**Folha - E o que o sr. sabe?**

**Jefferson -** Um pouco antes de o Martinez morrer, ele me procurou e disse: "Roberto, o Delúbio [Soares, tesoureiro do PT] está fazendo um esquema de mesada, um "mensalão", para os parlamentares da base. O PP, o PL, e quer que o PTB também receba. R\$ 30 mil para cada deputado. O que você me diz disso?". Eu digo: "Sou contra. Isso é coisa de Câmara de Vereadores de quinta categoria. Vai nos escravizar e vai nos desmoralizar". O Martinez

decidiu não aceitar essa mesada que, segundo ele, o doutor Delúbio já passava ao PP e ao PL. Morto o Martinez, o PTB elege como líder na Câmara o deputado José Múcio (PE). Final de dezembro, início de janeiro, o doutor Delúbio o procura: "O Roberto é um homem difícil. Eu quero falar com você. O PP e o PL têm uma participação, uma mesada, eu queria ver se vocês aceitam isso". O Múcio respondeu que não poderia tomar atitude sem falar com o presidente do partido.

Aí reúnem-se os deputados Bispo Rodrigues (PL-RJ), Valdemar Costa Neto [SP, presidente do PL] e Pedro Henry (PP-MT) para pressionar o Múcio: "Que que é isso? Vocês não vão receber? Que conversa é essa? Vão dar uma de melhores que a gente?". Aí o Múcio voltou a mim. Eu respondi: "Isso desmoraliza. Tenho 22 anos de mandato e nunca vi isso acontecer no Congresso Nacional".

***Folha - O sr. deu ciência dessas conversas ao governo?***

**Jefferson** - No princípio de 2004, liguei para o ministro Walfrido [Mares Guia, Turismo, PTB] e disse que precisava relatar algo grave. Conversamos num vôo para Belo Horizonte. "Walfrido, está havendo essa história de "mensalão"." Contei desde o Martinez até as últimas conversas. "Em hipótese alguma. Eu não terei coragem de olhar nos olhos do presidente Lula. Nós não vamos aceitar."

E eu passei a viver uma brutal pressão. Porque deputados do meu partido sabiam que os deputados do PL e do PP recebiam.

As informações que eu tenho são que o PMDB estava fora. Não teve "mensalão" no PMDB. Fui ao ministro Zé Dirceu, ainda no início de 2004, e contei: "Está havendo essa história de mensalão. Alguns deputados do PTB estão me cobrando. E eu não vou pegar. Não tem jeito". O Zé deu um soco na mesa: "O Delúbio está errado. Isso não pode acontecer. Eu falei para não fazer". Eu pensei: vai acabar. Mas continuou.

Me lembro de uma ocasião em que o Pedro Henry tentou cooptar dois deputados do PTB oferecendo a eles "mensalão", que ele recebia de repasse do doutor Delúbio. E eu pedi ao deputado Iris Simões (PTB-PR) que dissesse a ele: se fizer, eu vou para a tribuna e denuncio. Morreu o assunto.

Lá para junho eu fui ao Ciro Gomes. Falei: "Ciro, vai dar uma zebra neste governo. Tem um "mensalão". Hoje eu sei que são R\$ 3 mi, R\$ 1,5 mi de mensal para o PL e para o PP. Isso vai explodir". O Ciro falou: "Roberto, é muito dinheiro, eu não acredito nisso". Aí fui ao ministro Miro Teixeira, nas Comunicações. Levei comigo os deputados João Lyra (PTB-AL) e José Múcio. Falei: "Conte ao presidente Lula que está havendo o "mensalão"". Nessa época o presidente não nos recebia. Falei isso ao Aldo Rebelo, que então era líder do governo na Câmara.

***Folha - A quem mais no governo o sr. denunciou a situação?***

**Jefferson** - Disse ao ministro Palocci: "Tem isso e é uma bomba". Fui informando a todos do governo a respeito do "mensalão". Me recordo inclusive de que, quando o Miro Teixeira, depois de ser ministro, deixou a liderança do governo na Câmara, ele me chamou e falou: "Roberto, eu vou denunciar o "mensalão". Você me dá estofó?". Eu falei: "Não posso fazer isso. Vamos abortar esse negócio sem jogar o governo no meio da rua. Vamos falar com o presidente Lula que está havendo isso". Me recordo até que o Miro deu uma entrevista ao "Jornal do Brasil" denunciando o "mensalão" e depois voltou atrás.

No princípio deste ano, em duas conversas com o presidente Lula, na presença do ministro Walfrido, do líder Arlindo Chinaglia, do ministro Aldo Rebelo, do ministro José Dirceu, eu disse ao presidente: "Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando "mensalão" aos deputados". "Que "mensalão"?, perguntou o presidente. Aí eu expliquei ao presidente.

***Folha - Qual foi a reação dele?***

**Jefferson** - O presidente Lula chorou. Falou: "Não é possível isso". E chorou. Eu falei: É possível sim, presidente. Estava presente ainda o Gilberto Carvalho [chefe-de-gabinete do presidente].

Toda a pressão que recebi neste governo, como presidente do PTB, por dinheiro, foi em função desse "mensalão", que contaminou a base parlamentar. Tudo o que você está vendo aí nessa queda-de-braço é que o "mensalão" tem que passar para R\$ 50 mil, R\$ 60 mil. Essa paralisia resulta da maldição que é o "mensalão".

**Folha** - *Isso não existia também no governo passado?*

**Jefferson** - Nunca aconteceu. Eu tenho 23 anos de mandato. Nunca antes ouvi dizer que houvesse repasse mensal para deputados federais por parte de membros do partido do governo.

**Folha** - *O que, em sua opinião, levou a essa situação?*

**Jefferson** - É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir o poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. É por isso. Quem é pago não pensa.

**Folha** - *O que fez o presidente Lula diante de seu relato?*

**Jefferson** - Depois disso [da conversa] parou. Tenho certeza de que parou, por isso está essa insatisfação aí [na base parlamentar]. Ele meteu o pé no breque. Eu vi ele muito indignado. Pressão, pressão, pressão, pressão. Dinheiro, dinheiro, dinheiro, dinheiro, todo mundo tem, todo mundo tem. Acho que foi o maior erro que o Delúbio cometeu. E o presidente agora, desde janeiro, quando soube, eu garanto a você [que o "mensalão" foi suspenso]. A insatisfação está brutal porque a mesada acabou. Serenamente eu já tenho o caminho traçado: não me preocupa mais o mandato, não vou brigar por ele. Só não vou sair disso como um canalha, porque não sou.



## Apêndices

### APÊNDICE A – Lista de matérias Folha de S. Paulo

PERÍODO: 14/08/2007 – 03/09/2007

Total: 7 textos

DATA	CADERNO	TÍTULO DA PRINCIPAL (Repórter-Local)
14/08/2007	Brasil	STF autoriza o acesso a dados sigilosos dos 40 denunciados (Silvana de Freitas-DF)
16/08/2007	Brasil, com chamada de capa.	Há mais provas do mensalão, diz procurador (Silvana de Freitas-DF) Chamada de capa:
16/08/2007	Vinculada	Ministro do STF se aposenta antes de julgar o mensalão (Silvana de Freitas)
17/08/2007	Brasil	Falta estrutura ao STF, diz relator do mensalão (Silvana de Freitas-DF)
17/08/2007	Vinculada	Ministro chora em despedida e nega evitar julgamento (Silvana de Freitas)
19/08/2007	Brasil, com chamada de capa	STF decide se "quadrilha" do mensalão vai a julgamento (Silvana de Freitas e Kennedy Alencar-DF) Chamada de Capa: STF decide se acusados do mensalão serão julgados
19/08/2007	Brasil	Denúncia foi açodada e não há provas, dizem acusados (Frederico Vasconcelos – SP)
19/08/2007	Brasil	Relator do mensalão no STF teme estar grampeado (Silvana de Freitas –DF)
21/08/2007	Brasil, com chamada de capa	Indícios são "suficientes", reitera procurador-geral (Frederico Vasconcelos – SP) Chamada de capa: Procuradores acusam 3 de desvios no mensalão
21/08/2007	Vinculada 2	Relator é fiel à linha de atuação da Procuradoria
21/08/2007	Brasil	Só julgamento põe fim ao caso, diz FHC (reportagem local e agência Folha em Curitiba)
21/08/2007	Vinculada	STF não absolve sem julgar, diz Serraglio (Ranier Bragon)
21/08/2007	Brasil	"Viram que não somos a Brastemp que imaginavam", diz Wagner (Maria Luiza Rabello – DF)
22/08/2007	Editorial	A obrigação de julgar
22/08/2007	Brasil, Manchete.	STF define regras para evitar "incidentes" em julgamento (Silvana de Freitas e Felipe Seligman –DF) Manchete: STF começa julgamento do mensalão..
22/08/2007	Brasil	Em 2006, STF negou prisão de mensaleiros (Silvana de Freitas – DF)
22/08/2007	Vinculada	CÂMARA: OPOSIÇÃO OBSTRUI VOTAÇÕES DEVIDO À ANÁLISE DO CASO NO SUPREMO
22/08/2007	Vinculada 2	Primeiro juiz do caso diz que "há muita prova" (Frederico Vasconcelos)

23/08/2007	Brasil, manchete	Mensalão envolveu governo e verba pública, diz procurador (Silvana de Freitas e Ranier Bragon – DF) Manchete: Mensalão usou dinheiro público, diz procurador.
23/08/2007	Brasil	Governo espera justiça sem paixão, diz Dilma (da sucursal de Brasília)
23/08/2007	Vinculada	O juridiquês dificulta saber do que se trata (Frederico Vasconcelos)
24/08/2007	Brasil, manchete	Relator do mensalão aceita processar dirigentes de banco (Ranier Bragon e Silvana de Freitas – DF) Manchete: Relator acata 1ª denúncia do mensalão.
24/08/2007	Brasil	STF rejeita dúvida de advogados sobre provas (da Sucursal de Brasília e da Redação)
24/08/2007	Brasil	Troca de mensagens gera mal-estar no STF (da Sucursal de Brasília e da Redação)
24/08/2007	Brasil	Jobim afirma que a publicação de diálogo é "anticonstitucional" (da Sucursal de Brasília)
24/08/2007	Vinculada	Troca de informações pode ser imprudente, mas não influenciará voto, diz ex-ministro
24/08/2007	Brasil	OAB vê cultura do "Big Brother"; advogados defendem publicação (FREDERICO VASCONCELOS e LILIAN CHRISTOFOLETTI - DF)
25/08/2007	Brasil	Colóquio na corte (Editorial)
25/08/2007	Brasil, manchete	João Paulo, Valério e mais 17 serão processados pelo STF (RANIER BRAGON, MARTA SALOMON e SILVANA DE FREITAS – DF) Manchete: Gushiken e Valério viram réus;Dirceu escapa de uma acusação.
25/08/2007	Brasil	Gushiken vira réu na votação mais acirrada (Sucursal de Brasília)
25/08/2007	Vinculada 3	Diálogos expõem influência de Legislativo e Executivo no STF
25/08/2007	Brasil	STF não aceita 1ª denúncia contra Dirceu (sucursal de Brasília)
25/08/2007	Vinculada	PROCESSOS: MAIORIA DAS DECISÕES NÃO É TOMADA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO
25/08/2007	Brasil, com chamada de capa	Planalto segura substituto de Pertence (Sucursal de Brasília) Chamada: Lula recua de indicação para vaga de Pertence no Supremo.
25/08/2007	Vinculada	Eros Grau diz atuar de forma independente
25/08/2007	Vinculada 2	Cotado ao STF fez carreira na política (LILIAN CHRISTOFOLETTI – SP)
26/08/2007	Brasil, com chamada	Para o relator, sessão de amanhã será a mais difícil (Andréa Michael) Chamada: Julgamento tem dia mais difícil amanhã
27/08/2007	Vinculada, com chamada	STF analisa ação contra núcleo do mensalão Chamada: Supremo analisa suposta formação de quadrilha no caso do mensalão.
27/08/2007	Brasil,	Lula vai convidar Carlos Alberto Direito para o STF (Kennedy

	chamada	Alencar – DF) Chamada: Lula confirmará nome de conservador para o STF
27/08/2007	Vinculada	Ligado à igreja, ministro deve julgar aborto (Silvana de Freitas)
28/08/2007	Brasil, manchete	Dirceu e ex-cúpula do PT viram réus por corrupção Manchete: Dirceu, Genoíno e Delúbio viram réus do mensalão.
28/08/2007	Vinculada	Esquema tinha apoio político, dizem ministros (Silvana de Freitas e Ranier Bragon – DF)
28/08/2007	Brasil	Aliados responderão a quatro ações penais (Sucursal de Brasília)
28/08/2007	Vinculada 3	DECISÃO DO SUPREMO PODE AFETAR CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO
28/08/2007	Brasil	Advogado de Dirceu se diz surpreendido (Sucursal de Brasília e agência folha em Londrina)
28/08/2007	Vinculada	DENÚNCIA ADIA SABATINA DE EX-MINISTRO
28/08/2007	Brasil	Defesa vê exagero e desqualifica processos (sucursal de Brasília e agência folha em Londrina)
28/08/2007	Vinculada	STF viu indícios de crime, dizem especialistas
28/08/2007	Brasil	Presidente diz a Jobim que vai indicar Direito para vaga no STF (sucursal de Brasília)
28/08/2007	Brasil	Ministro prevê processo até 2010, e Planalto arma defesa (Kennedy Alencar – DF)
29/08/2007	Editorial	Todos processados (Editorial)
29/08/2007	Brasil, manchete	STF decide abrir ações contra os 40 acusados em escândalo Manchete: Mensalão tem 40 réus; Dirceu foi comandante supremo, diz relator.
29/08/2007	Brasil	"Dirceu era comandante da trama", diz ministro do STF (SILVANA DE FREITAS, RANIER BRAGON e MARTA SALOMON)
29/08/2007	Brasil	"Eu fui cassado sem provas e sou réu sem provas", diz Dirceu (sucursal de Brasília)
29/08/2007	Vinculada	Jefferson elogia Supremo e critica procurador-geral
29/08/2007	Brasil	Barbosa e Peluso fazem ataques mais duros (SILVANA DE FREITAS e RANIER BRAGON – DF)
29/08/2007	Brasil	Barbosa e Peluso fazem ataques mais duros
29/08/2007	Vinculada	Supremo vai autorizar juízes a ouvirem réus e testemunhas
29/08/2007	Brasil, com chamada	Lula confirma Direito para o STF; sabatina acontece hoje (Letícia Sander – DF, e Vera Magalhães do painel) Chamada: Lula oficializa indicação de Direito par vaga no STF
29/08/2007	Vinculada	Indicação de Lula recebe elogios de arcebispo e críticas de ativistas
30/08/2007	Editorial	A fase das provas - STF se dispõe a acelerar o processo do mensalão; cabe à Procuradoria Geral reforçar as evidências com vistas à condenação
30/08/2007	Brasil, manchete	"Tendência era amaciar para Dirceu", diz ministro do STF (Vera Magalhães – do Painel, DF)

		Manchete: Supremo votou com a faca no pescoço, afirma Lewandowski
30/08/2007	Vinculada	Primeira-dama é amiga da mãe de Lewandowski (Vera)
30/08/2007	Brasil, com chamada	Após elogios, Senado aprova indicação de Direito ao STF (RANIER BRAGON – DF) Chamada: Senado aprova indicação de Direito a posto vago do STF
31/08/2007	Brasil, manchete	Ministros do STF negam ter votado com "faca no pescoço" (ANDREZA MATAIS e RANIER BRAGON – DF) Manchete: Ministros do Supremo negam pressão
31/08/2007	Vinculada	Defesa descarta pedir a anulação de decisão
31/08/2007	Brasil	Pressão não mudou voto, diz Lewandowski (VERA MAGALHÃES, do PAINEL, e SILVANA DE FREITAS – DF)
31/08/2007	Brasil	Decisão está sob "suspeição", diz Dirceu (JOSÉ ALBERTO BOMBIG – SP)
01/09/2008	Editorial	Recreio na sabatina
01/09/2008	Brasil	Processo a ministro do STF será inédito (ANDREZA MATAIS – SP)
02/09/2007	Brasil	Atuação do STF e da mídia divide opiniões (FREDERICO VASCONCELOS – SP)
02/09/2008	Vinculada	Clamor não cria parcialidade, dizem juristas
03/09/2007	Brasil	Pressão social por ética influenciou decisão do STF sobre mensalão (SILVANA DE FREITAS – DF)

## APNDICE B – Lista de matérias O Globo

De 3 de agosto a 2 de setembro de 2007

Total: 68 textos

<b>Data</b>	<b>Editória</b>	<b>Título matéria principal</b>
03/08/2007	Vinculada	Mensalão: STF decide no dia 22 (Da redação)
10/08/2007	O País	STF nega a editora acesso a inquérito do mensalão (da redação)
16/08/2007	O País	Pertence pede aposentadoria do Supremo (Bernardo Mello Franco – DF)
16/08/2007	O País	‘Denúncia do mensalão está bem fundamentada’ (Bernardo Mello Franco – DF)
17/08/2007	O País	Relator do mensalão diz já ter convicção (Bernardo Mello Franco – DF)
21/08/2007	Vinculada	Acusados começam a ser julgados no STF amanhã (Bernardo Mello Franco – DF)
22/08/2007	O País, com	Nas mãos do STF (Bernardo Mello Franco, Carolina Brígido e

	chamada	Alan Grip – DF) Chamada: STF começa hoje a julgar mensalão
23/08/2007	O País, manchete	Voto combinado na rede (Alan Gripp, Roberto Stuckert Filho e Francisco Leali - DF) Manchete: Ministros do STF combinam e antecipam voto por e-mail
23/08/2007	O País	Procurador: eles agiam no submundo do crime (Bernardo Mello Franco e Carolina Brígido – DF)
23/08/2007	vinculada	Ministro de pavio curto (Bernardo Mello Franco – DF)
23/08/2007	O País	Advogado de Dirceu: crimes são inexistentes (Bernardo Mello Franco e Carolina Brígido – DF)
24/08/2007	Coluna	Por dentro do Globo – Um furo ao alcance das lentes
24/08/2007	O País, manchete	Banco Rural no banco dos réus (Carolina Brígido, Bernardo Mello Franco e Alan Gripp – DF) Manchete: Mensalão deve ter hoje os seus primeiros réus
24/08/2007	vinculada	Quatro devem rejeitar denúncia (redação)
24/08/2007	Editorial	Valores da Justiça
24/08/2007	O País, com chamada	Divulgação de e-mails constrange ministros (Bernardo Mello Franco, Carolina Brígido e Alan Grip – DF) Chamada: Voto combinado provoca polêmica
24/08/2007	Vinculada	Uma mineira que gosta de ‘dois dedos de prosa’ (Carolina Brígido – DF)
24/08/2007	Vinculada 2	Um homem metódico (da redação)
24/08/2007	O País	Jobim: ‘Intromissão anticonstitucional’ (Isonilda Souza – Goiânia)
24/08/2007	O País	Divulgação de diálogos é alvo de controvérsia (Maia Menezes e Flávio Freire – RJ e SP)
24/08/2007	Vinculada	Indiscrições públicas (redação)
24/08/2007	O País	Entidades divergem sobre troca de mensagens (Demétrio Weber – DF)
24/08/2007	Vinculada	Advogados comemoram indiscrição de ministros (Bernardo Mello Franco, Carolina Brígido e Alan Grip – DF)
24/08/2007	O País	Lula negocia com PMDB vaga de Pertence (Ricardo Noblat – Rio)
25/08/2007	O País, manchete	Surgem os primeiros réus (Bernardo Mello Franco, Carolina Brígido e Demétrio Weber – DF) Manchete: Gushiken e Valério puxam lista dos 19 primeiros réus
25/08/2007	O País	Ministros mudam de idéia e aceitam a denúncia (Bernardo Mello Franco e Carolina Brígido – DF)
25/08/2007	vinculada	Eros Grau responde publicamente a colegas e defende independência (Carolina Brígido e Bernardo Mello Franco –

		DF)
25/08/2007	O País	Ministro critica indicações políticas para o STF (Demétrio Weber e Cristiane Jungblut DF)
25/08/2007	vinculada	Candidatura de Direito para STF ganha força(Gerson Camaroti e Luiza Damé)
25/08/2007	O País	Lula: 'imprensa pensa ter o dom da verdade' (Ana Paula de Carvalho – Curitiba)
26/08/2007	O País	Amiga convenceu Pertence a sair mais cedo (Chico Otávio - ?)
26/08/2007	vinculada	Formalistas, conteudistas e independentes (Jailton de Carvalho – DF)
27/08/2007	O País, manchete	Chega a vez do núcleo político (Bernardo Mello Franco e Carolina Brígido – DF) Manchete: Supremo julga núcleo político do mensalão a partir de hoje
27/08/2007	O País	Ex-procurador sugere força-tarefa para acelerar processo do mensalão (Carolina Brígido e Bernardo Mello Franco – DF)
28/08/2007	O País, manchete	Dirceu vira réu por unanimidade (Bernardo Mello Franco, Carolina Brígido e Demetrio Weber – DF) Manchete: Unanimidade: Dirceu é réu por corrupção ativa
28/08/2007	vinculada	Já são 37 os réus pelo mensalão
28/08/2007	O País	Argumento que salvou Collor virou arma de acusação contra denunciados (da redação)
28/08/2007	vinculada	Votações vagas e genéricas
28/08/2007	vinculada	Advogados, surpresos, afirmam que acusações ainda precisam de provas (da redação Brasília)
28/08/2007	vinculada	Juristas criticam divulgação de mensagens (redação Brasília)
28/08/2007	vinculada	Direito continua como mais cotado para STF
29/08/2007	O País, manchete	Uma 'organização criminosa' de 40 réus Manchete: STF processa todos os 40 da 'quadrilha' do mensalão
29/08/2007	O País	Procurador-geral diz que trabalhará agora para levantar mais provas (Carolina Brígido, Bernardo Mello Franco e Demétrio Weber – DF)
29/08/2007	Editorial	Outro Patamar
29/08/2007	O País, com chamada	'A maior clientela do STF situa-se no Congresso' (Carolina Brígido, Bernardo Mello Franco e Demétrio Weber – DF) Chamada: Ministro do STF: 'Nossa maior clientela está hoje no Congresso'
29/08/2007	vinculada	Ellen Gracie rebate críticas de ineficiência e lentidão (redação Brasília)
29/08/2007	Vinculada 2	Passo importante para a redução da impunidade (redação Brasília)
29/08/2007	O País, com chamada	Lula indica Direito para STF e corre no Senado (Chico de Góis e Ilmar Franco – DF) Chamada: Lula agora corre para botar Direito no Supremo
29/08/2007	vinculada	Ligado a Moreira Franco e Jobim (Chico Otávio-DF)
29/08/2007	Vinculada 2	(coluna) Os ministros do STF
30/08/2007	O País, manchete	'A expectativa é a condenação' (Alan Gripp – DF) Manchete: Procurador-geral: há novas provas para condenar

		réus
30/08/2007	O País	Lula Elogia atuação do Supremo e diz que denúncia não atinge governo (Chico de Gois – DF)
30/08/2007	O País	Para evitar prescrição, STF tem que ser rápido (Carolina Brígido- DF)
30/08/2007	O País	‘Exercício da política não pode prescindir da ética’ (Bernardo Mello Franco – DF)
30/08/2007	vinculada	‘É um marco na história da Justiça do Brasil’ (Maia Menezes e Soraya Aggege – SP)
30/08/2007	O País	Direito chora, apesar da sabatina amigável (Ilimar Franco – DF)
30/08/2007	vinculada	Nos EUA, indicado tem vida devassada (José Meirelles Passos – Washington)
31/08/2007	O País, chamada	Supremo nega ‘faca no pescoço’ (Bernardo Mello Franco e Carolina Brígido – DF) Chamada: STF reage às insinuações do ministro Lewandowski
31/08/2007	Vinculada	‘Não cometi nenhum crime’ (entrevista)
31/08/2007	O País	Eros Grau diz que está magoado e pensa em processar colega de STF (Bernardo Mello Franco e Carolina Brígido – DF)
31/08/2007	O País	Dirceu diz que decisão do STF está sob suspeição (Adauri Antunes Barbosa – SP)
01/09/2007	vinculada	“STF não sofreu pressões”, diz Lula
02/09/2007	O País	Lula nomeou 41% das Cortes (Carolina Brígido – DF)
02/09/2007	Brasil	Poderes distantes (Fernanda Godoy)
02/09/2007	O País	Cenas por trás das cortinas do maior julgamento da história do Supremo (Bernardo Mello Franco – DF)
02/09/2007	O País	Para relaxar, música e encosto ortopédico (Brasília)
02/09/2007	O País	‘Aos que apostam na impunidade: isso acabou’ (Entrevista a Carolina Brígido, Fernanda Godoy, Francisco Leali e Sérgio Fadul – DF)
02/09/2007	O País	Para especialistas, STF fez julgamento histórico (Adauri Antunes Barbosa – SP)

## **APÊNCIDE C – Roteiro de Entrevista**

### **Entrevista**

#### **Cumprimento ao entrevistado e pergunta se pode gravar a entrevista.**

**Apresentação breve do projeto:** Esta é uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior. Em termos gerais, o tema da nossa pesquisa é a cobertura que os dois maiores jornais do país, Folha de S. Paulo e O Globo, fazem do Judiciário, em especial durante o julgamento da denúncia do mensalão no STF, em 2007.

**Explicação do objetivo da entrevista:** as entrevistas com os jornalistas que participaram diretamente da cobertura, assim como com os editores dos cadernos Brasil e O País, vão compor o corpo de análise, junto com as notícias coletadas durante o período estudado. As entrevistas serão transcritas e, se assim preferir, sua identidade será preservada.

#### **Coleta dos dados iniciais e preenchimento da ficha:**

Nome:      Idade:      Tempo de profissão:      Tempo de trabalho neste jornal:      Cargo/função:  
Área de especialidade:      Local da entrevista:

## **PERGUNTAS AOS JORNALISTAS E EDITORES DOS DOIS JORNAIS**

- Qual a linha editorial do jornal?
- Como o Sr (a) avalia a facilidade do acesso dos jornalistas deste veículo aos órgãos do judiciário? Há alguma recomendação especial para coberturas de julgamentos? Quais as principais barreiras para o acesso à informação?
- Qual a visão que o Sr (a) tem do Judiciário brasileiro? E do STF em especial?
- Como o Sr (a) avalia a relação entre a imprensa brasileira e o Judiciário? E em especial o jornal para o qual o Sr (a) trabalha.



- Como foi organizada a cobertura do julgamento da denúncia do mensalão? O Sr (a) recebeu alguma recomendação específica para esta cobertura? Qual foi sua função? O acesso às informações foi fácil? Houve alguma dificuldade?
- Algumas notícias traziam explicação clara e direta dos trâmites processuais, com exemplos e gráficos. Isso é uma prática constante neste jornal? Com que objetivo?
- Durante a cobertura, houve alguma preocupação especial em perguntar às fontes sobre possíveis influências externas que o pleno do STF pudesse sofrer?
- Nas notícias era comum a classificação do julgamento como sendo o maior da história do judiciário brasileiro. Esta definição surgiu dentro ou fora da redação?
- Em muitos dos textos o tom predominante é de especulação com uso de suposições baseadas em fontes ocultas. Como você avalia a utilização desse tipo de declarações no jornalismo? É uma prática defendida pelo jornal?

#### **PERGUNTAS EXCLUSIVAS FSP**

- Qual foi a reação da Folha ao ver publicadas na capa do jornal O Globo as fotos com a troca de mensagens entre o ministro Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia? Que estratégia foi definida pela Folha? Como essa decisão foi tomada?
- No dia 30, a jornalista Vera Magalhães assina o texto em que descreve o que ouviu de uma conversa do Ministro Ricardo Lewandowski sobre o caso do mensalão. O ministro falava ao telefone com um interlocutor chamado Marcelo, em um restaurante de Brasília. Segundo a repórter, o ministro falou que o STF havia votado “com a faca no pescoço” e que a tendência era “amaciar” para José Dirceu. A publicação ou não dessas informações foram discutidas na redação da Folha? No lide, a jornalista afirma que a conversa havia acontecido dois dias antes, apesar de no corpo da matéria aparecer a palavra “ontem”. Mas na entrevista com o ministro Lewandowski, publicada no dia seguinte, fica claro que a conversa aconteceu mesmo dia 28 e só foi publicada dia 30. Por que a notícia não foi publicada no dia seguinte, mas apenas dois dias depois?

#### **PERGUNTAS EXCLUSIVAS O GLOBO**

- O repórter-fotográfico Roberto Stuckert Filho fotografou laptops de dois dos ministros e as imagens mostravam conversas entre os dois. Qual foi o procedimento tomado pelo fotógrafo? Como foi tomada a decisão da publicação? Houve manipulação/edição das fotos?

- No dia 30, a jornalista Vera Magalhães assina o texto em que descreve o que ouviu de uma conversa do Ministro Ricardo Lewandowski sobre o caso do mensalão. O ministro teria dito que o STF havia votado “com a faca no pescoço” e que a tendência era “amaciar” para Dirceu. Como esta notícia foi recebida pela redação do Globo? Que estratégia foi definida pelo jornal? Como essa decisão foi tomada?

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)